

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo**

DANIELA SELES DE ANDRADE

**SER MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: AVANÇOS,
DESAFIOS E RESISTÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA,
BRASIL**

Vitória da Conquista - BA
2024

DANIELA SELES DE ANDRADE

**SER MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: AVANÇOS, DESAFIOS E
RESISTÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de Pesquisa: Produção dos espaços urbanos e rurais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Fernanda Viana de Alcantara.

Vitória da Conquista/BA
2024



Este documento está sob licença CCBY da Creative Commons

FICHA CATALOGRÁFICA

A566s

Andrade, Daniela Seles de.

Ser mulher na agricultura familiar: avanços, desafios e resistências no município de Poções-BA, Brasil. / Daniela Seles de Andrade, 2024.

148f.; il. color.

Orientador (a): Dr.^a Fernanda Viana de Alcantara.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 130 – 141

1. Território. 2. Agricultura familiar. 3. Mulher. 4. Políticas públicas. 5. Espaço Rural. I. Alcantara, Fernanda Viana de. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

Catálogo na fonte: **Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134**

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia



FOLHA DE APROVAÇÃO

“SER MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: AVANÇOS, DESAFIOS E RESISTÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA, BRASIL.”

DANIELA SELES DE ANDRADE


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

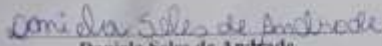
Aprovada em: 30 de abril de 2024

Banca Examinadora


Prof.ª Dr.ª **Fernanda Viana de Alcântara**
(Orientadora - UESB)


Prof. Dr. **José Eloízio da Costa**
(Examinador Interno - UFS)


Prof.ª Dr.ª **Diana Mendonça de Carvalho**
(Examinadora Externa - UFS)


Daniela Seles de Andrade
(Mestranda)

Dedico essa pesquisa as guardiãs da terra. Mulheres rurais que semeiam bem mais que alimentos, elas cultivam resistência e tecem o ciclo da vida. Que do plantio a colheita sejam sempre celebradas como pilares da força transcendente que é a agricultura familiar.

AGRADECIMENTOS

-Quem estará nas trincheiras ao teu lado?

-E isso importa?

-Importa. Mais do que a própria guerra.

Com a certeza que agradecer é o ato de acreditar nas coisas boas, na serenidade e esperança da vida, que expressei minha gratidão a Deus primeiramente, pois sem a graça e bondade dele eu nada seria. Obrigado Senhor por todo ânimo e força de vontade a mim concedida nessa caminhada.

Agradeço a minha mãe e meus irmãos que seguraram minha mão a todo tempo me encorajando nos dias difíceis e se alegrando com minhas conquistas, sem eles o café seria amargo e a vida jamais teria esse gostinho tão doce e tranquilizador. Gratidão a meu pai João (*in memoriam*), minha saudade mais linda e incentivadora. A minha tão querida, cuidadosa e para sempre tia Lora, primeira professora, quem me ensinou a ler, escrever, ensinou sobre as doçuras da vida e hoje é uma das minhas saudades mais latentes (*in-memoriam*).

Agradeço especialmente a orientadora, amiga e cúmplice, Professora Dr^a Fernanda Viana de Alcantara (Nanda/Fé-Nanda), um ser humano iluminado, de uma fé e companheirismo sem igual, pessoa que contribuiu de maneira inexplicável para meu avanço acadêmico, profissional e pessoal. Agradeço pela paciência, incentivo, viagens, conversas, abraços e motivação de sempre, em palavras não consigo expressar a intensidade de minha gratidão.

Agradeço a todos os meus queridos amigos pelo apoio e parceria que iluminaram cada passo dessa jornada. Em especial minha gratidão a Juliana minha irmã que sempre esteve ao meu lado cumprindo perfeitamente o papel de anjo, obrigada pelas inúmeras vezes que disse “amiga, tem café”, “estou daqui em oração” essa foi sua linguagem mais pura sobre amor.

Gratidão a Lucas ou carinhosamente Aguiar, dono melhores e mais sinceros conselhos e risadas, amigo que sempre acolheu e apadrinhou minha pesquisa, acolheu-me, um dos responsáveis pela grandeza desse momento sem ele nada do que vivi teria a mesma graça e leveza.

Gratidão a Lete e Jai pelas muitas motivações e encorajamento que serviram de bússola nos momentos mais desafiadores, obrigada pelas sábias palavras, carinho sincero e refúgio. Nos altos e baixos desse processo, elas estavam presentes para celebrar minhas conquistas e enxugar minhas lágrimas, amo vocês.

Agradeço as minhas parceiras do mestrado e da vida Naiara, Helaine, Fernanda e Lara vocês são a certeza do belo, equilíbrio e encorajamento. Sou grata por nós, pelos momentos e afeto que construímos nesse processo.

Agradeço meus amigos, incentivadores e amores dessa vida Iuri, Laura, Pâmela, Licia, Julli, Geo, Jhonatan, Grazi e Nanda que contribuíram de forma tão carinhosa e positiva nessa caminhada, é impossível expressar a intensidade de minha gratidão, guardarei cada um na serenidade de minhas orações, amo vocês.

Registro também meus agradecimentos a dois queridos profissionais que fizeram toda diferença e contribuíram de maneira singular para glória desse momento. Moabe Nogueira, o melhor fisioterapeuta da história, incontáveis foram as vezes que me ouviu e foi abrigo nas sessões salvadoras de pilates e Dometilia Cunha pelo acolhimento e cuidado nas nossas muitas conversas terapêuticas, vocês são/foram incríveis e fundamentais.

Estendo meus agradecimentos a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) que foi um segundo lar nessa caminhada e ao Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET) em especial na pessoa de Allisianne Krystina Saraiva, Valdemiro Conceição Junior e Mateus Costa Figueiredo pelo apoio, parceria, amizade e ensinamentos. Expresso minha sincera gratidão a Selma (Assentamento União) e Rosangela (Mulungu I) vocês foram essenciais e abrilhantaram demasiadamente a pesquisa de campo. A Paula e Lorrane que chegaram no finalzinho da pesquisa, mas fizeram/fazem a diferença, são casas de bons sentimentos, coragem e riso bom.

Gratifico ao órgão de fomento desta pesquisa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão da Bolsa para dá suporte financeiro para realização desta pesquisa. Encerro esse ciclo com a certeza que vivi intensamente cada momento e fiz morada em cada sentimento bom que encontrei, sentirei saudades de cada detalhe, que seja bom o que vier.

“Entre o querer e o viver, só existe uma única regra: acreditar que cada sonho é possível”.
(Diego Vinicius)

SER MULHER

Ser mulher, é ser Daniela autentica, preta, dá lida, uma apaixonada pela vida. Ser mulher, é ser Fernanda Alcantara, Leal, Souto, essas Fernandas fortes, do riso solto, do abraço casa, companheiras da caminhada. Ser mulher, é ser Marilene, que é mãe, colo, abrigo e alívio. É ser Beatriz, que é irmã, cuidado, zelo e aconchego. É ser Marlete, Helaine, Jaine, Naiara ou Lara, essas mulheres cheias de garra, afago, que não te permite sentir o amargo.

Ser mulher, é ser Juliana, Jully, Josi, Lys, Vaneide que são parceiras de vida, do corre, elas são um universo de alegria. É ser Izaulina ou vó Zau que é leveza, porto seguro e grandeza. É ser Laura, Maria, Joana, Diana que carregam uma imensidão de intensidade, conhecimento e verdade. Ser mulher, é ser Aline, Nélia, Vilma, Siba, Lorrane, Alaine, Cristiane, Lícia ou Marília que sabem perfeitamente sobre a linguagem do amor protetor e acolhedor.

É ser Paula, Dometilia ou Pâmela que chora, comemora e celebra nossas vitórias. Ser mulher, é ser Sida, Rosangela, Edna, Graça, Elza, Selma professoras, agricultoras, potência, força, luta e resistência. É minha gente, ser mulher é não segurar o oxente ou segurar, também faz parte da gente.

Essas foram as que o canto eu ouvi o ressoar do ser mulher presente e potente, mas tem grito oculto minha gente no congresso, na favela, na tijuca, no Leste, Sul, Sudeste, Norte e Nordeste. Tem grito oculto na mata, na caatinga, no sertão, tem grito oculto aqui e acolá, tem grito oculto onde só se ouve o canto sabiá.

Daniela Seles de Andrade



RESUMO

O estudo considera a necessidade de analisar, perceber e entender o papel social e as dinâmicas da mulher no crescimento da agricultura familiar em duas localidades rurais do município de Poções-BA, Brasil: Assentamento União e Povoado Mulungu I, a pesquisa analisa a participação e a importância da figura feminina na agricultura familiar. Neste contexto apresenta-se o debate sobre gênero, em contraposição ao discurso da sociedade patriarcal, no qual o papel da mulher era associado apenas às atividades domésticas e rotulada como sexo frágil. É evidente que essas situações ainda são notadas em vários lugares, e o espaço rural durante muito tempo foi marcado pela predominância e hegemonia dos privilégios masculinos, pois em grande parte das atividades agrícolas a mulher era vista apenas como ajudante. Desta forma a temática em questão busca conhecer e reconhecer por meio do olhar geográfico e intermediado dos usos da categoria território, a relevância e a necessidade do protagonismo feminino no campo, além de basilar as discussões sobre a inserção social, questões de gênero e fomentar de forma cuidadosa o debate sobre a diversidade das relações sociais, que são indispensáveis para entender a relação entre territorialidades, políticas públicas e agricultura familiar. Para alcançar os objetivos propostos o estudo adotou como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico em livros, artigos e teses, bem como a observação e participação em eventos, reuniões de câmeras temáticas de mulheres no Colegiado Territorial do Território Sudoeste Baiano, seminários, encontros de associações rurais. Também foram realizadas entrevistas, aplicação de questionários, escuta e registro de história oral e outros. Também foi analisado o protagonismo da figura feminina como agente de transformação, sua importância para fortalecimento e crescimento das associações, bem como esse fator refletiu/reflete nas experiências/mudanças políticas, socioeconômicas e culturais promovidas nas localidades e município. O trabalho de campo permitiu conhecer a rotina das mulheres em duas distintas realidades, nas quais destacou-se alguns aspectos de suas rotinas, bem como as relações nos núcleos familiares, nível de escolaridade, protagonismo e participação social. Por meio dessas características foi possível perceber o lugar e identidade que elas adquiriram por intermédio de representações sociais. A representatividade social adquirida por meio da agricultura familiar fortaleceu e engendrou consideráveis ganhos, elas não apenas participam ativamente das organizações e movimentos associativos/sindicatos, mas também assumem papéis de liderança, influencia políticas e decisões que repercutem nas localidades como um todo e concedem visibilidade a luta que emergiram ao longo de suas trajetórias.

Palavras-chave: Território. Agricultura Familiar. Mulher. Políticas Públicas. Espaço Rural.

ABSTRACT

This study addresses the need to analyze, understand, and perceive the social role and dynamics of women in the growth of family farming in two rural areas of Poções-BA, Brazil: Assentamento União and Povoado Mulungu I. It examines the participation and significance of women in family farming, presenting a discussion on gender in contrast to the patriarchal discourse, which historically associated women's roles solely with domestic activities and labeled them as the weaker sex. Although such situations are still observed in many places, the rural space has long been dominated by male privilege, with women often seen merely as helpers in agricultural activities. The study aims to recognize and understand, through a geographical perspective and the concept of territory, the relevance and need for female protagonism in the field. It also seeks to underpin discussions on social inclusion, gender issues, and foster a nuanced debate on the diversity of social relations essential for understanding the relationship between territorialities, public policies, and family farming. Methodologically, the research involved bibliographic surveys of books, articles, and theses, as well as observation and participation in events, thematic women's meetings in the Territorial Collegiate of the Southwest Baiano Territory, seminars, and rural association gatherings. Additional methods included interviews, questionnaires, oral history recording, and others. The study analyzed the role of women as agents of transformation, their importance in strengthening and growing associations, and how this role has impacted political, socioeconomic, and cultural changes in the locality and municipality. Fieldwork provided insights into women's routines in two distinct contexts, highlighting aspects of their daily lives, family relations, education levels, protagonism, and social participation. Through these characteristics, the study observed the place and identity women have acquired through social representations. The social representation gained through family farming has led to significant achievements, with women not only actively participating in and leading associations and movements but also influencing policies and decisions that impact the entire community, thereby gaining visibility for their struggles.

Keywords: Territory. Family Farming. Women. Public Policies. Rural Space.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-Mapa de localização do Município de Poções-BA, Brasil, 2022.....	18
Mapa 2-Mapa de localização das localidades estudadas no Município de Poções-BA, Brasil, Assentamento União e Povoado do Mulungu I, 2023	19

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-14ª Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Salvador-BA, Brasil, 2023	64
Figura 2-Distribuição do número de estabelecimentos na agricultura familiar por região do Brasil, IBGE, 2020	69
Figura 3-Divisão dos subprogramas PRONAF, 2023	73
Figura 4-Jaqueira, lugar onde aconteciam as reuniões da associação, Assentamento União, Poções-BA, 2024	82
Figura 5-Encontro realizado no Polo Educacional Nossa Senhora Aparecida para assinar o documento de escritura da terra/lotes, 1998. Assentamento União, Poções-Ba, 2024.....	83
Figura 6-Reunião destinada a posse de escrituras do Assentamento União, Poções-Ba, 2020.....	86
Figura 7-Igreja-Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Assentamento União, Poções-Ba, 2024	87
Figura 8-Sala de oração, campo de futebol e escola, Assentamento União, Poções-Ba, 2024	87
Figura 9-Assembleia geral com associados, Assentamento União, Poções-Ba, 2023	88
Figura 10-Sede Associação dos Produtores do Mulungu I, 2024	90
Figura 11-Reunião entre os sócios da Associação dos Produtores do Mulungu I e Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Poções-Ba, 2018.....	91
Figura 12-Agroindústria e cozinha comunitária, povoado Mulungu I, Poções-BA, 2023	93
Figura 13-Alimentos produzidos e destinados ao consumo, Povoado Mulungu I, Poções-BA	95
Figura 14-Cultivo de hortaliças destinadas a comercialização e consumo, Povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024	96
Figura 15-Cisternas de placa, reservatório de água usados para manejo agrícola e consumo, Povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024	97
Figura 16-Perfil das entrevistadas, assentamento União, Poções-Ba, 2024	99
Figura 17-Grau de escolaridade das mulheres do Assentamento União, Poções-BA, 2024 ..	100
Figura 18-Chefe das atividades do núcleo familiar, assentamento União, Poções-Ba, 2024.	101
Figura 19-Componentes do mesmo núcleo familiar que ajuda a mulher com as atividades domésticas, Assentamento União, Poções-BA, 2024.....	102

Figura 20-Agricultoras do Assentamento União, Poções-BA, 2024.....	104
Figura 21-Alimentos cultivados do Assentamento União, Poções-BA, 2024.....	105
Figura 22-Número de mulheres que participam do processo de comercialização de produtos da agricultura familiar, Assentamento União, Poções-BA, 2024.....	106
Figura 23-Expressões ditas pelas entrevistadas sobre o entendimento em relação ao reconhecimento social, assentamento União, Poções-BA, 2024.....	108
Figura 24- Respostas das mulheres sobre tempo dedicado ao lazer e cuidados estéticos, Assentamento União, Poções-BA, 2024	109
Figura 25-Respostas das mulheres sobre o que elas consideram lazer, Assentamento União, Poções-BA, 2024	110
Figura 26-Perfil das entrevistadas, povoado do Mulungu I, Poções-BA, 2024	112
Figura 27-Grau de escolaridade das mulheres Povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024	113
Figura 28-Mulheres inseridas no processo de mandiocultura, povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024	115
Figura 29-Produtos derivados da mandioca fabricados no povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024	116
Figura 30-Chefe das atividades do núcleo familiar, povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024	116
Figura 31-Resposta das mulheres sobre o auxílio com as atividades domésticas, Povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024.....	117
Figura 32-Produção de bolo decorativos feitos por moradora para complementar a renda do povoado Mulungu I, Poções-BA para complementar renda, 2024.....	119
Figura 33-Expressões ditas pelas entrevistadas sobre o que elas entendem sobre reconhecimento social, povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024.....	120
Figura 34-Depoimentos das mulheres sobre tempo dedicado ao lazer e cuidados estéticos, povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024	121
Figura 35-II, III e IV Feira de Agricultura Familiar, Poções-BA, 2023	125
Figura 36-III Encontro de Associações, Poções-BA, 2023	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Conquistas femininas que marcaram a história do Brasil	43
Quadro 2-Requisitos que definem agricultor familiar e empreendedor familiar rural	59
Quadro 3-Avanços destinados a mulheres rurais no período de 2018 a 2024.....	62
Quadro 4-Principais grupos e linhas de crédito do PRONAF organizados pelo Banco do Nordeste, 2023.....	72
Quadro 5-Programas sociais alcançados pelas famílias do Assentamento União, Poções-Ba, 2024	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR-Associações de Crédito e Assistência Rural
ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural
ASCOM- Assessoria de Comunicação
BAHIATER- Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB-Banco do Nordeste
DGMA-Diretoria de Gestão Estratégica, Movimento e Avaliação
DPMR-Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
CAF-Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAR-Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAGED-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEDASB- Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia
CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento
CPT-Comissão Pastoral da Terra
DF- Distrito Federal
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFOC- Escola Nacional de Formação
FAO-Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAPE- Federação da Agricultura e Pecuária
FIDA-Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GTT-Grupo de Trabalho Técnico
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC- Ministério da Educação
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MSTTR-Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MDS-Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

ONU-Organização das Nações Unidas

PAA -Programa de Aquisição de Alimentos

PADRSS-Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PFB-Programa Bolsa Família

PL- Projetos de Lei

PIB-Produto Interno Bruto

PGPAF- Programa de Garantia de Preço para a Agricultura Familiar

PNDTR- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNRA- Programa Nacional de Reforma Agrária

PNCF- Programa Nacional de Crédito Fundiário

POPMR-Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PIB-Produto Interno Bruto

RAAD- Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora

SEAD- Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEI- A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEAF- Secretaria de Estado Agricultura Familiar

SEAF-Seguro da Agricultura Familiar

SECOM-Secretaria de Comunicação Social

SENAR-Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIC-Subprojeto de Investimento Comunitário

SMA-Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

SNPM-Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

SNI-Sistema Nacional de Inovação

SNCR-Sistema Nacional de Crédito Rural

TSB-Território de Identidade Sudoeste Baiano

UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA NO DEBATE SOBRE GÊNERO: UM OLHAR HISTÓRICO E NECESSÁRIO.....	24
2.1 Ciência geográfica e suas categorias: Breve resgate histórico	24
2.2 “Os usos” do território e as questões sociais	31
2.3 Territorialidades como processo construtivo do território	34
2.4 Território e mulher: uma construção histórica	40
3 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: PERCEPÇÕES A PARTIR DO TRABALHO DAS MULHERES RURAIS	48
3.1 Terra, trabalho e vida: o espaço rural brasileiro em transformação	48
3.2 Agricultura familiar no Nordeste: O protagonismo das mulheres rurais.....	56
3.3 Agricultura familiar e políticas públicas como elementos de inserção socioeconômica, numa abordagem nordestina.....	67
4 SER MULHER NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM POÇÕES-BA, BRASIL.....	76
4.1 Trajetória histórica de Poções-BA: ocupação e formação territorial	76
4.2 Práticas e vivências: A participação da mulher como referência no cenário da agricultura familiar de Poções-BA, Brasil	80
4.2.1 Breve relato sobre a história do Assentamento União.....	81
4.2.2 Breve relato da História do Povoado Mulungu I.....	88
5 RETRATOS DA RESISTÊNCIA: MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR, ASSENTAMENTO UNIÃO E POVOADO MULUNGU I, POÇÕES-BA, BRASIL	
5.1 Mulheres na agricultura familiar: assentamento União.....	99
5.2 Mulheres na agricultura familiar: Povoado Mulungu I.....	111
5.2.1 Paralelos e disparidades do Assentamento União e Povoado Mulungu I.....	122
5.3 Avanços e Desafios nas Políticas Públicas para Mulheres Rurais em Poções-BA, Brasil	123
7 REFERÊNCIAS	131
8. APENDICE	143
8.1 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	143

1 INTRODUÇÃO

O texto de dissertação apresenta o processo de desenvolvimento da pesquisa intitulada: Ser Mulher na Agricultura Familiar: Avanços, Desafios e Resistências no Município de Poções-BA, Brasil, cujo objetivo é analisar a prática da agricultura familiar com enfoque na participação da mulher nessa atividade, bem como, destacar o protagonismo feminino como agente de transformação para além do espaço rural, ou seja, discute e investiga experiências, mudanças políticas, socioeconômicas e culturais promovidas pelas mulheres para o crescimento das localidades do Assentamento União e Povoado Mulungu I no município de Poções-BA ao longo do tempo.

O município de Poções-BA é considerado o terceiro maior do Território de Identidade Sudoeste Baiano (TSB), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), contando com o número de 48.293 habitantes, o que representa um aumento de 5,32% em comparação com o Censo de 2010. Está localizado a 450 km da capital do estado, mais precisamente na mesorregião do Centro Sul Baiano e na microrregião de Vitória da Conquista. A sede municipal é cortada pela BR 116, sua área territorial é de 966,3 km. Geograficamente situa-se numa depressão em forma de bacia, o clima da região é seco e subúmido, ou seja, frio e seco no inverno e temperado no verão, o solo é bastante fértil, mas boa parte de seu território enfrenta dificuldades em períodos de seca.

Mapa 1-Localização do município de Poções-BA, Brasil, 2022



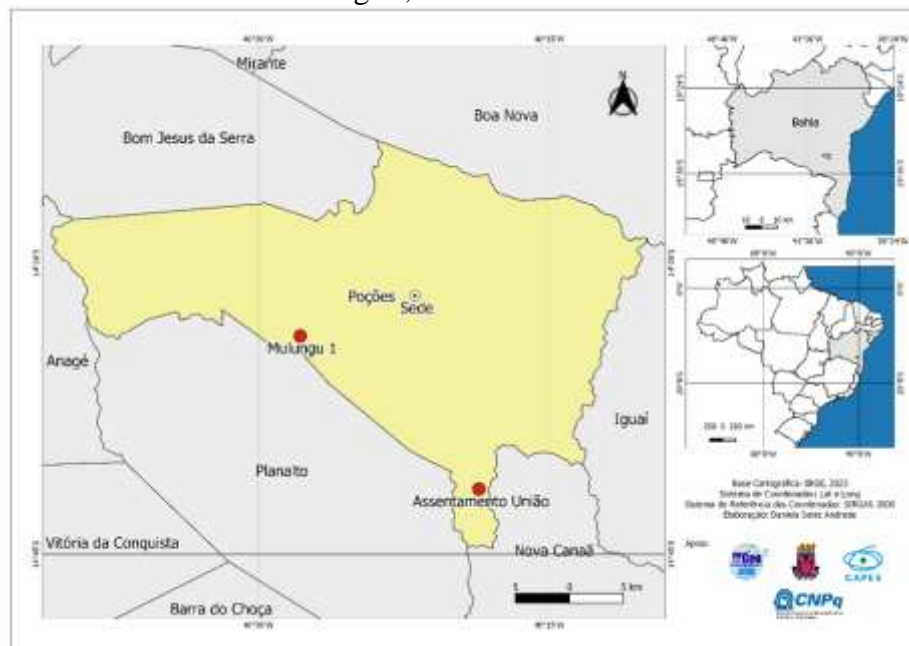
Fonte: Andrade e Ferreira (2022).

A atividade agrícola sempre esteve à frente no processo de desenvolvimento do município de Poções-BA, Brasil. Segundo informações de moradores do Povoado do Mulungu I a localidade tem contribuição fundamental nesse crescimento, pois pode ser apontado como destaque na produção de feijão, hortaliças, leite, umbu, mandioca e banana, entre outros produtos que fortaleceram e fortalecem tanto a economia local, quanto a dos municípios vizinhos (Nova Canaã, Planalto, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Bandeira Nova, Vitória da Conquista). Dessa forma, a localidade constituiu-se com as das famílias que renunciaram ao árduo trabalho nas grandes fazendas e, aos poucos, foram se instalando.

Por sua vez a formação do Assentamento União teve início no ano de 1998, deu-se de maneira silenciosa, pois os moradores temiam uma perseguição política. No entanto, para alívio dos assentados, o projeto foi aprovado e no mesmo ano iniciou-se o registro de assinaturas para efetivação do assentamento, que passou a contar com escola, construção de casas, sede para associação, viveiro de mudas e acesso à Políticas Públicas (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, Luz Para Todos).

Atualmente 40 famílias residem na localidade, alguns construíram casas em outros locais, mas não abandonam o assentamento. Apesar de possuírem características e estratégias de desenvolvimento diferentes, as duas localidades buscam, por meio da agricultura familiar, alcançar mudanças socioeconômicas, culturais e sociais.

Mapa 2- Localização das localidades estudadas no município de Poções-BA, Brasil, Assentamento União e Povoado do Mulungu I, 2023



Fonte: Andrade (2023).

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas leituras das contribuições da ciência geográfica; e para a discussão da temática em tela elegeram-se a categoria território para a compreensão das relações de poder, e complexidade que abrange ações afetivas, indenitárias e simbólicas presentes no estudo. Santos (2007, p.151) argumenta que “o território, pela sua organização e instrumentalização, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário”, ou seja, possibilitar o discurso sobre gênero nos espaços de participação social, bem como viabilizar o planejamento de políticas públicas e facultar a inserção da figura feminina nos variados ambientes sociais.

É sabido que a divisão do trabalho entre homens e mulheres sempre existiu em diferentes espaços sociais e, em muitos destes espaços, a figura da mulher ainda hoje é vista apenas como “sexo frágil” ou associada aos cuidados domésticos familiares. Essas relações desiguais, com heranças patriarcais, inibiram muitos avanços da figura feminina, entretanto, a resposta das mulheres a tais situações sempre foi a resistência ou estratégias para romper com essas estruturas tradicionais.

A efetiva luta pela conquista de espaço só aparece no século XIX, período em que o Movimento Feminista ganhou voz e evidência e passou a questionar o porquê de as mulheres ocuparem funções secundárias. Segundo Silva *et al.* (2012), a divisão sexual do trabalho se mantém pelo princípio da separação entre o que é trabalho de homem e mulher, sendo que as funções femininas por vezes foram associadas à reprodução, cuidado ou ajuda.

Segundo Fernandes (2013), não foi diferente no âmbito do espaço rural, no desenvolvimento das atividades agrícolas, onde as mulheres também enfrentaram disparidades. Todavia elas venceram e vencem, por meio do seu trabalho, a desigualdade de gênero. Mostram a importância do rural e viabilizam práticas e mudanças significativas a exemplo da recuperação de emprego e importância de sua autonomia, além de contribuir para visibilidade e dinamismo no processo da agricultura familiar.

O autor supracitado reitera que graças aos avanços alcançados ao longo do tempo, o papel de destaque da mulher, especialmente no espaço rural, é cada vez mais percebido. A sua inserção na pequena produção supera o processo de plantio, colheita e consumo, pois ela ocupa posição de agente central no que diz respeito à economia e estratégias que a caracterizam como precursora das várias mudanças na agricultura familiar, sendo extremamente necessária sua participação para a consolidação e desenvolvimento do espaço rural.

Dantas (2023) afirma que os estabelecimentos da agricultura familiar são caracterizados pela diversidade e pluriatividade, e as mulheres são as principais responsáveis por isso, uma

vez que estes locais muitas vezes são dirigidos por elas e se caracterizam pela produção, organização e maior renda mensal.

Para melhor atender as questões que permeiam a temática da pesquisa, foram feitas leituras da trajetória de luta e organização das mulheres no município estudado, bem como das suas conquistas, garantia de direitos, e do acesso aos programas de políticas públicas que potencializem e garantam novos espaços nos diferentes segmentos sociais.

Nesta direção se apresenta a problemática de investigação da dissertação: Qual é o papel social da mulher no contexto da agricultura familiar no município de Poções-BA, Brasil? O intuito foi discutir e analisar as questões de gênero, além de obter respostas/propostas que evidenciem a inserção social da mulher, tal como se destacou as múltiplas tarefas desempenhadas por elas na organização interna das unidades, onde seu trabalho é visto como uma das estratégias mais relevantes de reprodução social.

Registram-se as relações cotidianas destas mulheres com a agricultura familiar de acordo com as vivências e práticas estabelecidas nas localidades escolhidas, em Poções-BA, o que tem despertado o interesse das mulheres pela busca de meios que oportunizem e visibilizem não só a produção agrícola, mas que abra um leque de novas oportunidades, reconhecimento e contribua de forma genuína para o empoderamento de cada uma.

O objetivo geral da dissertação foi analisar a inserção e papel social da mulher na agricultura familiar no município de Poções-BA, Brasil. Para tanto, foi preciso também: 1) investigar como a mulher desempenha a função de protagonista no campo; 2) averiguar as implicações e atuação da figura feminina no processo da pequena produção agrícola, principalmente nas relações familiares e de grupos que estimulem ações e políticas específicas para o fortalecimento da mulher no município de Poções-Ba, Brasil; 3) verificar as contribuições que impulsionam a participação e representação das mulheres nos variados segmentos sociais no município; 4) Identificar a inserção da mulher nos espaços de interesses sociais, políticos e culturais e como isso reflete dentro e fora de cada localidade.

Para desenvolvimento da pesquisa aprovada junto ao projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com número do CAAE 62560322.2.0000.0055 com o parecer 5.797.621., foram traçados percursos metodológicos fundamentais para construção do debate sobre o ser mulher na agricultura familiar. Organizou-se em etapas, a começar pelo levantamento teórico/bibliográfico sobre a temática, que conta com as contribuições sobre as categorias de análise da geografia e em particular a categoria território: Santos (1978), Moraes (1987), Gomes (2000), Souza (2001), Santos (2004), Bertrand

(2004). Quanto às contribuições sobre os usos do território foram os seguintes: Raffestin (1980), Corrêa (2000), Santos (2003), Spósito (2004), Haesbaert (2004).

Na discussão sobre gênero e participação social a pesquisa contou com as concepções de: Scott (1995), Beauvoir (1990), Louro (2010), Fraser (2006), Castells (2008), Silva (2001), Lopes (2011), Dias (2014), Oliveira (2019), entre outros. A respeito da agricultura familiar e importância das políticas públicas para mulheres rurais foram usados: Abramovay (2002), Wanderley (2009), Perico (2009), Lopes (2011), Alcantara (2013), Schneider (2009), Santos (2016), Brumer (2004), dentre outros. Posterior ao regaste teórico/bibliográfico, foi utilizado o recurso da observação, que segundo Goldember (1998) proporciona melhor compreensão do problema estudado e permite uma análise mais clara e precisa quanto ao objeto de estudo. Queiroz *et al.* (2007) ponderam que:

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa, principalmente com enfoque qualitativo, porque está presente desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, ou seja, ela desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa (Queiroz *et al.*, 2007, p. 277).

Ao considerar a importância da observação, foram realizados acompanhamento aos eventos promovidos no TSB, tais como: reuniões de câmeras temáticas para mulheres, seminários, encontros de associações rurais, feiras para agricultura familiar e afins. Foram elaborados e aplicados roteiros de entrevistas com representantes da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (SMA). Também foram coletados depoimentos da coordenadora do Assentamento União e segunda Secretária da Associação do Povoado do Mulungu I.

Com base nos depoimentos coletados foi possível traçar o perfil de cada localidade no tocante à participação da mulher na agricultura familiar. Para melhor compreensão do fenômeno estudado, foram elaborados e aplicados 50 questionários, feitas observações e realizadas entrevistas com mulheres do Assentamento União e Povoado Mulungu I, que trouxeram uma visão mais ampla quanto suas atuações e vivências no campo, para além os dados foram computados e resultaram na elaboração de mapas, gráficos e quadros. Também foram feitos registros fotográficos, responsáveis por evidenciar a história e identidade de cada localidade.

Os dados secundários foram coletados nas plataformas digitais dos órgãos de pesquisa, tais como: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e grupos que discutem Políticas Públicas para Mulheres, dentre outras fontes.

Com as informações, dados e análises coletadas no decorrer da pesquisa foi possível organizar e fundamentar a redação final da dissertação, que está estruturada em Introdução I, Seção II intitulada: Ciência Geográfica no debate sobre gênero: um olhar histórico e necessário, que discute as novas leituras da ciência geográfica, com destaque para o uso da categoria território, no contexto da inserção social, tendo a agricultura familiar como ponte para construção e novas territorialidades; Seção III: Agricultura Familiar no Brasil: Percepções a partir do trabalho das mulheres rurais, que mostra a força e autonomia da mulher como agente de transformação social, entendida a partir das vivências no processo de agricultura familiar; Seção IV: Ser Mulher no contexto da Agricultura Familiar no Município de Poções-BA, Brasil, discute a participação da mulher no processo de agricultura familiar voltado para desenvolvimento socioeconômico do município de Poções-BA; Seção V: Retratos da resistência: mulheres na agricultura familiar, assentamento união e povoado Mulungu I, Poções-BA, que apresenta os paralelos e disparidades encontrados nas duas localidades estudadas, bem como os representantes governamentais têm se organizado para ampliação e inovações de políticas públicas que agreguem a população feminina rural do município de Poções-BA, seguido da conclusão da pesquisa e do apêndice.

2 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA NO DEBATE SOBRE GÊNERO: UM OLHAR HISTÓRICO E NECESSÁRIO

A seção II aborda de maneira breve a contextualização do conceito de gênero, bem como o debate sobre a categoria território e as mudanças mediadas por meio da mesma. Analisa os conceitos de gênero e suas contribuições para os desdobramentos das territorialidades e mostra, em especial, os entraves superados pela mulher num percurso histórico. Apresenta considerações que fortalecem o debate sobre relações de poder mais igualitárias e retratam fatores cujo intuito é desconstruir estereótipos e simbolismos que, por muito tempo, limitaram a mulher na ocupação de um lugar de protagonismo nos muitos segmentos sociais, especialmente na sociedade brasileira.

Discute sobre os estudos de gênero que inicialmente marcaram a década de 1970 e como estes foram agregados à ciência geográfica no decorrer da história; discorre também sobre as concepções teóricas que fomentaram o diálogo os usos do território e a participação da mulher em diferentes dimensões da sociedade, aspecto relevante para melhorar a representatividade; conquistas políticas, econômicas, com equidade de gênero; e reconhecimento da história de lutas, desafios e sobretudo da mulher que vive no espaço rural.

2.1 Ciência geográfica e suas categorias: Breve resgate histórico

As categorias são produtos da decorrência da vida, do contato dos homens com outros homens em espaços e tempo desiguais, incrustados em numerosos e distintos universos culturais (Rocha, 2008, p. 4).

A geografia originada no século XX pode ser considerada como ciência constituída de estratégias e dinâmicas capazes de analisar e entender conceitos e objetos ligados às interações sociedade/natureza, bem como os arranjos espaciais que derivam desse processo interativo. Moraes (1987, p. 13) afirma que “a ciência geográfica é muito antiga e conheceu diferentes conteúdos e definições ao longo da história”.

Ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica houve uma série de conflitos, novos debates e descobertas, caracterizando mudanças socioeconômicas e culturais que levaram o homem a tecer suas relações de acordo com o espaço em que vivia.

Santos (1978) caracterizou a virada do século XIX para XX como início das mudanças técnico-científicas informacionais, o que mais tarde ele chamou de “nova cara do espaço e do tempo”. As transições sociais e técnicas aconteceram de forma intensa, incorporadas pelas várias perspectivas práticas e teóricas da geografia. Todavia, essas transformações não

aconteciam de maneira igualitária, ao contrário, favoreceram o aumento das desigualdades, insatisfação das relações de poder, dependência econômica e política em diferentes espaços.

Todos esses debates de cunho epistemológico, técnico e metodológico conduziram esta ciência a variadas concepções e domínios naturais, sociais e humanos. Em outras palavras, é relevante considerar que apesar das distintas maneiras usadas para delinear os estudos geográficos, o seu objetivo mais dinâmico e estratégico diz respeito à relação homem/sociedade, bem como suas alterações sociais, culturais e econômicas. Neste sentido, Pontuschka (2009) afirma:

A geografia como ciência humana pesquisa o espaço produzido pelas sociedades humanas, considerando-o como resultado do movimento de uma sociedade em suas contradições e nas relações estabelecidas entre os grupos sociais e a natureza em diversos tempos históricos (Pontuschka, 2009, p. 37).

Santos (2004, p. 28) em sua obra “Por uma Geografia Nova” afirma que “a geografia não podia escapar às enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos, após a Segunda Guerra”. Ao longo dos muitos avanços nesse processo enérgico de renovação, entende-se que a ciência geográfica dentro de seu contexto histórico e atual é fundamental para compreensão dos objetos, problemáticas e realidades consolidadas no mundo em diferentes escalas. Santos (2004) enfatiza:

O que se quer conhecer, por intermédio das ciências [...] são os diversos aspectos da realidade que compete estudar globalmente. É o correto conhecimento dos diversos aspectos dessa realidade que nos permite, a um dado momento da evolução do pensamento científico, definir melhor cada aspecto e, paralelamente, toda a realidade (Santos, 2004, p. 144).

Em suas múltiplas ramificações a ciência geográfica se propõe a entender a realidade, explicar como o conhecimento é adquirido a partir da prática, da teoria e da crença. Para compreender os fenômenos e processos, a geografia se alicerça em cinco principais categorias: espaço, território, paisagem, lugar e região. Para analisar sua totalidade dinâmica e formas analíticas, Santos (2004, p. 48) cita “o exercício da apreensão da totalidade é um trabalho fundamental e básico”, entretanto, o conhecimento das partes é primordial para funcionalidade do todo, assim como suas inter-relações e conexões. Santos (2004) também avalia que, sem nenhuma dúvida, as categorias constituem uma base, guia permanente para teorização.

Por um lado, as categorias consistem em ferramentas de observação capazes de articular o debate entre natureza e sociedade, à medida que trabalha com elementos e atributos naturais; por outro lado refletem a forma como a sociedade administra essas interações, tal qual seu reflexo nesses sistemas. Para distinguir essas ações é imprescindível identificar sua estrutura

social, modo de produção e relações socioeconômicas efetivas. Meurer *et al.* (2021) salientam que:

Na Geografia, foram se constituindo as categorias de análise que estão em contínua mutação, cada qual construída por diversas correntes de pensamento, posições filosóficas, perspectivas teóricas, e dependem dos diálogos e dinâmicas das pesquisas que se movimentam conforme o movimento histórico e do vivido na dialética [...] sociedade-natureza, envoltas nas relações sociopolíticas, econômicas, educacionais, culturais e humanas (Meurer *et al.* 2021, p.1-2).

A articulação contínua das categorias percorre uma dialética que varia entre estrutura intelectual autônoma e um saber geográfico em transformação, ou seja, uma construção crítica, essencial ao processo histórico e social em andamento. Uma precisa ferramenta que age de diferentes formas e possui diferentes funções, dependendo da sua abordagem de pesquisa e segmentos econômico, educacional, sociocultural entre outros. Para melhor compreensão dessa identidade e realidade é necessário observar as categorias em suas especificidades (Rocha, 2008).

Todas elas retratam um recorte sobre as categorias verificadas em uma análise ou método. Assim, para Santos (2008) o conceito de paisagem, por exemplo, está diretamente associado à definição de espaço, visto que a partir dela se percebem as transformações decorrentes da ação do ser humano sobre a natureza. Refere-se a um momento ou sentido específico. Para Bertrand (2004, p. 141): "Paisagem é uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos". Ou seja, está em constante evolução, aponta de maneira única sobre o processo de convivência, tempo, cultura e relação que cada sujeito possui com determinado ambiente, também pode ser vista como produto social, o qual espelha historicamente a sociedade que construiu e constrói essa paisagem.

Já o conceito de lugar não possui propriamente uma definição, depende do seu contexto histórico, abordagem e utilização. Ao longo da história, essa categoria foi alvo de muitos debates e diferentes contornos, entretanto, o que antes era relacionado apenas à localização de um fenômeno ou objeto no espaço, nas discussões atuais ganhou significação particular e pertencimento, ou seja, memórias vivenciadas pelo homem, que representam e enriquecem o cotidiano. Segundo Souza (2001), o sentido de lugar se remete às identidades, trocas simbólicas, construção de imagens e espacialidades vividas e percebidas. Neste contexto, considera-se que o termo lugar significa deslocamentos diários, criação de laços individuais ou em grupo.

Por sua vez, a categoria região é definida e delimitada a partir de seus critérios comuns, características específicas e recorte espacial. Seu agrupamento difere de acordo com a localidade e classificação regional, um clássico exemplo disso é a divisão político administrativa do território brasileiro separado em cinco grandes regiões (Lencione, 2009).

A região quanto categoria agrega-se também a um conjunto ou parcelas territoriais identificadas pela identidade, seja ela de cunho físico, político, cultural ou econômico. De acordo com Gomes (2000), o intuito final é encontrar para cada região uma personalidade, uma forma de ser diferente e particular. Neste contexto, o termo região pode ser compreendido como espaço modificado e percebido de acordo com as ações humanas.

Dentre as categorias aqui mencionadas, o espaço pode ser considerado o mais amplo, pois ao longo do período histórico, quanto no momento atual é produzido e modificado por meio da ação sociedade/natureza. Principal objeto de estudo da geografia, sua característica essencial refere-se aos seus aspectos dinâmicos que reúnem um conjunto diversificado de elementos, que estão em constante transformação (Gomes, 2000).

Santos (2004) cita que o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem por meio do trabalho, sua morada e lugar de vida. Assim, é válido argumentar que o espaço se configura como matéria trabalhada e representa um objeto social, com a influência do homem; faz parte da rotina dos indivíduos, uma vez que condiciona suas atividades; dinamiza as ações e evidencia tais práticas. Segundo Santos (2004):

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (Santos, 2004, p. 153).

Ainda segundo Santos (2004), tem-se quatro categorias: forma, função, estrutura e processo, como ponte para fomentar o discurso da transformação social, pois o espaço ocupa importante papel no conjunto de objetos naturais e artificiais. As formas se evidenciam nos conceitos visíveis do objeto ou de um arranjo dele. O campo, a cidade, uma casa, são considerados bens que possuem uma forma espacial. A função é uma atividade ou tarefa esperada para uma determinada forma. Nessa perspectiva, pode-se esperar de uma casa (forma) o papel de habitação e de lazer, por exemplo. A estrutura, por sua vez, faz menção às inter-relações das partes de um todo, configura-se como a matriz social de justificação das formas e

dos objetos, em um determinado momento, tendo relação com seu modo de organização e de constituição. O processo remete à compreensão das ações em direção a um resultado.

Dessa forma, o homem se complementa com o espaço por meio dessas diferentes interações, seja de cunho socioespacial, campo econômico ou político. A maneira como o homem desenvolve as técnicas e práticas no espaço possibilita melhor análise dos fenômenos e estruturação, que emplacam e diversificam as abordagens no que se refere a conceitos e relações nos seus vários âmbitos. Ao considerar o exercício de evolução dessas ações é relevante dizer que estas não se desassociam, mas se contradizem (Moreira, 1998).

Conforme Santos (1999, p. 39) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas das ações que não devem ser considerados isoladamente, mas como marco único, onde a história evolui”. Significa dizer que o debate sobre espaço se caracteriza de acordo com os processos históricos e atuais responsáveis pelas suas mudanças, um sistema de valores que está em constante transformação.

Entender esse processo é tarefa basilar para compreensão das demais categorias citadas no texto, uma vez que é inviável discutir sobre região e não levar em conta suas várias dimensões e critérios espaciais, abordar o conceito de lugar/paisagem e não considerar o espaço como base, ou fomentar um debate sobre território e não perceber o seu dinamismo, segmento espacial, mudanças e relações sociais, Fernandes (2013) argumenta que:

O espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares (Fernandes, 2013, p. 282).

A categoria território, em particular, é analisada a partir dos seus vários usos e norteia o debate da presente pesquisa, pois no contexto da investigação é possível entendê-la como porção central do espaço geográfico, onde se revelam as relações entre o objeto da análise social tidos como os agentes sociais, políticos, culturais, econômicos ou a combinação de todos eles (Corrêa, 1995).

O conceito de território, assim como os demais citados, no âmbito da ciência geográfica sempre foi alvo de variadas compreensões, entretanto o que deve ser levado em conta é o conteúdo, em outras palavras, o percurso histórico e interesse dos agentes atuantes de cada categoria (Corrêa, 1995).

Dentre as concepções sobre território, as de Ratzel (1990) foram fundamentais para alavancar o debate no século XIX. Para ele, território era definido como uma determinada porção da superfície terrestre que poderia ser apropriada por grupos humanos. Desse modo,

território é posto como um espaço no qual um sujeito ou grupo desfruta da posse e atribui identidade.

Raffestin (1980) também contribuiu muito ao relatar em suas obras o conceito de território, bem como seu entendimento referente ao espaço geográfico. Para o autor, a categoria é compreendida como nacional, espaço físico onde se localiza uma nação, delimita segmentos jurídicos ou projeta as linhas, limites e fronteiras das atividades humanas. Raffestin (1980) infere que:

[...] O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora a produção, por causa das relações que envolvem que se inscreve num campo de poder. Produzir uma relação do espaço já uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto de no espaço é expresso por uma representação que revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (Raffestin, 1980, p. 144).

Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço, não se reduz então à sua dimensão material ou concreta. Raffestin (1993, p.7-8) considera como, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço. É construído historicamente, ou seja, um objeto de análise que alcança diferentes perspectivas e remete diversos contextos e escalas como a casa, escritório, bairro, cidade, região, nação, planeta. Um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar.

Nessa vertente, a concepção de território passa a visualizar as interações do uso de poder como ponto determinante quanto à caracterização e apropriação do espaço, seja pelo domínio ou até mesmo pela segregação política, social, econômica entre outras, que geram luta por um lugar específico, ou seja, ocorre por questões de identidade, sentimento de pertencer ou posse. Estes “conflitos” são observados por meio de relações sociais conjuntas ou individuais e influenciam na formação do território em diferentes ordens. Raffestin (1980) considera:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural, que resulta em jogos de oferta e procura, que provêm dos indivíduos e/ou grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território (Raffestin, 1980, p. 150).

Recentemente, têm-se novas contribuições a respeito do estudo da categoria território, dentre as quais, verifica-se que segundo, Saquet (2000, p. 107-108) “o território é uma

construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço”. Assim, é plausível dizer que apesar das especificidades presentes nestas categorias (espaço-território) estão são indissociáveis. A apropriação espacial constrói o conhecimento crítico que vinculado ao homem permite catalogar, produzir e organizar as ações dele no espaço. É relevante dizer que o território é tão importante quanto o espaço, uma vez que eles não se desassociam e não se pode falar da existência de um país, disputas, políticas públicas, Estado e afins, sem conceber o uso do território em seus vários contextos.

Haesbaert (2001) entende o território como uma relação espaço-poder, dividida pelo geógrafo em três importantes vertentes, a primeira ele chama de jurídico-política, que compreende o território como um espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente pelo estatal; a segunda ele denomina de cultural, visto como produto de apropriação estabelecido por meio da identidade social sobre o espaço; e a terceira vincula-se aos segmentos econômicos, produto espacial dos embates e interações entre classes sociais e classe/trabalho.

Encontrar uma única definição para as categorias geográficas é tarefa árdua, pois cada uma possui diversas acepções e recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma conceituação imutável, fixa e eterna. São flexíveis e permitem mudanças. Corrêa (2000, p. 19), argumenta que as categorias geográficas “guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território”.

Na busca desta articulação, a geografia trabalha, de um lado, com os elementos e atributos naturais, à medida que procura não só descrevê-los, mas entender as interações existentes entre eles, e de outro lado verifica a maneira pela qual a sociedade administra os sistemas naturais. Para perceber essa ação é necessário analisar sua estrutura social e entender sobre seu modo de produção, instrumentos de poder e relações socioeconômicas vigentes (Corrêa, 2000).

Para Santos (2006), as dinâmicas categóricas do espaço são caracterizadas de maneira particular e tornam-se componentes fundamentais para entender o mundo, a vida e o cotidiano, expressadas na visão de cada sujeito em espaços e tempos diferentes. Assim, os geógrafos ao longo da trajetória da ciência geográfica examinam meios e conceitos que visam entender a relação homem/natureza, os quais estão ligados à abordagem do pensamento geográfico, de forma vinculada a determinado método científico que apoia o arcabouço teórico e metodológico do pesquisador.

Vale ressaltar que o estudo busca mostrar os caminhos e as ferramentas da geografia que possibilitam observar e analisar os fenômenos terrestres e suas consequências, bem como

reafirmar e procurar entender por meio do uso da categoria território as relações e formações sociais para além do poder político administrativo, mas também compreendê-lo como objeto de análise social.

2.2 “Os usos” do território e as questões sociais

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. [...] tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2006, p. 15).

As predominâncias das relações de poder e território usado debruçam-se no cenário histórico iniciado no decorrer das preocupações da unificação alemã, reconhecida e idealizada em meados de 1870 nas universidades europeias a partir das concepções de Ratzel, estas que serviram de suporte para constituição da geopolítica. À medida que surgiam novas concepções sobre território, ampliaram-se as definições. Em 1970 a discussão ganhou maior impulso e passou a ser vista além de uma simples delimitação de fronteiras, (Moraes, 2001).

Neste momento, o território passa a ser entendido para além da escala Estado-nação e ganha caráter de espaço habitado e vivo, que permite criar caminhos que levam a refletir sobre o início da história, de como é feita a análise do seu uso. Define os mecanismos que permitem pensá-lo como ator ou cenário no seu papel ativo, capazes de conduzir seu desenvolvimento e dimensionar vínculos em suas várias esferas. Ou seja, apresenta caráter mobilizador que possibilita e amplia iniciativas voltadas para o crescimento social, coletivo e individual em diferentes âmbitos e funções, o que permite constante diálogo entre a sociedade e o território, expressados por intermédio das heranças sociais e dos atuais movimentos da sociedade. Santos (1998) infere que:

[...] É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro (Santos, 1998, p. 15).

Essas dinâmicas que atuam no controle do território podem definir uma identidade de acordo com cada prática exercida e isso não depende apenas dos atributos físicos e concretos, conta ainda com a temporalidade e o pertencer no tocante aos níveis socioespaciais e aceleração de atividades cada vez mais plurais. Mostra tanto o caráter material quanto imaterial, pois

permite ser observado como espaço de resistência, conflitos ou até mesmo como campo de forças disputado pelos agentes que o constroem (Santos, 1998).

Santos (1998) também afirma que esse território é um reflexo do espaço humano habitado, que se renova constantemente e se concretiza por meio do valor, dos limites, das novas localizações, das divisões do trabalho e das formas de cooperação. Essa relação de uso entre homem e meio viabiliza o desenvolvimento social, ao passo que sofre influência direta desses recursos em seus vários aspectos.

Discutir território no bojo de sua ligação direta e indireta com a sociedade, requer um reconhecimento cauteloso que supere o ato de transformá-lo somente para suprir as necessidades de cada sujeito, é preciso uma análise estratégica e organizada para fomentar o processo de ação composto pelo homem no território usado. Esse conjunto de manifestações sociais permite identificar elementos estruturais e simbólicos, sendo relevante dizer que essa configuração existe por si só, mas ganha sentido quando reúne materialidade/vitalidade e passa a existir socialmente; diz respeito à maneira com a qual os seres humanos exercem influência sobre determinado lugar e como a criam instrumentos de controle particular sobre as propriedades destes espaços. Tais práticas territoriais abarcam de forma simultânea componentes identitários e políticos. Segundo Haesbaert (1997):

o território envolve [...] sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar (Haesbaert, 1997, p. 42).

Nesse contexto, o uso do território acompanha duas linhas de raciocínio: a física e a simbólica, segundo Haesbaert (2005), ambas contemplam a questão do poder como componente essencial. A categoria corresponde ao sentido de poder numa maneira mais concreta, isto é, dominante (funcional) e a simbólica acontece por intermédio da apropriação. Esse uso designa ações desiguais, bem como permite uma relação de produção/lucro e segurança afetiva. Assim sendo, o autor acrescenta que exercemos domínio sobre o território tanto para realizar funções quanto para produzir significados.

Ao assumir postura de agente transformador, o homem se agrupa conforme critérios de reconhecimento, influenciados pelos traços estruturais e objetivos, ligados ao uso de métodos estratégicos, que são encarregados de estimular mudanças e movimentos de diálogos sociais. Santos (2006, p. 13) assegura que “[...] o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

A junção entre território e os agentes que o modificam confere um processo histórico de interação que proporciona sua flexibilidade e dinâmica. Perceber esse processo de organização faz com que os sujeitos pratiquem o exercício de transformar e construir espacialidades potentes que sustentem o desempenho social e seus vários contextos, pois tais fatores só têm valor quando são aplicados no cotidiano, onde se constrói a identidade e territorialização.

Perico (2009) afirma que a junção desses princípios fomenta toda a discussão no que tange aos vários usos do território, ou seja, possuem estreito vínculo, considerados indissociáveis. Ele cita que “a forma como os grupos se organiza para fazer a gestão, defender ou integrar seu território constitui na expressão política de identidade no território” (Perico, 2009, p. 39).

Essa ligação cotidiana de trabalho entre sociedade e natureza estabelece relações de poder mais enfatizadas tanto na construção quanto na desconstrução do crescimento local ou geral de cada ambiente. Saquet (2010, p. 71) argumenta que “[...] do habitat e do território através da produção de objetos concretos (materializações) e símbolos (econômicos, políticos e culturais)”. O autor complementa que a produção e apropriação desses ambientes são construídos por meio do tempo. Saquet (2011) considera ainda, que a ideia de temporalidade é essencial, pois viabiliza a apreensão das identidades, das relações de poder, das desigualdades e das diferenças.

É necessário que se estabeleçam vínculos de identidade no decorrer do tempo, uma vez que estes são capazes de definir as inter-relações tanto na esfera individual quanto coletiva da dinâmica territorial. Os agentes responsáveis por essas práticas buscam dar visibilidade ao território desde sua construção histórica até os dias atuais. Saquet (2011, p. 80) certifica que “a realidade geográfica no território é entendida como rede de relações entre todos os fenômenos coexistentes e como resultado de um processo histórico”.

Perceber essa diversidade de manifestações que caracterizam os laços do território geograficamente implica também na identidade dos grupos coletivos ou individuais, pois estes constroem elos que superam a ideia de posse de um simples “pedaço de terra”, conflitos ou delimitações políticas. Esse pertencimento está relacionado às atividades criadas no decorrer das interações diárias do pensar, inovar, planejar e executar ações, compreendidas em suas singularidades, isto é, um movimento constituído por simultaneidades, que se materializa no território entre os tempos histórico e coexistente. Saquet (2007) afirma que:

O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e

historicamente organizado e produzido [...]. É chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social (Saquet, 2007, p. 142).

Ao passo que o território é construído como produto do processo das relações de apropriação e domínio social, torna-se sinônimo de articulações, conflitos e pertencimento, o que significa que este desenvolvimento sofre influência direta desses recursos em suas várias esferas, pois pertencer a um determinado território requer o sentir e identificar. Nesse exercício, o território assume instâncias determinadas pelas territorialidades inseridas como táticas culturais e políticas, que estabelecem com clareza as vivências construídas no dia a dia, seja de maneira individual ou coletivo de cada sujeito, além de identificar e facilitar a construção de debates territoriais, ao criar mecanismos de controle que influenciam na crítica e apropriação de poder, estas que refletem na raiz da identidade de cada sujeito social (Silva, 2014).

2.3 Territorialidades como processo construtivo do território

As territorialidades correspondem à ideia de comportamento vivido, que envolvem um conjunto de elementos simbólicos e funcionais que conferem ao indivíduo o pertencimento a determinado território. Saquet (2007) refere-se ao termo como “dimensão subjetiva”, isto é, onde acontece parte das relações diárias efetuadas pelo homem, sejam elas de trabalho, família, ou até mesmo uma visita à igreja, ao banco ou à escola. Essas interações corriqueiras e necessárias constroem o território e concebe vida a cada ser social num determinado lugar. Desse modo,

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (Saquet, 2007, p. 129).

A territorialidade pode favorecer um estado, cidade ou país, uma vez que pode ser vista como um feito estratégico que controla o contexto social no qual está inserida, significa que, independentemente do tamanho, uma área pode ser preservada e dominada por meio das atividades desenvolvidas com as territorialidades. Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 160) discute que “o próprio território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz, sempre em processo dinâmico, que se manifesta em todas as escalas

espaciais e sociais”. Assim, é importante compreender que os indivíduos inseridos nesse processo territorial são vistos de maneira igualitária e designam a qualidade desse espaço conforme a sua utilização. Esse processo de territorialização é constante, pois os confrontos sociais também são incessantes.

Na construção e aperfeiçoamento desses territórios, os grupos sociais passam a ocupar seus espaços de acordo com suas territorialidades, que tem a ver com suas tradições, ideias, princípios, características e histórias. Cada um deles conta com regras e manifestações próprias, Sack (1986, p. 2) afirma que “a territorialidade está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra, como se organizam no espaço e como elas dão sentido ao lugar”. Portanto, cria estabilidade ao compartilhar o mesmo ambiente, estabelece identidades territoriais e fortalece os vínculos tanto subjetivos e funcionais, especialmente no caso de grupos sociais que utilizam da territorialidade para estabelecer o que Haesbaert (2014, p. 62) denomina de “argumento para a construção efetiva do território”. Todos esses mecanismos citados carregam a necessidade de estabelecer e ampliar políticas que façam do território um espaço de aprendizagem e diálogos capazes de diminuir os cenários de desigualdades atuais.

Raffestin (1993, p. 162) salienta que a territorialidade “é a face vivida”. Nessa temática, o autor entende que tais concepções devem manter sempre associada a ideia de território correspondente, que valide a compreensão dos seus efeitos de acordo com sua utilização. Territorialidade passa a ser conceituada como uma tática especial de controle e influência, indicada pela intencionalidade dos atores que a desfrutam. Dessa forma, as definições de Sack assemelham-se aos conceitos de Raffestin, bem como se aproximam das análises de Milton Santos, as quais apresentam conteúdos relacionados aos efeitos que a territorialidade produz sobre a organização social dos espaços.

Com base nas abordagens anteriores e discussões de diferentes autores, pode-se afirmar que a contribuição do território referente aos debates sociais cria vínculos em diferentes instâncias, sejam regionais, municipais ou locais. Isso acontece de maneira conjunta, ao passo que reforça o desenvolvimento territorial e estruturas de poder. A harmonização desses fatores sociais contribui na valorização e interesses de cunho econômico, cultural e político construídos historicamente e determinados por meio dos usos que constroem o território e suas territorialidades.

Reunir esses diferentes elementos reflete em articulações e objetivos inovadores, que no decorrer do tempo definem e redefinem relações de poder por meio dos grupos sociais e seus espaços, onde seu valor é estabelecido mediante sua subjetividade e funcionalidade,

desenvolvidos de acordo com as vivências de cada ator social. Neste sentido, Perico (2009) apresenta alguns aspectos que intensificam a importância das dimensões sociais, afirmando:

A dimensão sociocultural diz respeito à equidade social obtida com a participação dos cidadãos nas estruturas de poder, tendo por referência a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade face à possibilidade de melhorar a qualidade de vida das populações (Perico, 2009, p. 34).

Segundo Perico (2009) no contexto do debate sobre o desenvolvimento, seja sociocultural, econômico ou territorial, a discussão quanto à diversidade torna-se de extrema relevância, uma vez que favorece a construção diária, coletiva e democrática de cada sujeito social, de forma que estes sejam acolhidos e representados em suas individualidades. Essa capacidade de gerar novos usos no/do território não é um mérito somente de quem o constrói, é uma junção estabelecida entre os segmentos sociais e institucionais. Para Koga:

A dimensão territorial traz elementos que permitem uma perspectiva de totalidade da questão social, estes que trabalham não somente com os aspectos das necessidades, mas refere às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência (Koga, 2003, p. 39)

Essa dinamicidade territorial serve para delinear as diferenças, desigualdades, além de garantir fala e ações de grupos minoritários, à medida que colabora com a afirmação de suas potencialidades. Neste sentido, a autora complementa que o território também pode ser concebido mediante as relações sociais. Koga (2003) infere que:

Território é o chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida cotidiana. Também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder (Koga, 2003, p. 33).

A compreensão do valor cultural entre identidade, território e questões sociais são pertinentes, ao passo que refletem na formação subjetiva de cada grupo em diferentes graus de correspondência e intensidade. A consciência da diversidade sociocultural de um território é necessária principalmente para elaboração de políticas públicas e debate sobre as inúmeras questões sociais, pois à medida que atende às carências de cada ambiente e respeita as particularidades de cada sujeito, este espaço proporciona a composição de conjuntos e os estimula à troca de conhecimento e experiências de maneira resiliente.

Saquet (2007, p. 64) argumenta que “o território é apropriado e construído socialmente”, assim, pode-se considerar que esses fatos desencadeiam uma série de resultados no segmento social, este que impulsiona todos os outros, pois seu movimento é dialético. Gerenciar esses

fatores possibilita a participação social e diminui significativamente as questões de desigualdades, pois conforme esses espaços são territorializados manifestam-se as ações, o modo como o homem desenvolve essas técnicas e práticas facilitando sua estruturação e análises dos fenômenos. Contudo, o mais importante nesse exercício territorial é integrar diálogo e ganhos inseridos na pluralidade¹ de cada território.

Como foi dito anteriormente, os termos e definições (territorialidades, territorializar²) derivados do conceito de território implicam na articulação direta das relações de poder, disputa, fluxo, culturas, identidades e demais elementos basilares da prática política e social dos usos territoriais. Essas atividades mobilizam forças e promovem mudanças necessárias e urgentes à ciência, uma vez que orientam novos olhares e abrem caminhos para confrontar essa realidade complexa e diversa instalada na sociedade.

Nesta vertente, Barbosa (2010, p. 2) contribui ao afirmar que: “o território significa, portanto, uma marca e uma matriz daquilo que verdadeiramente somos e do que queremos para as novas gerações”. Na busca por uma sociedade presente e efusiva, é preciso compreender e praticar os valores que permeiam essas dinâmicas, que definem rumos e garantem resultados. Diante dessas transformações, o território orienta novos olhares, constrói conhecimento e amplia caminhos, para entender a realidade das questões sociais.

2.4 Gênero e território: Narrativas e transformações sociais

As leituras do território permitem/possibilitam o entendimento das mudanças e atividades necessárias capazes de “curar” cicatrizes sociais advindas de um passado, no caso em especial do Brasil, marcado historicamente pela desigualdade e pela presença de uma sociedade patriarcal ainda muito latente e normatizada, aspecto que pode ser percebido de acordo com as relações construídas por meio das vivências simbólicas, políticas, sociais, identitárias, econômicas entre outras. Reis (2015, p. 13) considera que:

Embora a geografia incorpore com atraso as abordagens de gênero, sua expansão e aceitação tem sido rápida, porque o conceito de gênero permite compreender as relações sociais, especificamente, como os sexos contribuem para reprodução social.

Os elos criados permitem observar a construção social e a diferença gritante de funções estabelecidas entre homem e mulher no decorrer da história. Segundo Dias (2014), a utilização

¹Espaços diversos culturais, sociais e políticos que produzem diferentes identidades (Bernardi, 2017).

²Manifestar poder em uma área específica (Bernardi, 2017).

do conceito serviu de base para impulsionar pesquisas e fortalecer a construção de bases teóricas e práticas sobre a temática. Assim,

A importância das pesquisas de gênero tem fortalecido a construção de novas bases teóricas para análise da sociedade. Dessa forma, a diversidade dessas teorias dialoga com uma sociedade em transformação que não pode estar arraigada somente aos conceitos universais de cultura. A preocupação de gênero passa a ser investigar novas construções sociais, inseridas em contexto culturais (Dias, 2014, p. 161).

O debate sobre gênero surgiu em meados da década de 1970, quando o movimento feminista junto a uma cultura contestatória deu o primeiro passo para inclusão das mulheres nos vários segmentos, a adoção do conceito permitiu avanços teóricos e metodológicos, além de ampliar o campo de conhecimento, visto que o território passa ser ponte fundamental para se compreender tais relações, (Lobo, 1990).

Scott (1995) aponta que o conceito de gênero é fruto das muitas lutas feministas, movimentos sociais e políticos que, por inúmeras vezes, questionaram o espaço social que as mulheres ocupavam e fez com que essa problemática fosse analisada. A partir desse momento, o termo que antes era usado apenas como referência biológica para diferenciar homem e mulher de acordo com suas características naturais, passou a ser associado aos aspectos construídos e desconstruídos socialmente. Neste sentido, Dias (2014) considera que:

As sociedades denominam as pessoas de homem e mulher designando seus atributos respectivamente por masculinidade e feminilidade [...] a análise das relações sociais de gênero fundamenta-se na ideia de que as distinções entre trabalhadores e trabalhadoras são resultado de uma construção cultural, e não decorrem apenas da noção biológica. Ser mulher é ser homem, não é assumir as diferenças físicas como definidoras de papéis sociais, mas considerar que os seres humanos são seres eminentemente de cultura, portanto, construções históricas realizadas por eles próprios, ou seja, em permanente transformação. A constituição dos sujeitos é multifacetada e apresenta, simultaneamente, em maior ou menor relevo, se observa sua interação social, uma identidade de gênero, uma identidade de classe e uma identidade de raça/etnia. Com efeito, a categoria gênero, como elemento constitutivo das relações sociais, implica práticas humanas diferentes (Dias, 2014, p. 12).

A definição de gênero é vista como jogo variado, dinâmico e produtivo dos vínculos sociais de poder. São essenciais em todos os arranjos, além de mediar o entendimento quanto às questões de divisão do trabalho, dominação política, exploração, entre outras. (Oliveira 2019, p. 62) frisa que “os movimentos feministas emanciparam a mulher da vida privada, concederam-lhe direito ao voto, ao ensino, ao espaço público”. Quando muitos viam a subordinação feminina como um aspecto comum/universal, a concepção de gênero serviu como prato quente para desmistificar essa construção social.

Silva (2010, p. 2) afirma que “gênero e sexo são aqui compreendidos como construções sociais permanentes que vão muito além da mera representação de papéis a serem desempenhados, por corpos de homens e mulheres sob a hegemonia da heteronormatividade”. Refere-se à identidade com a qual uma pessoa se identifica ou se autodetermina, independe do sexo e está mais relacionado com o autorreconhecimento do indivíduo, assim, essa identidade trata-se de um fenômeno social e não biológico.

Ao passo que não configura uma única área de vivência, Louro (2010, p. 19) explica que, “as relações de gênero constituem-se e reproduzem-se a partir das relações de poder”. Nesta vertente, assume papel estratégico que concede à mulher voz no campo científico e político. Para Scott (1990, p. 14), é nesse espaço que gênero assume caráter categórico útil de análise, em outras palavras, oferece partes e subpartes que distinguem os papéis atribuídos a cada ser social. A autora também explana:

[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (Scott, 1990, p. 21).

A utilização da categoria gênero explica as relações de poder ao revelar condições extremamente desiguais de seu exercício, uma vez que mulheres em todo tempo lutaram para sair das posições subalternas que ocuparam nas muitas instâncias sociais. É sabido que as diferenças sempre vão existir, e mudar esse contexto é um constante desafio. Esse “caráter bivalente do gênero” é face de um dilema, visto que as mulheres sofrem, no mínimo, dois tipos de injustiça analisadas como distintas, elas necessariamente precisam do que Fraser (2006) chama de remédios distintos, que são redistribuição e reconhecimento. Entender a importância de administrar tais fatores possibilita a participação social, diminuindo significativamente as questões de desigualdades e afins.

Assim, pode-se pensar que, quando reconhecidas, as mulheres representam um marco nas relações patriarcais ou até mesmo uma mudança na história de dominação. Ao garantir autonomia, ela pode revelar uma nova concepção de poder, isso acontece à medida que assume formas mais democráticas, constrói novos mecanismos de responsabilidades coletivas e tomada de decisões compartilhadas. Dias (2014) argumenta que:

Com o avanço na superação das relações patriarcais, as mulheres começaram a atuar nos espaços políticos, mas as desigualdades entre homens e mulheres se disseminaram também nesses espaços políticos, como por exemplo, o trabalho do trabalho. Essas relações foram intensificadas a partir da inserção das mulheres no trabalho, pois a relação tempo/espaco dentro e fora das

esferas domésticas e a reformulação dos papéis sociais das mulheres nesse contexto teve que ser repensada (Dias, 2014, p. 48).

Compreender que as relações de gênero são relevantes para todo conjunto social, inclusive para os homens, não foi tarefa fácil e segue sendo um desdobrar contínuo. O que acontece de maneira intensa na organização diária dos espaços rurais/urbanos, bem como locais de trabalho e instâncias governamentais. Silva (2010, p. 38), menciona que a linha estruturalista:

[...] criou uma feminilidade genérica, pautada pelas relações de classes e fundamentada na figura da mulher, esposa, mãe e trabalhadora pouco preocupada com outras identidades marcadas por sistemas políticos e culturais de opressão.

Por essas e outras razões, que assumir as cadeiras desses lugares tornou-se um ato de resistência, coragem e desconstrução, posto que a desigualdade entre homens e mulheres é algo construído, não nasce com eles, é decorrente da organização ou vida em sociedade, em que a diferenciação dos papéis sexuais está relacionada à hierarquização social (Silva, 2009).

Em razão disso, busca-se averiguar a carência desses espaços de representação para as mulheres, o que reflete no seu distanciamento do debate das questões sociais, interferindo de forma direta e indireta na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos os direitos e condições de vida precisam ser visibilizados e respeitados. Assim, Oliveira (2019) afirma que:

Nessa direção, é que se alerta, para a continuidade das ações, dos movimentos sociais e a importância do debate sobre a emancipação social feminina. Pelo reconhecimento e entendimento por parte da própria mulher enquanto possuidora de direitos na sociedade (Oliveira, 2019, p. 63).

Como toda temática que discute a diversidade, ou de algo que fuja dos modelos tradicionais, o discurso sobre as relações de gênero é visto por diversos segmentos da sociedade como um tabu. Tornar visível aquela que sempre foi ocultada tornou-se o grande objetivo das primeiras estudiosas feministas. Essa luta segue viva e resistente até os dias atuais. A segregação social e política a qual as mulheres foram historicamente submetidas teve como consequência a sua ampla invisibilidade como ser social, principalmente no campo científico, por isso a pretensão é entender o gênero como constituinte da identidade social da mulher, por meio das relações de poder estabelecidas por elas (Louro, 2010).

2.3 Território e mulher: uma construção histórica

Tudo que habita em meu corpo, é solo sagrado que ecoa grito ancestral.
Minha pele é marcada de palavras e as cicatrizes contam a história de uma

mulher que nasceu no oceano, lava e vento. Gero, queimo e contorno todos os cantos do mundo (Leão, 2019, p. 5).

O discurso sobre a ciência geográfica e os usos dos territórios segue um processo linear iniciado em países europeus antes mesmo do período industrial e se aprofundou a partir de 1990, quando a discussão sobre território deixou de ser meramente econômica. Moreira (1994) ratifica que a história da geografia é um salto fantástico no tempo e no espaço. A política de crescimento do território insere-se nesse âmbito de forma estratégica, frente à necessidade de ordenar e planejar inovações sem descartar seu processo histórico, responsável por configurar a natureza dos laços sociais, com intuito de estimular e fortalecer a identidade de seus atores, refletida na contemporaneidade.

É necessário que haja novos enfoques e instrumentos que provoquem mudanças significativas no tocante às perspectivas naturais, políticas, simbólicas e socioculturais. Abramovay (2002) afirma:

A ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (Abramovay, 2002, p. 4).

Em virtude disso, o território aqui analisado refere-se ao território das práticas femininas vistas como algo em constante mutação, que se constrói e reconstrói a partir das ações humanas com o espaço de sua existência, onde se estruturam relações afetivas, poder, trabalho e afins. A relação territorial que será destacada envolve certamente a dimensão simbólica de pertencimento, em especial das mulheres e sua relação com a terra.

Silva (2003, p. 4) infere que “[...] o ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente reelaborada, está em constante movimento”. Neste cerne, a figura feminina não apenas configura os territórios, mas tecem atividades sociais, relações de poder e produzem novas territorialidades em seu interior.

Até o atual momento são perceptíveis inúmeras conquistas adquiridas em favor da mulher, mas não é segredo que por trás delas sempre existiu uma sucessão de lutas e resistências. De acordo com os registros de fatos comprovados, marcados na sociedade e em todo seu processo histórico, a mulher assumiu papel secundário quando comparado à figura masculina, além de serem submetidas a situações extremas (Silva, 2010).

Para Buarque (2019) o que se reproduz atualmente não é senão uma herança dolorosa que teve início desde a Idade Média, quando a expressão da sexualidade, crença e liberdade era

motivo para condenações severas e até mortes em praças públicas. É nesse momento que começa a divisão da “mulher boa e má” ou “santa e bruxa”. Assim, é válido ressaltar que qualquer semelhança com o passado não é apenas uma coincidência, todavia faz parte de uma construção social histórica reproduzida até os dias atuais. O novo momento do feminismo serviu para incorporar questões ligadas à sexualidade, à saúde da mulher e à violência, além de temas relativos à atividade doméstica e à participação na política partidária.

Ainda sob teorias iluministas no século XVIII, muitas mulheres reivindicavam espaços e emancipação e começaram a entender que seus direitos eram “inalienáveis”. Esse cenário apresentou várias teorias e caminhos para a figura feminina, tanto na luta pela cidadania quanto nos questionamentos sobre as relações de desigualdades. E foi nesse momento que elas passaram a fazer parte dos direitos humanos universais. A partir desse marco, iniciou-se a busca por interesses que as livrassem dos títulos de doméstica, sexo frágil, sem liberdade, que sacrificava sua independência e destinava seu tempo aos desejos masculinos. Entretanto, essas reivindicações ainda contavam com o desprezo de muitos (Scott, 1990).

No século XIX, surgiu a primeira lei voltada à educação das mulheres, que concedia a elas o direito de frequentarem escolas elementares, e em 1879 passaram a ocupar seus espaços nas instituições de ensino superior, que antes eram destinados apenas ao sexo masculino. Scott (1990).

Mesmo diante de um cenário austero, no século XX, as mulheres tidas como mais radicais passaram a exigir mais educação para elas e para as filhas. Entenderam que a porta de acesso às profissões chamadas de intelectuais também poderia ser aberta com suas mãos. Esses avanços repercutiram de forma mundial, em cada lugar via ou ouvia algum relato de bravura e coragem por parte da mulher. Nos Estados Unidos, estudos liderados pela enfermeira Margaret Sanger deram vida à pílula anticoncepcional. Ela acreditava que a partir desse feito, a mulher teria controle do seu corpo e poderia decidir se queria ou não ter filhos (Sanger, 1995).

Em sua obra intitulada “Pensamentos feministas conceitos fundamentais”, Buarque (2019) pontua que na década de 1990, a criação da rede afro: rede de mulheres afro-latino-americanas, afro-caribenhas e da diáspora (RAAD) foi essencial para entender as conquistas de classe e raça, pois a partir desse feito as mulheres negras começaram a articular suas próprias demandas. Assim, todo dia 25 de julho celebra-se a dimensão dessa data. Em meio a tantos acontecimentos da época, no Brasil as mulheres foram amparadas constitucionalmente e o voto feminino passou de facultativo para obrigatório equiparado ao dos homens. Esse salto revelou a importância e influência delas para a sociedade.

Ao analisar o contexto histórico a respeito dos avanços e conquistas femininas, ainda há um longo caminho a ser percorrido, principalmente nas instâncias brasileiras, uma vez que o país segue um atraso visível. Segundo a economista Jeni Klugman (2022), o Brasil ocupava a 80ª posição em um *ranking*³ que analisa a inclusão das mulheres na política e economia. Reverter esse quadro, mesmo no século XXI, ainda é tarefa árdua e diária. Por esses e outros vários motivos que se torna indispensável discorrer, mesmo que de forma breve, sobre os momentos basilares para mulher no Brasil. Neste sentido, Lopes (2011) afirma:

A reconstrução do papel social da mulher se deu no momento em que ela passou a buscar o reconhecimento de sua cidadania e da necessidade de participação na definição de políticas públicas, com isso surgiram os movimentos sociais e entre esses movimentos surge o movimento das mulheres. A presença da mulher no cenário público pode ter partido do contexto privado, onde reivindicou por demandas sociais como creches e saúde, a partir das organizações que mantinham nos bairros, nas escolas, nas igrejas (Lopes, 2011, p. 226).

Outras conquistas estavam por vir por intermédio do movimento feminista a favor da cidadania, principalmente no campo social que incluía remuneração justa, direitos maternais, liberdade e autonomia nas questões de sexualidade e reprodução. A conscientização desses ganhos é necessária, pois muitas ainda possuem raízes e dores seculares de uma era “irracional”, patriarcal (Buarque, 2019).

O quadro 1 mostra brevemente algumas das muitas realizações alcançadas pelas mulheres que marcaram a história brasileira. De acordo com Lopes (2011) trazer a lembrança desses momentos mostra a relevância de enfatizar a ação participativa e auxiliar da mulher no seu espaço produtivo, na busca pela inserção social, políticas públicas e na resistência aos preconceitos que ainda dificultam essa participação.

Quadro 1-Conquistas femininas que marcaram a história do Brasil

ANO	CONQUISTAS
1852	Primeiro jornal feminino; relatava que as mulheres não deveriam aprender somente sobre boas maneiras, piano, bordado e costura. Porém afirmava que a figura feminina poderia ultrapassar o espaço doméstico e pedia aos homens que não as considerassem mais sua propriedade.
1879	Mulheres garantem o acesso ao ensino superior; a lei geral foi promulgada em 15 de outubro e mesmo diante de alguns entraves, foi essencial para garantir a emancipação feminina.

³ Palavra de origem inglesa que significa classificação ordenada de acordo com critérios determinados (Meu dicionário, 2003).

1932	Sufrágio feminino; garantido pelo primeiro colégio eleitoral brasileiro essa conquista se deu graças aos movimentos feministas, após 50 anos de mobilização e luta.
1940	Mobilização das mulheres negras; esse ganho veio por meio do “jornal: quilombo, vida, problemas e aspirações do negro”, o momento serviu para impulsionar a mobilização de gênero e raça no Brasil.
1962	Criação do estatuto da mulher casada; a mulher casada passou a não depender mais da autorização do marido para trabalhar, a partir de então tinham direito a herança e guarda dos filhos em caso de separação.
1977	Aprovado por lei, o divórcio passou a ser uma opção legal.
1988	A Constituição brasileira reconhece que homens e mulheres possuem direitos iguais.
1998	Benedita da Silva torna-se a primeira mulher a presidir uma sessão do congresso nacional.
2003	O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF Mulher; crédito específico que atende as necessidades de gênero feminino no meio rural.
2006	Foi sancionada uma das leis mais importantes e necessárias em favor e acolhimento à mulher. A Lei (11.340/06)4 Maria da Penha é responsável em proteger a mulher contra crimes de violência doméstica e familiar.
2010	Pela primeira vez uma mulher assume a cadeira da presidência do Brasil.
2015	Sancionada a lei do feminicídio; Constituição Federal reconhece o feminicídio por meio da Lei (13.104) 5 como crime de homicídio hediondo.
2021	É criada a Lei (14.192/21) 6 que combate à violência política contra mulheres.

Fonte: TREE diversidade⁷ (2022). Organizado pela pesquisadora

Lopes (2011, p. 19) pontua que “fortalecer a presença das mulheres, como sujeitos de cidadania, a fim de manter a sustentabilidade da vida humana, só é possível com justiça e igualdade social de gênero e de raças”. A trajetória para uma construção política, social e

⁴Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. (Lei Brasil, 2006).

⁵Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. (Lei Brasil, 2015).

⁶Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais. (Lei Brasil, 2021)

⁷ Significa árvore da diversidade. O site tem por intuito promover desenvolvimento de culturas organizacionais e de pessoas mais diversas e inclusivas (TREE, 2022).

identitária só foi possível porque houve um processo organizado, no qual cada mulher envolvida acreditou e buscou de forma fiel ocupar cada cadeira e espaço que eram e são direito delas.

Essas conquistas alcançadas no decorrer dos anos pelos movimentos feministas têm reflexo direto em grande parte ou todos os segmentos da sociedade. Além dos avanços citados, outros vários momentos marcaram a história da mulher brasileira, acontecimentos que repercutiram mundialmente. Desta forma, fica evidente que elas ocuparam e ocupam um lugar de liderança principalmente no que diz respeito a ações cidadãs, culturais e no processo de construção dos territórios políticos, econômicos e representativos. Almeida (2011) afirma:

O movimento feminista pode ser considerado a ruptura que possibilitou uma das transformações mais radicais deste século que foi a modificação da posição das mulheres na sociedade ocidental. Em poucas décadas o feminismo mudou relações de autoridade milenares, abalou a estrutura tradicional familiar e promoveu um rompimento com uma forma de alienação considerada absolutamente natural por séculos, definida pela submissão das mulheres aos homens (Almeida, 2011, p. 167).

Os movimentos sociais femininos tornaram-se referência de enfrentamento do caráter paternalista que permeia a história. Para Lopes (2011, p. 227) “tais movimentos voltados à cidadania contribuem em muito para criação de padrões não-excludentes de convivência social e que tendem a respeitar as diversidades”. Isso só foi e é possível por meio da participação, da luta comunitária, do respeito aos valores e tudo que foi conquistado por meio da figura feminina, que veio de maneira democrática e com propósito de mostrar que lugar de mulher é onde ela quiser. Lopes (2011) acrescenta:

Em razão disso, na atualidade, os paradigmas que fundamentam e sustentam a desigualdade entre os sexos estão sofrendo uma profunda transformação, sendo inquestionável o papel da mulher na conquista de uma nova identidade feminina, mais participativa e mais engajada na luta contra as desigualdades (Lopes, 2011, p. 227).

Uma das alternativas para seguir com as mudanças da realidade social provém das relações e incentivos de sujeitos que tenham por intuito criar mecanismos ou ampliá-los, com objetivo de assegurar os direitos existentes, bem como liberar novas oportunidades. É nessa direção que a mulher é vista como portadora de possibilidades, fonte inovadora de direitos e reconhecimento. Essa visibilidade é algo inegável, pois a sua atuação, nos vários campos, tornou-se basilar no alcance de uma política social igualitária. De acordo com Wolkmer (2000, p. 102) “essa mudança abala as estruturas de poder, que sempre foi patriarcal e, com certeza, um novo paradigma está se constituindo em novas circunstâncias históricas, dentro das quais a identidade feminina assume um papel mais aberto e auto-criador”.

Não se tratava ou trata apenas de traçar metas de gestão ou políticas, mas busca-se alcançar um novo pensamento cívico, ancorado por exercícios reflexivos que tenham nessas ações um conjunto estratégico capaz de dialogar com as diferentes escalas de interação humana, aptas a enfrentar as carências históricas da sociedade. Somente a partir dessa abordagem é que se pode pensar na configuração e construção de um sistema que valorize e embase as práticas femininas. Almeida (2011) cita que ao ocupar esse lugar de protagonista, a mulher possibilita uma desconstrução do poder que sempre aconteceu de forma desigual e infere que:

Na desconstrução da ordem universal de poder, a voz das mulheres deve ser ouvida, o que em primeira análise significa no âmbito privado, democratizar as relações familiares e não excluir as mulheres do acesso aos bens econômicos e culturais, de forma a promover seu desenvolvimento como atores sociais com inserção individual e coletiva. Isso poderia possibilitar uma desconstrução do poder desigual, alinhando homens e mulheres nos mesmos patamares socioculturais, políticos e econômicos (Almeida, 2011, p. 166).

A mulher teve que se construir e reconstruir em meio a um sistema patriarcal que venerava o homem e lhe dava parte dos privilégios e direitos sociais. Quebrar esse estereótipo passa a ser um desafio conscientizador ou até mesmo canal de percepções que a conduz a assumir um “novo mundo”, uma nova realidade social e empoderar-se. O empoderamento representa essa consciência de ações, a liberdade e autonomia que fortalecem demasiadamente o debate sobre a inserção da mulher nos vários segmentos sociais.

Segundo Azevedo (2019), empoderar é o ato de tomar para si, ou seja, abraçar diferentes caminhos, tais como: inclusão de direitos sociais, consciência de cidadania ou conhecimento de direitos. Essa independência é um importante fator, seja ela de cunho financeiro ou pessoal, pois permite que a mulher seja mentora de sua própria história e protagonista de grandes transformações sociais. Para Berth (2018), o empoderamento é processual e contínuo, um instrumento de emancipação. Em outros termos:

O empoderamento é um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstróem e desconstróem em processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta às transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. O empoderamento visa a estrada para contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte de sua razão coletiva de ser (Berth, 2018, p. 43).

Frente a uma sociedade marcada por conflitos socioeconômicos, culturais, políticos e tantos outros, perceber e dar visibilidade ao empoderamento feminino tornou-se um marco e a

busca por melhorias precisa ser algo genuíno, mais igualitário e justo. Para Foucault (2014), não há relação de poder sem resistência, pois as mulheres ocuparam o lugar de submissão devido a essas interações normatizadas pela história, que refletem cotidianamente (lares, trabalhos, ruas) e fazem com que ela crie meios, muitas vezes exaustivos, para mostrar o que é ser mulher em uma sociedade machista e sexista.

É fato que essa luta está longe do fim e as lacunas deixadas levam a refletir acerca do hoje e do verdadeiro significado de liberdade, entretanto o que foi conquistado até aqui inspira e transforma toda uma geração, pois as lutas e conquistas das mulheres atravessaram várias épocas, alcançaram incontáveis objetivos e, sobretudo, resistiram, mudaram contextos e chegaram a resultados que sem tantos feitos levariam décadas para serem efetivados (Buarque, 2019).

Tudo isso só foi possível porque a própria mulher reconheceu seu poder, sua autonomia e sua voz e desenvolveu artifícios para inferir em sua realidade, lutou para mostrar sua força e coragem. E principalmente, tomou propriedade do sentir e ser mulher em uma sociedade historicamente marcada pela desigualdade (Buarque, 2019).

3 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: PERCEPÇÕES A PARTIR DO TRABALHO DAS MULHERES RURAIS

A seção III destaca a força e a autonomia das mulheres como agentes de transformação social na agricultura familiar. São apresentados dados que mostram a organização, a luta e as mudanças nas áreas rurais promovidas pelas mulheres, que historicamente protagonizaram grandes feitos. Discute também as transformações na agricultura familiar como modo de vida, formas de relação com a terra, cultura, economia e meio ambiente, mostrando como as atividades desenvolvidas no campo podem fortalecer as demandas sociais, com foco no debate sobre identidade e iniciativas que fomentam a autonomia da mulher rural.

3.1 Terra, trabalho e vida: o espaço rural brasileiro em transformação

Cântico da terra

Eu sou a fonte original de toda vida, sou o chão que se prende à tua casa. Sou a telha da cobertura de teu lar, a mina constante de teu poço. Sou a espiga generosa de teu gado e certeza tranquila ao teu esforço (Coralina, 2000, p. 96).

O espaço rural é reconhecido e integrado a partir de práticas sociais, caracterizando-se pela interação entre homem e natureza. Pode ser entendido como totalidade constituída de momentos que expressam a dinâmica natural e suas determinações específicas em termos de tempo e lugar, cada momento guardando peculiaridades próprias (Marques, 2022).

Segundo Carneiro (2012), os espaços rurais no Brasil se apresentam de forma heterogênea, seja por seus aspectos geográficos, históricas, econômicos ou simplesmente pelo modo de vida estabelecido. Essas interações possuem fortes laços originados do período colonial do país, que propiciou o processo de exploração, povoamento e formação de latifúndios. A heterogeneidade das áreas rurais brasileiras existe desde a colonização, quando grandes porções de terras foram disponibilizadas para a chamada elite, e as “sobras” eram destinadas a quem queria produzir, mas não possuía acesso à terra de forma facilitada. Para Bernardes (1962), o processo de colonização foi a voz ativa para o planejamento e ocupação de terras ou segundo forma específica de organização do espaço.

De acordo com Porto (2005), apesar das muitas lacunas deixadas por fatores como industrialização, revolução verde, concessão das sesmarias, sistema de plantation, coronelismo, reforma agrária e conflitos rurais, esses fatores serviram de ponto de partida para desmistificar a visão tradicional do rural e impulsionar o discurso em prol da “reforma no campo”, liderado pelos movimentos sociais. Também revelaram novas conquistas caracterizadas por uma diversidade de interesses, serviços e novas funções, resultando em mudanças na compreensão

do rural, especialmente nas políticas de desenvolvimento que davam visibilidades aos sujeitos sociais.

Para Schneider (2006), muitos dos acontecimentos explicam as transições ocorridas no espaço rural ao longo do tempo, como a modernização tecnológica da agricultura, que atingiu as regiões de diferentes maneiras, o aumento significativo de práticas não-agrícolas e da pluriatividade, decorrente da crescente urbanização e expansão das cidades sobre o campo, resultando em muitas alterações na agricultura.

De acordo com Wanderley (2000), o rural não se constitui como uma essência imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade, ao contrário é uma categoria histórica que se transforma. Ou seja, o rural pode ser definido como espaço produtivo, local de vida, interação social, referência identitária ou construção de um sentimento do local. Em sua obra: “A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural” de 2011, a autora também analisa o rural como:

O espaço rural pode ser entendido em sua dupla face. [...] enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas (Wanderley, 2001, p. 32).

Desde meados dos anos 1990, o conceito de rural não se limita apenas às atividades agrícolas nem se configura como espaço atrasado. Destaca-se pela diversidade, multifuncionalidade⁸ e pluriatividade⁹. Também pode ser entendido como espaço que atende a requisitos interligados, complementares e indissociáveis, no qual sua própria significação torna-se objeto de debate entre os estudiosos do tema, e seus significados sempre ganham uma nova roupagem, desprendendo-se de sua identificação meramente agrícola. Menezes Neto, (2017) salienta que:

[...] para se compreender a dinâmica dos espaços rurais, faz-se necessário ir além dos métodos tradicionais, aqueles associados ao sistema agroalimentar, procurando-se entender como o atual estágio de desenvolvimento acaba redefinindo física, cultural e socialmente tais espaços (Menezes Neto, 2017, p. 6).

⁸ É uma alavanca para consolidação do espaço rural, pois este tornou-se ambiente de vivências dinâmicas, sociais e culturais, sendo reconhecido por meio de novas abordagens e funções (Schneider, 2009).

⁹A Pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Consistem na execução de um conjunto de tarefas e operações de caráter produtivo e laboral (Schneider, 2009).

Por um lado, o rural era pensado e percebido apenas como âmbito das lidas, necessidades e sobrevivência humana ou até mesmo como lugar cultural que intervia na natureza. Por outro, era visto como ambiente de troca entre homem e terra ou espaço de consumo e lazer. Para Alentejano (2003, p. 32), “o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas”.

Para Carneiro e Maluf (2003), o enfoque da multifuncionalidade na agricultura familiar rompe com o caráter setorial e amplia o campo das funções sociais que lhe são atribuídas, ao contemplar três níveis de análise que correspondem, respectivamente, às famílias rurais, território e o entorno social. Essa visão permite reposicionar os termos que o rural ocupa, ao mesmo tempo em que oferece as bases para repensar as políticas públicas, transferências sociais e benefícios alcançados nas diferentes dinâmicas do campo.

Segundo Bagli (2003), os espaços são transformados e se transformam de acordo com a ciência de cada momento. A transformação do espaço rural caracteriza-se de maneira ativa, vinculada ao cotidiano, temporalidade e, sobretudo, é decorrente do trabalho, projetos e ações do homem. É nesse conjunto de atividades que o espaço rural se desenvolve e se constitui por meio de um processo dinâmico, interativo e diverso - cenário de várias mudanças que deram nome a sua construção e reprodução social. Representa uma trama de relações importantes com raízes históricas, configurações políticas e identidades que fazem parte do cotidiano dos sujeitos sociais, um espaço integrado, porém específico e dialético.

Wanderley e Favareto (2013) reiteram que o rural se manifesta enquanto forma territorial da vida social, rompendo com a visão economicista de território da produção agropecuária, indicando a interdependência entre os espaços e mostrando que o desenvolvimento rural deve ser considerado como um projeto de sociedade. Além disso, intensifica sua singularidade e mostra que não pode ser visto como um fator anacrônico, independente do tempo, pois guarda direta correspondência com a trajetória da formação social brasileira. Essa constante diversificação impulsiona diferentes funções e atividades. Neste âmbito Navarro (2021) infere que:

O Brasil rural do passado estaria desaparecendo; não movido por um corte abrupto, nem temporal e nem geográfico, e sim por um contínuo fluxo transformador. O rural, no caso brasileiro, é vasto demais e, sobretudo, muito heterogêneo. Abriga tanto situações de extremo primitivismo geral quanto surpreendentes padrões de modernidade tecnológica e econômica (Navarro, 2021, p. 143).

O rural é visto como um coletivo, diversificado e histórico, e pode ser entendido como construção social, ou seja, resultado de novas identidades e ações. Um espaço criado pelos

vínculos políticos, econômicos, culturais e sociais. Essas relações possibilitam a análise qualitativa sobre a realidade, representando variáveis relevantes que permitem entender toda a dinâmica e peculiaridades estabelecidas no rural/campo (Medeiros, 2017).

O campo, por sua vez, está ancorado aos laços culturais e valores relacionados à vida na terra, bem como às lutas engajadas pelos movimentos sociais que buscavam/buscam referências para os sujeitos que vivem nesse espaço. Assim, o campo pode ser percebido como lugar de trabalho, cultura e construção de conhecimento na relação de existência e sobrevivência (Porto, 2005).

Pode ser caracterizado dentro das concepções políticas ao considerar as particularidades dos povos e não apenas sua localização geográfica. Características associadas à singularidade das interações, vínculo com a terra, organização das tarefas familiares produtivas e a ligação com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico e, em especial, a identidade de cada indivíduo, contribuem para que o campo seja definido como espaço social. ENFOC¹⁰ (2006) entende o campo como:

Um modo de vida social que contribui para autoafirmar a identidade dos povos do campo, para valorizar o seu trabalho, a sua história, o seu jeito de ser, os seus conhecimentos, a sua relação com a natureza e como ser da natureza. Trata-se de uma valorização que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação da história. Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam (ENFOC, 2006, p. 3).

A definição do que realmente seja o campo ou o desenvolvimento rural segue uma variação intensa de concepções, identificadas por meio de ações desenvolvidas. No entanto, as distinções aparecem na hierarquização, nas estratégias, nos processos, dentre outros meios. Ademais, são baseadas em interpretações, leituras de realidade e objetivos incluindo debates políticos, acadêmicos e definições adquiridas por intermédio de diversos interesses envolvidos. Alcantara (2013) considera o campo como conjunto de ações produzidas e adaptadas de acordo com as práticas e vivências de cada sujeito e afirma que:

O processo de mediação de interesses e conflitos, entre os diferentes sujeitos sociais define e redefine, continuamente, o modo como os atores sociais e econômicos, através de suas práticas, alteram o meio em que vivem e como se distribuem, na sociedade, os custos e os benefícios decorrentes das suas ações. O sujeito produz o espaço no qual deseja viver e se reproduzir, segundo a sua perspectiva de organização e das relações sociais (Alcantara, 2013, p. 1).

¹⁰ Escola Nacional de Formação da CONTAG -ENFOC, tem por objetivo estimular o desenvolvimento de processos formativos continuados nas diversas áreas temáticas, que possibilitem dialogar, interagir e aprofundar reflexões sobre o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário -PADRSS, do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais-MSTTR.

Nesse contexto, surgem novas formas de ocupação nos espaços rurais brasileiros, onde as ruralidades não se limitam apenas à produção realizada nesses locais. Elas também englobam a maneira como cada indivíduo produz e reproduz a si mesmo através de suas ações cotidianas, seja em grupos ou coletivamente. Esse processo resulta na valorização do campo, refletindo uma diversidade de características, estilos de vida, formas de trabalho e interações que moldam e redefinem o espaço rural (Carneiro, 2012). O autor também enfatiza que as ruralidades não correspondem necessariamente a um espaço delimitado fisicamente, mas a uma representação, que é alimentada a uma rede de relações sociais.

Silva (2007, p. 142) também foi assertivo ao citar que “o espaço rural, finalmente, não é o mesmo de ontem e não será o mesmo de amanhã”. Ou seja, para entender o espaço rural na atualidade, deve-se pensar em um ambiente cada vez mais multifuncional, com novos papéis para os espaços produtivos, que tenham por intuito atender à sociedade em sua estrutura socio-econômica, cultural e social.

Nesta perspectiva, a categoria trabalho funciona como mecanismo para compreensão do processo de produção e reprodução nos espaços rurais, permitindo pensar em um rural diversificado, que se movimenta por meio de atividades elementares, historicamente desenvolvidas pelo homem, tornando-se crucial para desenvolvimento do ser social, possibilitando ao sujeito diferentes formas de produzir e se relacionar no campo, Menezes Neto (2017).

Para Paulo Netto e Braz (2008), o trabalho é sempre uma atividade coletiva que se insere no conjunto de outros sujeitos, abrange tudo que está em sua volta e funda o ser social. Pode ser considerado a base fundante do ser social, capaz de transformar tanto o meio em que o homem vive quanto a forma como ele se organiza em sociedade. Desta forma, o indivíduo passa a se desenvolver socialmente baseado no trabalho. Marx, em sua obra intitulada “O Capital”, discute que:

O trabalho é também fundamental na vida humana por que é condição para sua existência social. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza humana, num processo de transformação recíproca que converte o trabalho social num elemento central do desenvolvimento da sociedade humana (Marx, 2004, p. 80).

Nesta pesquisa, o trabalho não deve ser percebido como uma mera operação técnica sobre a natureza, mas como uma intensa relação dos homens com ela. A partir da transformação da sociedade, cada vez mais complexa, o trabalho deixa de ser uma atividade restritamente

ligada à produção material, passando a ser entendido como uma necessidade humana, que envolve interações sociais e suas formas de organização.

O desenvolvimento do trabalho tem papel importante no surgimento das inter-relações do ser humano, pois além do domínio da natureza, passa a mediar seu comportamento dentro das suas relações com o mundo social e histórico, o que influencia na construção sociocultural. Dessa forma, após satisfazer suas carências básicas, o ser humano constitui novas necessidades que darão origem a sua forma e como este se identifica em cada ambiente. A maneira como é desenvolvido conduz o desenvolvimento de habilidades práticas e identitárias (Marx, 2004).

Segundo Saviani (2007), o trabalho não é inato ao ser humano, mas algo que necessita ser construído pelo próprio indivíduo, em face do surgimento de novas necessidades materiais. Ao agir de tal maneira, por intermédio do trabalho, o mesmo desencadeia causas e efeitos, pois, ao passo que transforma determinado espaço em prol de uma necessidade específica, ele também se modifica. Assim:

[...] a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (Saviani, 2007, p. 154).

Antunes e Alves (2004) afirmam, que mesmo sob a condição de trabalho alienado, o trabalhador não perdeu/perde sua condição de agente e sujeito histórico no exercício de luta pelo devido reconhecimento das atividades desenvolvidas por ele. Os conhecimentos adquiridos por meio das técnicas e experiências ao longo do processo só fortaleceram seu entendimento a respeito da transformação da natureza, mediada pelo trabalho para satisfazer suas necessidades.

O domínio dessas estratégias resultou em várias mudanças percebidas e vivenciadas pela sociedade, que deram ao homem a possibilidade de serem produtores e criadores da sua subsistência. A identidade obtida durante esse processo mostra a relevância que a atividade laborativa ocupa na vida do sujeito, mesmo que essa relação seja apenas de sobrevivência. Lefebvre (1973, p. 84) argumenta que “é no processo de trabalho que o sujeito, valendo-se dos instrumentos ou meios adequados, transforma um objeto obedecendo a uma finalidade”.

É nesse sentido que o trabalho rural deve ser entendido e valorizado, uma vez que a terra funciona como condutora de atividade. A ação do homem transforma seu objeto de trabalho em lugar de moradia e também extrai dela seu alimento para sobrevivência, o que intensifica a importância do trabalho para reprodução social, que permeia várias esferas (política, cultural, econômica) (Brandão, 1999).

Segundo Brandão (1999), o ofício de trabalhar com a terra é o mais vital e sagrado de todos os trabalhos, pois são feitos manualmente com a sensibilidade e isso estabelece maior interação entre os seres vivos. Para ele, a terra como um todo é compreendida como um conjunto de sistemas vivos e todo esse ambiente não somente é apropriado pelo sujeito, mas reage a ele, retribuindo-lhe alimento, renda e satisfação. Esses vínculos são expressos de diferentes formas no decorrer das atividades diárias. O autor endossa que “[...] o entorno do ambiente é de fato vivido e representado sempre em função de suas diferentes alternativas de apropriação, transformação e utilidade, na socialização motivada do mundo natural [...]” (Brandão, 1999, p. 66).

É evidente que o trabalho rural não acontece de maneira isolada; ao contrário, ocupa função singular na economia do país. E cada vez mais caminha para compor um ambiente diversificado e atual, a fim de acompanhar as demandas estabelecidas por meio do uso da terra, essenciais no processo da construção de valores e identidades, (Andrade, 2016).

Nesse quadro de estruturação do meio rural, a figura feminina se torna integrante essencial de todo sistema produtivo. Além de desmistificar o debate linear sobre a divisão sexual do trabalho, possibilita a luta pela equidade e estabelece mudanças que fomentam o aspecto social do trabalho das mulheres rurais, sustentados na partilha de relações ativas, sejam elas socioculturais e econômicas ou políticas. Herrera (2017) adverte que:

A situação de desigualdade de gênero no meio rural está relacionada com a naturalização do papel do homem e da mulher, que está vinculada à relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho. Essa diferenciação é condicionada socialmente através de vivências, símbolos e representações, e se reproduz no cotidiano da dinâmica familiar (Herrera, 2017, p. 208).

O processo de mudanças destes e tantos outros padrões culturais não acontecem de maneira rápida e eficaz. Ainda há um discurso tardio instalado, um sistema de dominação que se dissemina nas várias esferas sociais, porém mesmo diante de tantos desafios a mulher rural ocupa lugar de destaque na produção agrícola. Para Herrera (2017, p. 135) elas são “sujeitos vivos do sistema simbólico do trabalho”. O reconhecimento enquanto agricultora mostra que sua contribuição supera a ideia de “ajudante”, reforçando a sua singularidade e força para geração da renda familiar.

Herrera (2017) em seu discurso, apresenta as concepções do trabalho produtivo e reprodutivo. A primeira [concepção] está ligada à esfera pública e a outra se associa ao meio familiar, limitado ao núcleo privado/família. Ainda que a figura da mulher esteja vinculada ao

trabalho reprodutivo, ela também desempenha funções produtivas. Os termos necessitam ser complementares, conferindo identidade enquanto mulher e profissional/agricultora.

Reconhecer a interdependência recíproca entre os trabalhos produtivos e reprodutivos contribuem para a melhor distribuição de tarefas, bem como o tempo dedicado a elas, condições primordiais à valorização feminina no meio rural, além de romper com a transmissão intergeracional de uma cultura tradicionalmente marcada pela equidade de gênero (Nogueira, 2011).

A compreensão desses papéis ganha maior significado no campo, pois o valor da terra perpassa as esferas econômicas. Na leitura de Torres (2005, p. 27) o conceito social das atividades agrícolas feminizadas “é bem mais diversificado e participante do que se apresenta”. Além de realizar o importante trabalho de preparação do roçado¹¹ (considerado pesado), plantio, manejo da colheita, muitas delas também contribuem para comercialização.

A forma como a mulher experiencia essas demandas diferem das masculinas, gerando uma divisão na atuação, principalmente no contexto político-social, daí a importância do autorreconhecimento e atuação delas nessas tarefas. A força do trabalho desenvolvido nas atividades citadas serve de base para constatação e primazia das atribuições realizadas por elas. Esse reconhecimento proporciona uma construção rural contemporânea que impulsiona uma crescente valorização desse ambiente. Com base nas contribuições de Silva *et al.* (2022), salienta-se que:

É preciso que aconteça o fortalecimento dessas lutas, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, por meio do acesso à informação, à vivência coletiva e as trocas de experiências entre elas, para exercerem sua cidadania como mulheres atuantes na sociedade. Entende-se, assim, que se faz necessária uma releitura da condição de trabalho da mulher, no sentido de alterar a concepção de que as atividades exercidas por elas não se constituem apenas em ajuda, sem retorno financeiro, acarretando para elas uma sobrecarga de trabalho (Silva *et al.*, 2022, p. 229).

A trajetória de luta das mulheres rurais remete a um passado marcado por enfrentamentos que romperam com a condição de subalternidade, que predominava na vida das agricultoras. Por meio do conhecimento, elas organizaram grupos de bases em todo o território brasileiro, articularam ações e política públicas que garantem participação substancial nos vários espaços, que por muito tempo foram dominados majoritariamente por homens. Passaram a ter maior representatividade na esfera pública e privada, além de contribuírem de forma

¹¹ É composto por várias etapas, que têm início com a escolha da nova área de cultivo, marcação da área, brocagem, derrubada e rebaixamento da vegetação, abertura do aceiro, queimada e coivara. Após o início das chuvas, a terra é roçada novamente e é feito o plantio (EMBRAPA, 2017).

exitosa para validação de seus direitos, que refletem diretamente nos vários ambientes rurais (comunidade, povoados, assentamentos) com características e estilos de vida diversos, construindo relações econômicas, profissionais e socioculturais de acordo com as peculiaridades de cada localidade.

3.2 Agricultura familiar no Nordeste: O protagonismo das mulheres rurais.

Para Delgado (2017), a agricultura familiar da atualidade pode ser considerada como espaço constituído por múltiplas funções agrícolas e não-agrícolas, motivo pelo qual é aqui compreendida como atividade basilar no processo de inserção social, reconhecimento e construção sociocultural.

A partir da década de 1990, o termo passou a ser pauta do Estado, por intermédio das políticas públicas e programas que evidenciaram e reconheceram a atividade enquanto categoria social, hoje caracterizada como uma das funções mais elementares desenvolvidas pelo homem ao longo da história, praticada em uma pequena área cujo limite difere de região para região do país. No processo tradicional do rural brasileiro, apenas a produção patronal era considerada como mentora do desenvolvimento do campo. Todavia, a agricultura familiar surge nessa difícil conjuntura com uma dinâmica elementar e precisa. Panzutti e Monteiro (2015) asseguram que:

Os agricultores familiares começaram a entrar na pauta do governo somente após a reforma da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Em virtude do contexto macroeconômico da reforma do Estado, a partir da década de 90 surgiram as políticas públicas destinadas a esse segmento motivadas pela crescente necessidade de intervenção estatal face à crescente exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais (Panzutti; Monteiro, 2015, p. 3).

Apesar dos desafios historicamente instalados no país, a agricultura familiar se desenvolveu de maneira flexível e ganhou/ganha cores nos cenários que variam do socioeconômico ao sociocultural em diferentes escalas. Abramovay (1997) destaca a força, o crescimento e a competitividade que a agricultura familiar tem e como oportuniza a integração, mesmo que de forma heterogênea, principalmente no Brasil.

Assim, à medida que os produtores se articulam e trabalham coletivamente, surgem mecanismos capazes de dinamizar o meio rural como um todo, além de influenciar fatores (crescimento da produção, associativismo) que firmam a sua identidade. Wanderley (2000, p. 30) entende espaço rural como suporte de relações sociais específicas, “que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto um singular espaço de vida”. A autora reitera que o ambiente rural foi constituído de acordo com as trocas e laços socialmente estabelecidas pelos seus moradores.

O espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto tanto ao nível da vida cotidiana quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa. Este é, fundamentalmente, o "lugar" da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. Como percebido nos estudos clássicos, estas coletividades rurais são, aqui também, depositárias de uma cultura cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e social do meio rural, ao mesmo tempo em que são portadoras de um sentimento de pertencimento a este espaço de vida (Wanderley, 2000, p. 30).

Mesmo frente a uma sociedade marcada por tradições latifundiárias, a agricultura familiar se tornou um ato social vultoso e está ancorada por elementos que contribuem para o processo de estruturação e isso se evidencia na sua forma de produção, organização social e econômica entre outros aspectos. O contexto atual refere-se a um campo profícuo para promover o debate transformador, pois se reporta a um lugar constituído por protagonistas movidos pelos sentimentos de pertencimento e resistência. Isso propicia aos agricultores a posição de sujeitos sociais, construtores e parceiros de um projeto social e não apenas como de manobra e intervenção do Estado, sem história e vivências. Nesta direção, Wanderley (2000) frisa que:

Sinônimo de muitas conquistas a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social. Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país (Wanderley, 2000, p. 36).

Em vários contextos e debates a ideia de uma população do campo confinada nos limites do antigo rural é questionada, e no Brasil isso acontece há mais de meio século. A unidade de produção e reprodução social familiar no seu sentido histórico e atual pode ser entendida como mecanismo de valores e tradição familiar. Além disso, nela, as estratégias de reprodução não se limitam a função de subsistir e permanecer, mas também dão conta das novas necessidades/desafios que são incessantemente gerados pelas transições econômicas e sociais. Neste sentido, Abramovay (1997) cita que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida

com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (Abramovay, 1997, p. 3).

O rural é composto por grupos diversos com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e produção. Suas diferenças não giram em torno apenas da disponibilidade de recursos e geração de renda, portanto a forma como os mesmos reagem aos desafios, oportunidades e restrições são semelhantes. Nesse âmbito, o campo não deve ser entendido como uma mera categoria formal advinda de um processo historicamente complexo, marcado pela busca de políticas públicas. Não se trata de voltar ao velho discurso, moldado no clássico debate quanto a função da “pequena produção” no desenvolvimento do capitalismo agrário ou sobre suas chances de porfiar em face da modernização agrícola, (Wanderley, 2000).

Wanderley (2000) entende por agricultura familiar aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, havendo, desta forma, uma estrutura produtiva que associa família, produção e trabalho, com consequências no modo como está age econômica e socialmente.

No contexto agrário, a produção agrícola é fundamental para muitos que resistem às pressões das políticas governamentais e buscam se manter ativos em um universo capitalista competitivo e desigual, dominado pelo agronegócio. Esse esforço está aliado a preocupação com o equilíbrio e fortalecimento do meio rural na contemporaneidade. Segundo Wanderley (2008-2009), a distinção das atividades agrícolas familiares em relação a outras formas de agricultura reside nas suas características singulares, no sentimento de pertencimento e na relação íntima com a terra e o trabalho.

[...] a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Esses princípios derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, da mais-valia (Wanderley, 2008-2009, p. 34).

O termo agricultura familiar caracteriza um vasto grupo de sujeitos que partilham do vínculo com o campo, por meio da atividade agrícola e uso dos recursos naturais, responsáveis por gerar empregos a todo grupo familiar. Apesar das muitas semelhanças, existem vários aspectos que os diferem e que merecem destaque, como renda, tipos de atividades e maneira de exploração dos recursos (Abramovay, 2010).

Diferenciam-se também, de acordo com a região no qual estão inseridos, ou seja, os ambientes geográficos, atributos físicos, econômicos, culturais e forma de cultivo que compõem a propriedade rural. Estas e outras questões estão diretamente ligadas à construção

da identidade dos agricultores, por isso é relevante considerar que a agricultura familiar acolhe diferentes práticas que refletem de forma positiva na renda deles. Paulo Netto (2008) assegura que:

De forma mais simples a agricultura familiar pode ser entendida como aquela que é proprietária dos meios de produção [...] é heterogênea; em cada país, em cada região, os agricultores possuem valores e ambições diferentes em relação ao projeto familiar original, demonstrando uma imensa capacidade e adaptação a situações diversas, desse modo, não existe um padrão, nem referência a um modelo agricultor familiar, com um mesmo sistema de valores (Paulo Netto, 2008, p. 21).

Por sua vez, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com base nas diretrizes da formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, faz referência à lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, também conhecida como lei da Agricultura Familiar, que passou a considerar como agricultor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, voltadas a conceitos, princípios e instrumentos destinados a formulação de políticas públicas. Desta forma, o agricultor familiar começou a ser visto como sujeito jurídico mais estável e identificado na formação de agendas governamentais. Em seu artigo 3º, a lei definiu como agricultor familiar aquele que atende simultaneamente aos requisitos expostos no quadro 2.

Quadro 2-Requisitos que definem agricultor familiar e empreendedor familiar rural

I	Não detenha área maior do que 4/quatro módulos fiscais;
II	Utilize predominantemente mão de obra da própria família;
III	Tenha renda familiar predominantemente originada do próprio estabelecimento ou empreendimento;
IV	Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família;

Fonte: MDA (2006). Organizado pela pesquisadora.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2020) reconhece que a agricultura familiar tem papel predominante nos setores socioeconômico, ambiental e cultural. À medida que a atividade agrícola é percebida por meio de suas múltiplas dimensões e funcionalidades, passa a ser caracterizada não mais como símbolo de atraso ou mero espaço social que tem a necessidade de ser modernizado e superado pelo processo de urbanização, mas como um ambiente a ser crucialmente prezado pela sociedade como um todo, de acordo com conjunto de bens privados/públicos que derivam de suas distintas dinâmicas.

Segundo a Organizações das Nações Unidas (ONU), em 2017, no Brasil a agricultura familiar representava cerca de 84% das propriedades/estabelecimentos rurais e empregava pelo menos 5 milhões de famílias. Diante desse cenário, foi considerada como forte mecanismo na caminhada para erradicação da fome no Brasil.

Com isso, a produtividade agrícola ganha centralidade enquanto segmento socioprodutivo indispensável na manutenção do espaço rural. Sabe-se que a prática da agricultura familiar não é algo recente, mas, segundo Abramovay (2010, p. 150) “hoje a agricultura familiar ocupa um lugar estratégico por seu peso na oferta, pelos recursos de que dispõe pelos quadros técnicos em que se apoia e pela organização política que a sustenta”.

No entanto, o interesse por ações e políticas públicas voltadas à agricultura familiar só ganhou força, recentemente. Este segmento era denominado de acordo com o contexto regional e com a formação histórico-social. Esse debate é resultado de movimentos sincronizados, das mobilizações sindicais (especialmente a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG) que se uniram em prol de fatores coletivos e individuais com objetivo de adquirir representação e identidade (Abramovay, 2010).

Costa e Cunha (2020, p. 81) asseguram que a “produção realizada pelos agricultores é de suma relevância para a garantia econômica familiar e para o acesso a alimentos variados de qualidade principalmente em municípios menores”. Sua execução respeita culturas, qualidade do solo e, principalmente, as tradições locais quanto à forma do desenvolvimento do trabalho.

Em 2019, a ONU lançou a Década da Agricultura Familiar, implementada pela FAO e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), com a finalidade de fortalecer a atividade por meio da criação de políticas públicas que englobem questões econômicas, sociais e ambientais.

A crescente projeção social da mulher na agricultura familiar, no Brasil, pode ser entendida como face de sua legitimação, demandada por protestos e ações dos próprios agricultores, inseridos em causas governamentais, cada vez mais propensas a esse público. Dos principais avanços alcançados no processo de agricultura familiar, o reconhecimento e as transformações ocorridas por meio das atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais foram algumas das conquistas que mais fortaleceram o crescimento socioeconômico do espaço rural. Carneiro e Teixeira (1995) citam que:

A mulher no campo é pensada a partir de seu papel como ator político, ou seja, a partir de seu compromisso com uma determinada visão de participação no processo de transformação social que envolve lutas e reivindicações diversas (Carneiro; Teixeira, 1995, p. 48).

Para dar legitimidade às reivindicações dos seus direitos, enfatiza-se o papel econômico que elas desempenham nas unidades de produção familiares. A busca para alcançar condições legais no espaço político tornou-se uma das etapas mais elementares na jornada de elaboração para identidade feminina, porém essa imagem reflete apenas a face de trabalhadora. Falta seu reconhecimento socioeconômico e profissional como agricultora. Isso acontece porque uma parcela da população rural feminina está inserida em núcleos familiares que entendem funções reprodutivas e produtivas como parte das atividades domésticas, (Garcia, 2012).

De acordo com Albina e Lucana (2021) a função das tarefas reprodutivas, atribuída à mulher, contribui para a invisibilidade do seu trabalho na agricultura, e embora as agricultoras se mobilizem, articulando-se em suas comunidades, assentamentos e povoados, ainda existe a carência de movimentos femininos - grupos organizados que representem esses ambientes e sejam formados somente por essas mulheres. Vale lembrar, que:

A mulher sempre teve suprimido o reconhecimento do seu trabalho produtivo, apesar de, no campo, encarar uma tríplice jornada, que se deve à sobrecarga proveniente do acúmulo de funções, e ainda suporta a desigualdade imposta pela diferença de gênero, o que inviabiliza o seu trabalho e inferioriza a sua atuação enquanto protagonista no processo de desenvolvimento local. Com a invisibilidade do trabalho das mulheres, não existe o reconhecimento social da profissional agricultora, uma vez que a atividade realizada cotidianamente na esfera doméstica é naturalizada como dever e não tem seu reconhecimento na produção da renda na família (Meus; Ethur, 2021, p. 8)

Durante muito tempo, no desenvolvimento da produção agrícola, a figura masculina se sobressaía na execução das atividades, ao passo que a mulher, mesmo desempenhando funções importantes, era vista apenas como “dona de casa” e sua colaboração na lavoura, independentemente do grau de relevância, não tinha visibilidade e era considerada como “mais um trabalho/ajuda”. Porém, a auto-organização delas nos territórios permanece não só como garantia de romper barreiras no acesso às políticas públicas, mas também na sociedade e na família (Aguiar, 2016).

Para Aguiar (2016), o despertar das mulheres para a política provocou nelas o desejo de participar das lutas sociais, mobilizações por melhores condições de vida e reivindicação de direitos. Essas e outras estratégias as aproximaram do mundo público, do espaço de discussão política e de problemas sociais.

Segundo o Censo Agropecuário (2017), cerca de 3.897.408 estabelecimentos atenderam aos critérios da agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 80,9 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total. A pesquisa revelou também, ao comparar os dados do censo de 2006 com 2017, que houve avanço significativo da

participação feminina nas atividades, entretanto parte desses produtores ainda era do sexo masculino.

Os números do Censo Agropecuário de 2017 demonstraram a consolidação da atuação feminina no campo. Observa-se que o número de mulheres na direção dos estabelecimentos rurais no Brasil alcançou quase 1 milhão, de um universo de 5,07 milhões, indicando um crescimento de 38% em comparação ao Censo realizado em 2006. A referida pesquisa registrou que a participação feminina em relação ao total de estabelecimentos passou de 12,7% para 18,7%, nos dois últimos levantamentos.

A Associação Brasileira de Marketing Rural e Agropecuários (AMBRA) constatou, que no ano de 2017, ocorreu maior presença das mulheres nas propriedades rurais e aumento do seu protagonismo em cargos de gerência ou em processos decisivos no campo, em especial os geridos por intermédio de políticas públicas. O estudo foi realizado com aproximadamente 2.835 produtores rurais em 15 estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Piauí).

Do total dos entrevistados, cerca de 31% declararam que as mulheres ocupavam cargos de gerência, 81% considerou a contribuição imprescindível e 62%, importante a para gestão de negócios. Esses dados são considerados de grande valia, principalmente quando comparados a estudos feitos no ano de 2013. Durante os últimos cinco anos, elas não deixaram de protagonizar momentos e avanços singulares. O quadro 3 mostra algumas das muitas conquistas necessárias e representativas alcançadas no período de 2018 a 2024.

Quadro 3-Avanços destinados a mulheres rurais no período de 2018 a 2024

ANO	AVANÇO
2018	Decretado pela ONU como ano da mulher rural, a iniciativa prevê 90 mil quintais produtivos estruturados no Brasil até 2026, foi criada em resposta às reivindicações da Marcha das Margaridas ¹² ;
2019	Início da campanha Regional #MulheresRurais, Mulheres com Direitos, teve por objetivo identificar e difundir experiências e conhecimentos sobre o poder transformador das mulheres rurais, indígenas e afrodescendentes;

¹² A marcha das Margaridas é uma homenagem a Margarida Maria Alves que era trabalhadora rural. Tinha 40 anos, casada, mãe de dois filhos e, rompendo com padrões tradicionais de gênero, ocupou, por 12 anos, a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Líder sindical bastante influente na região Nordeste, Margarida incentivava as trabalhadoras e trabalhadores rurais a buscarem na justiça a garantia de seus direitos, protegidos pela legislação trabalhista, razão pela qual foi cruelmente assassinada no dia 12 de agosto de 1983 por um matador de aluguel na porta de sua casa e na presença do marido e do filho. Tem por objetivo mostrar, a cada ano em que ocorre, uma extraordinária capacidade de ampliar dimensões constitutivas de identidade das trabalhadoras rurais, ao se nomearem mulheres do campo, da floresta e das águas, de ampliarem as suas bandeiras de lutas de reafirmarem os seus direitos, ao propor a construção de políticas públicas que respondam às suas reivindicações (Aguiar, 2016, p. 95).

2020	Foi apresentado no Senado Federal um projeto de lei 1546/2020 ¹³ que prevê medidas emergenciais para ajudar agricultores e agricultoras familiares no Brasil, afim de diminuir problemas causados pela COVID-19;
2022	2ª edição do prêmio Mulheres Rurais/Espanha Reconhece, o evento tem por objetivo reconhecer e fortalecer o protagonismo feminino na agricultura e sistemas agroalimentares locais, na geração de renda, proteção do meio ambiente e mitigação das mudanças climáticas, além de valorizar o trabalho das mulheres no que tange as tarefas de cuidado com a família e comunidade e no fomento à formação de novas lideranças femininas;
2023	O Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais, reforça autonomia econômica de mulheres do campo, águas e floresta intuito do programa é promover a integração de políticas públicas que estimulem processos produtivos e econômicos voltados para a produção de alimentos e produtos saudáveis/sustentáveis, além de valorizar o trabalho e garantir a autonomia econômica das mulheres do campo, águas e floresta;
2023	Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, em 2023 constatou-se que, 63% dos fornecedores do (PAA) era composto por mulher, superando os 50% de participação mínima exigida. Nesse mesmo ano, 49.381 mulheres se cadastraram;
2023	Quintais Produtivos-elaboração e execução de projetos que vão promover a autonomia/econômica das mulheres rurais, acesso a políticas de apoio, a produção e comercialização;
2024	Programa Cidadania e Bem-Viver, a proposta é organizar mutirões com mulheres rurais para regulamentar suas documentações, uma vez que muitas delas não têm em posse a documentação civil necessária para garantir seu acesso às políticas públicas e direitos básicos de cidadania. A previsão é para realização de 108 mutirões em todas as regiões brasileiras, com emissão de 43.200 documentos. Também está previsto a entrega de nove lavandarias coletivas e agroecológicas no Nordeste, em parceria com o Consorcio Nordeste, medida que beneficiará 720 mulheres e suas famílias;
2024	Agenda de Pesquisa- Consiste numa agenda de pesquisa, desenvolvimento e inovação social para mulheres rurais, que está sendo estruturada pelo (MDA) em parceria (EMBRAPA). O objetivo é promover novas conexões entre ministérios, extensão rural, com foco nas políticas públicas e programas desenvolvidos pelo Governo Federal;
2024	ATER ¹⁴ Mulheres- No intuito de promover autonomia econômica, foram divulgadas propostas vencedoras em 20 estados para atender 10,5 mil mulheres com assistência técnica e extensão rural;

Fonte: Gov.br (2023). Organizado pela pesquisadora.

Além desses, outros grandes momentos marcaram e visibilizaram a trajetória social da mulher rural, dentre eles destacam-se: a 14ª Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (figura 1) e o 8º Encontro de Mulheres Rurais realizados no Parque Costa Azul na capital de Salvador, ambos contaram com uma variada comercialização (artesanato, gastronomia, agricultura familiar) de produtos produzidos pelos 27 territórios baianos. Os dois

¹³ A lei 1546/2020 dispõe sobre a aquisição da produção de agricultores familiares e de pescadores artesanais, a prestação de assistência por meio do Programa de apoio à conservação ambiental, a garantia de serviços essenciais de água e luz, a suspensão de dívidas oriundas de operações de crédito rural, o pagamento emergencial do programa Garantia-Safra e a criação de linha de crédito emergencial (Senado Federal, 2020).

¹⁴ Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que tem a função de coordenar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades relativos ao meio rural. (GOV.BR, 2023).

eventos acontecem anualmente e tem o objetivo de promover o fortalecimento e a integração das mulheres rurais do estado da Bahia, além de evidenciar o protagonismo delas por meio das experiências, resistência e autonomia.

Figura 1-14^a Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Salvador-BA, Brasil, 2023.



Fonte: Ascom¹⁵/SDR¹⁶ e Bahiater¹⁷ (2023).

Ao olhar para os movimentos de mulheres rurais de um modo geral, percebe-se que houve transformações tanto na sua forma organizativa como no seu aparecimento público. Vários grupos, representando identidades sociais e políticas diversas, emergiram no espaço público por meio de ações que, ao se fazerem crescentes, lhes deram destaque. Apesar disso, Aguiar (2016) ressalta que ainda há uma carência significativa em relação à implementação e realização de ações governamentais que garantam e ampliem políticas voltadas para a participação das mulheres na vida pública. Ela enfatiza a necessidade de estratégias que assegurem a equidade de gênero e promovam o acesso das mulheres à autonomia econômica, social e cultural. Sem essas ações, a efetiva inclusão e valorização das mulheres na esfera pública e no desenvolvimento de políticas sociais e econômicas continuam comprometidas.

Essas políticas ainda não são suficientes para garantir nem mesmo a igualdade formal entre os gêneros no meio rural. O caminho ainda é longo. Ademais, o acesso das mulheres a essas políticas ainda é limitado, apresentando

¹⁵ Assessoria de Comunicação.

¹⁶ Secretaria de Desenvolvimento Rural.

¹⁷ Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural.

obstáculos de várias ordens. O fato é que as mulheres do campo [...] ainda precisarão marchar muito para que a igualdade real entre os gêneros, no meio rural, seja alcançada (Aguiar, 2016, p. 289).

O desafio é manter a resistência diante de um futuro repleto de incertezas e ameaças àqueles que se empenham na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Entretanto, entre os anos de 2016 e 2022, o espaço rural como um todo perdeu recursos e políticas essenciais, o que se agravou com a extinção do MDA. Dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT (2023), apontam um aumento de 26% referente ao desmonte em ações voltadas para agricultura familiar. De 2019 a 2021, foram registrados 5.725 conflitos, que resultaram em 87 assassinatos no campo brasileiro.

Quanto às políticas de acesso à terra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2021) registrou um estudo que escancara um gigantesco retrocesso na criação de assentamentos rurais, com pouco mais de 9.000 famílias assentadas em um país de dimensão continental. Há intenção dolosa de enfraquecer a agricultura familiar responsável por cerca de 70% da produção de alimentos direcionados à mesa dos brasileiros.

Nesse mesmo período houve o esfacelamento da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), além do corte repentino da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM). A Bancada Ruralista, conhecida institucionalmente como Frente Parlamentar Agropecuário (FPA), ampliou o número de representantes e se fortaleceu no período de 2019 a 2022, elevando a pressão por efetivação de políticas públicas que favoreceram os interesses financeiros dos grandes empresários ruralistas do Brasil (SEAD, 2022).

Como consequência, se iniciou a criação e aprovação de Projetos de Lei (PL) que percorreram caminhos totalmente diferentes daqueles pelos quais lutavam os movimentos sociais do campo. Os debates sobre políticas de Reforma Agrária foram silenciados e esquecidos e as discussões sobre o plano de fortalecimento do agronegócio como locomotiva da economia brasileira tornaram-se intensivas (Silva, 2023).

O desmonte de políticas públicas gerou cortes, reduções ou até mesmo abolição de orçamento, regras, capacidades e instrumentos de uma área governamental. Segundo Bauer (2014), isso é constatado em densidade/números de instrumentos implantados e intensidade/grau de priorização ou diminuição do orçamento a quem é de direito. Esse desfalque

pode ser notado em diferentes áreas do Sistema Nacional de Inovação (SNI)¹⁸, como educação, ciência e tecnologia, políticas rurais, comerciais, entre outras.

Vários programas importantes foram extintos ou tiveram o seu orçamento reduzido drasticamente durante os últimos seis anos, o que afetou demasiadamente as políticas que flexibilizavam a vida do homem e, principalmente, das mulheres rurais. Essas condições reforçam a emergência para criação de novas formas de mecanismo socioespacial e fortalecimento da articulação dos grupos de mulheres rurais com demais movimentos sociais, para seguirem firmes na luta pela defesa dos seus direitos e políticas públicas conquistadas e persistam para que outras sejam alcançadas (Silva, 2023).

Carneiro (2012) cita que resistência é a palavra que traduz a luta das mulheres tanto por conflitos diretos quanto pela busca de novas estratégias e caminhos para reprodução social. A autora também considera que as mulheres estão em todos os setores da sociedade e acumulam diversas atividades, mas ainda convivem com a invisibilidade desvalorização, além do acúmulo de trabalho.

As organizações, cooperativas, associações e outros sistemas de participação das mulheres, são importantes pois esses e outros ambientes são indispensáveis para a construção de sua independência econômica, além de nutrir um conjunto capaz de fortalecer valores e metas que favorecem na formação de um campo mais democrático e, logo, em uma população rural feminina mais participativa e estruturada, com maior acesso às políticas, à assistência, ao crédito rural e ao poder de inserção social (Carneiro, 2012).

Ainda de acordo a autora os movimentos de mulheres rurais resistiram, cresceram, e, integrados por mulheres com identidades e atividades distintas (agricultoras, assentadas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas), conseguiram canalizar uma pluralidade de demanda em um movimento cada vez mais amplo. O avanço desses grupos é um desafio para mulher rural, e enfrentá-lo significa impulsionar novos processos que promovam um amplo debate sobre a realidade das mulheres do campo no contexto atual.

¹⁸ O Serviço Nacional de Informações (SNI) tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informações, em particular as que interessem à Segurança Nacional (Gov.br, 2022).

3.3 Agricultura familiar e políticas públicas como elementos de inserção socioeconômica, numa abordagem nordestina.

As políticas públicas são marcadas pelo conjunto de ações, programas e atividades realizadas pelo Estado de maneira direta e indireta, com atuação de sujeitos públicos e privados cuja função é certificar determinados direitos de cidadania, em condição extensa ou específica, ao passo que atende aos setores da agricultura, educação, cultura, etnia, economia, saúde, lazer, moradia, assistência social, trabalhos, entre outros. Caracterizam e asseguram direitos rurais e sua execução acontece em conjunto pelos poderes legislativo, executivo e judiciário, com a missão de planejar, avaliar e executar as ações. Santos, Pereira e Mendes (2017) ressaltam que:

As políticas públicas têm um papel decisivo no fortalecimento e estímulo as ações que visam ampliar as diversas formas de atividades no meio rural. A que se considerar, ainda, que o padrão de crescimento que o Brasil vem experimentando nas últimas décadas, e na área estudada, não é diferente, pois pode representar um dos mecanismos de revitalização do meio rural, sendo resultado de estratégias elaboradas em significado de possibilidade à reprodução orientada na unidade de produção (Santos; Pereira; Mendes, 2017, p. 56).

Na agricultura familiar, as políticas públicas são frequentes e proporcionam melhorias como crédito rural, construção e ampliação de políticas públicas específicas que têm por finalidade valorizar a categoria, principalmente na geração de empregos e qualificação de estratégias para fortalecimento local. Junqueira e Lima (2008) afirmam que:

[...] as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar seriam capazes de diminuir algumas das dificuldades históricas para o desenvolvimento do setor como: a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito, e o acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias. Superadas tais dificuldades o setor poderia então contribuir para a economia local e para o desenvolvimento das sociedades onde estão inseridos (Junqueira; Lima, 2008, p. 3).

Segundo os supracitados autores, superar as dificuldades impostas na agricultura familiar torna-se bem mais viável por meio das políticas que atingem grupos que têm em comum o anseio por melhorias rurais.

Para Grisa e Schneider (2014, p. 127) “as políticas públicas refletem, portanto, o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição”.

A relevância de discutir as políticas para desenvolvimento rural se deve, principalmente às relações socioespaciais e socioeconômico-culturais de cada localidade, com a finalidade de beneficiar o agricultor familiar, ao passo que gera a autonomia e também favorece o planejamento e a efetivação de mudança da realidade. Essas políticas de cunho econômico,

social, cultural e afins são firmadas na sociedade de forma constitucional, com pretensões de defesa da busca de direitos e interesses comuns. Conforme Santos (2015):

[...] na discussão de políticas públicas para o meio rural, é válido destacar que houve um progresso tanto econômico quanto social da população, resultando no processo de desenvolvimento rural. Esse crescimento ocorreu e ocorre especialmente na organização do setor produtivo primário, influenciado a partir das prioridades dadas as políticas públicas, sejam elas de crédito, assistência técnica e outros programas governamentais voltados a esse desenvolvimento fortalecendo a permanência da população no campo (Santos, 2015, p. 13).

Esse conjunto de ações exige uma análise e fiscalização rigorosa desde o início do processo, o que permite a implementação de projetos com pautas e metas bem definidas, tanto em nível individual quanto coletivo. Esses projetos foram elaborados com o objetivo de superar a defasagem que, historicamente, separava o Brasil, especialmente o Nordeste, de um crescimento dinâmico e sustentável. Cabe ao Estado e à sociedade colaborar para corrigir as falhas existentes no contexto rural, promovendo uma articulação mais eficaz e integrada para alcançar os objetivos desejados.

Não se pode negar que as mudanças socioeconômicas das últimas décadas impactaram significativamente as condições de vida da população rural nordestina. As secas, um fator crítico, afetam as atividades produtivas, especialmente aquelas realizadas por agricultores familiares. Dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam uma redução de 131.341 estabelecimentos na Região Nordeste em comparação com o Censo de 2006.

Embora seja evidente que as secas desempenham um papel crucial, atribuir a diminuição exclusivamente a este fator pode ser simplista. Outros elementos, como mudanças nas políticas públicas, alterações nos mercados agrícolas, processos de urbanização e a crise econômica, também podem ter contribuído para a redução no número de estabelecimentos agropecuários.

Outros fatores também são apontados como limitações para o crescimento da pequena produção agrícola nordestina, dentre eles destacam-se: as questões ambientais, a falta de crédito, a assistência técnica deficitária ou inexistente, as dificuldades estruturais no que se referem à sustentabilidade dos sistemas de produção de alimento, ligados aos efeitos desfavoráveis do clima e das estiagens prolongadas, além da extinção da biodiversidade de espécies (FAO, 2020).

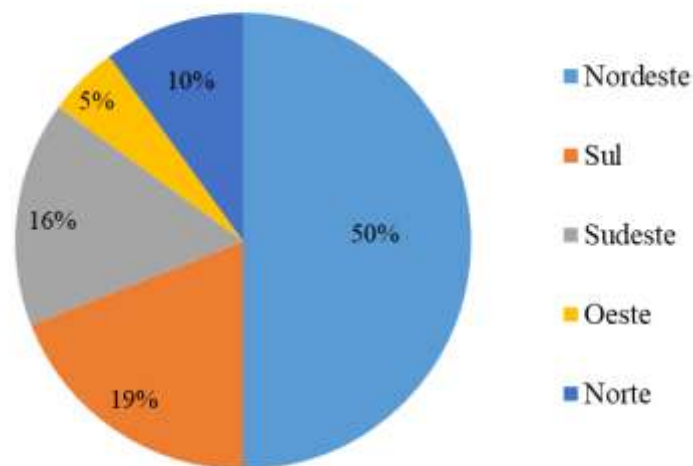
Segundo pesquisas e dados de órgãos agrários (EMBRAPA, FAO) o Nordeste é a região de maior carência de incentivos no tocante às atividades agrícolas, e isso inclui seleção de sementes, plantio, colheita e comercialização dos alimentos. Estes problemas estão vinculados

diretamente à crise de investimentos e ampliação em políticas públicas. Alcantara e Costa (2010) concordam que:

É indispensável à reflexão sobre políticas e programas voltados para pequenos produtores rurais. Especialmente no semiárido nordestino, onde se concentra a maior carência de projetos com a finalidade de solucionar problemas relacionados ao homem-meio e ao enraizamento dessas comunidades no território, observando as contradições que permeiam a discussão sobre possíveis melhorias das condições de vida destes (Alcantara; Costa, 2010, p. 181).

Mesmo diante dos desafios, uma parcela expressiva dos 2,3 milhões de estabelecimentos rurais do Nordeste, que resistiram/resistem a tantos obstáculos são propriedades da agricultura familiar. Em comparação às demais, o Nordeste é a região que representa todo esse processo de conquista da agricultura familiar, pois nela se concentram metade dos estabelecimentos destinados à produção (IBGE, 2018), o que pode ser observado na figura 2.

Figura 2-Distribuição do número de estabelecimentos na agricultura familiar por região do Brasil, IBGE, 2020



Fonte: IBGE (2020).

A prática da atividade agrícola que se estende no rural nordestino e beneficia tantos sujeitos de maneira individual ou coletiva só ganhou forma e ampliação por meio dos programas de políticas públicas. O crédito rural tornou-se instrumento central da política agrícola responsável por promover a produtividade e o aumento de renda no Brasil. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi estabelecido com o propósito de fornecer crédito a produtores

rurais com baixa taxa de juros a fim de ajudá-los a financiar produção e maquinários agrícolas, bem como custos de operação e comercialização de produtos agropecuários (MDA, 2015).

A produção de grãos, a pecuária, a preparação do solo, o plantio de sementes, a limpeza da área e a colheita; além dos insumos agrícolas, como fertilizantes, sementes, herbicidas, ração e vacinas para animais fazem parte dos setores mais beneficiados com crédito rural nos últimos tempos. O crescimento nesses segmentos representa um avanço significativo no campo, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), (2020) a produção rural alcançou participação de 27,4% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2021, o maior índice desde 2004.

De acordo com a publicação do Banco do Brasil (2004):

O crédito rural busca cumprir os seguintes objetivos: estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais; favorecer o custeio oportuno e adequado da produção a comercialização dos produtos agropecuários; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores; incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida das populações rurais (Banco do Brasil, 2004, p. 5).

O crédito rural está estruturado em três grandes grupos, quais sejam: custeio, que atende as despesas do ciclo produtivo; investimento, destinado a inversões de bens e serviços que gerem benefícios por mais de um ciclo produtivo e comercialização, que viabiliza as despesas da pós-produção. No momento da assinatura dos contratos é classificado como agrícola ou pecuário o que permite disponibilizar informações sobre a atividade que o sujeito será beneficiado (Banco do Brasil, 2024).

Anualmente são destinadas verbas para incentivar a produção agrícola em propriedades de pequeno, médio e grande portes e o maior incentivo desse gênero é o Plano Safra. Segundo o Cresol¹⁹ (2023) para a edição 2023/2024, o governo disponibilizou cerca de R\$ 340,88 bilhões nas diversas modalidades de crédito rural, valor que representa um aumento de 36% em relação ao plano anterior. As linhas de crédito do Plano Safra pertencem a vários programas e o principal deles é Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O Brasil foi pioneiro na implementação de políticas públicas de larga escala destinadas ao público rural, em especial da agricultura familiar, que foram intensificadas a partir de 1990, especificamente com o PRONAF, criado no dia 28 de junho de 1996 por meio do Decreto nº 1.946. Nesse mesmo ano, apenas as ações ligadas ao crédito de custeio foram efetivadas. A extensão do programa para as áreas de infraestruturas, investimentos, serviços municipais,

¹⁹ A Cresol é uma cooperativa de crédito, com soluções financeiras e atendimento personalizado de acordo com o interesse do cooperado (Cresol, 2024).

capacitação e pesquisas, foram iniciadas a partir de 1997, quando o PRONAF foi ampliado e integrado a todo território nacional. Schneider e Mattei (2021) citam que:

O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social os agricultores familiares que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (Schneider; Mattei, 2021, p. 14).

Com base em estudos realizados pelo Censo Agropecuário de 2017, foram os anos 2013 e 2014 de maior instalação das políticas públicas visando o meio rural. Nesse mesmo período passaram por processos de fortalecimento, pois os dados de beneficiados serviram como injeção de ânimo para os órgãos governamentais ampliarem e criarem novos programas que atendessem a esse campo. O PRONAF foi citado como um dos maiores programas desta categoria, pois se tornou uma das principais fontes socioeconômicas do país, além de contemplar as menores taxas de juros dos financiamentos rurais.

Grisa e Schneider (2015) reiteram que a criação desse programa pioneiro, resultado das lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo, fez com que a identificação e quantificação dos estabelecimentos agrícolas familiares adquirissem relevância concreta para orientar a intervenção governamental, particularmente no que diz respeito ao financiamento com juros subsidiados, assistência técnica, seguro rural e formas diferenciadas de garantia de compra da produção. Para os autores, o valor e o peso que a política tinha e tem em relação às conquistas no campo vão além das atividades agrícolas desenvolvidas no rural. Neste sentido, afirmam que:

O Pronaf se constituiu na principal política agrícola para a agricultura familiar (em número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados) e, historicamente, tem contado com um montante crescente de recursos [...] ilustrando seu viés de fortalecimento da produção agrícola, diversos estudos apontam que o programa tem beneficiado principalmente as unidades familiares de produção em melhores condições socioeconômicas e isso reflete para além das atividades agrícolas (Grisa; Schneider, 2015, p. 8-9).

O PRONAF foi fundamental na construção de elementos que fortaleceram em demasia a agricultura familiar e deu espaço para dois novos programas que tinham a mesma finalidade: O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e Programa de Garantia de Preço para a Agricultura Familiar (PGPAF) reforçou o retorno da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Tais políticas reivindicaram do governo e da sociedade brasileira um olhar mais cauteloso para a agricultura familiar e assim, foi possível perceberem a necessidade e importância deste segmento no tocante à inserção social e desenvolvimento geral do país (Mendes, 2018).

De acordo com dados do site Cresol²⁰, de 1997 até hoje (2024) o programa cresceu significativamente, o que pode ser comprovado ao comparar os valores financiados na safra de 1999/2000 que foi de R\$ 6,6 bilhões. Quanto à safra 2020/2021, a oferta foi de R\$ 33 bilhões em crédito para o financiamento da produção agropecuária. O PRONAF conseguiu desenvolver e transformar mais de 2,6 milhões de pequenas propriedades rurais do país, se consolidando, ano após ano, como uma política de crédito efetiva em 4.963 municípios do Brasil, espalhados por todas as regiões. Além disso, foram aplicados mais de R\$ 180 bilhões em quase 30 milhões de contratos firmados nas mais diversas modalidades.

Na tentativa de organizar e dinamizar com maior eficácia os objetivos e metas do programa, ele foi dividido em grupos e linhas de crédito diferentes que, segundo o Banco do Nordeste - BNB (2023), estão organizados de acordo com os limites de financiamento, ordem e taxas de juros. O quadro 4 mostra um recorte da significância do PRONAF na vida de milhares de trabalhadores rurais cujas finalidades variam de acordo com os grupos/linhas bem como limite de crédito, juros, bônus de adimplência e outras condições.

Quadro 4-Principais grupos e linhas de crédito do PRONAF organizados pelo Banco do Nordeste, 2023

PRONAF GRUPOS/LINHAS	PÚBLICO-ALVO
Grupo A	Agricultores e assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
Grupo AC	Agricultores e assentados pelo-PNRA Beneficiários do-PNCF.
Grupo B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 23.000,00, para apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas por pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf.
MULHER	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no grupo V (Renda Variável). que exploram atividades agropecuárias e não agropecuárias (pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros). As mulheres integrantes dos demais grupos serão atendidas no Pronaf Grupo B.
JOVEM	Jovens agricultores familiares maiores de 16 e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Grupo V.

Fonte: Banco do Nordeste (2023). Organizado pela pesquisadora.

²⁰ <https://blog.cresol.com.br/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-pronaf/>

A figura 3 ilustra a divisão dos subprogramas que compõem o PRONAF e suas respectivas funções. Reflete a estrutura organizacional e os diferentes focos de atuação dentro do programa.

Figura 3-Divisão dos subprogramas PRONAF, 2023



Fonte: Cresol (2024).

Com base nos dados do Cresol (2024) para os anos de 2023/2024, o PRONAF recebeu aporte total de 53,61 bilhões, com juros de 5% ao ano a depender da modalidade. Entre os avanços e contribuições estabelecidas por intermédio do referido programa, é relevante destacar seu olhar para figura feminina quando insere, no ano de 2003, por meio do Plano Safra, a linha de crédito PRONAF Mulher, na qual afirma a valorosa e indispensável participação dela na agricultura familiar, onde ocupa um lugar de protagonista.

Essa linha de crédito tem por finalidade reconhecer e instigar o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar e nos assentamentos. Esse acesso permite que as trabalhadoras desenvolvam atividades agrícolas e não agrícolas de maneira mais segura e com mais tempo. Para obter os recursos provenientes do financiamento, a produtora rural precisa vincular-se ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)²¹ com dados atualizados. O cadastro possui caráter permanente e a validade do registro é renovada a cada dois anos.

Além do PRONAF Mulher e outras políticas citadas no decorrer do texto, outros programas foram criados no intuito de fomentar e potencializar o trabalho realizado pela mulher nas atividades agrícolas. Todo esse processo de evolução contou com parcerias de órgãos governamentais que reconheceram a importância feminina como chave para o desenvolvimento

²¹ Estabelecido no 1º de novembro de 2022 o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) tornou-se a principal ferramenta do agricultor, conforme portaria nº 174, de 28 de junho de 2022. É o principal mecanismo para o acesso as ações, programas e políticas públicas voltadas para a geração de renda e o fortalecimento da agricultura familiar (Gov.br, 2023).

rural. Dentre eles, merecem destaque o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF), Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR), Grupo de Trabalho Técnico (GTT). Dentre esses tem o Bolsa Família que, apesar de não ser voltado ao rural, auxilia na renda de muitas famílias (Delgado; Bergamasco, 2017).

Destaca-se que o Programa de transferência de renda condicionada Bolsa Família (PFB) completou uma década no ano de 2014 e foi considerado o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente, responsável por tirar milhões de famílias brasileiras da fome extrema e buscar integrar políticas capazes de fortalecer o acesso a direitos básicos como saúde, educação e assistência social.

Segundo dados da Secretaria de Comunicação Social - SECOM (2023), o ano de 2023 foi o que o PFB fez o maior valor de repasse e investimentos da história - com o repasse do benefício a 21,06 milhões de famílias, com o valor médio de R\$ 680,61 e com o investimento de R\$ 14,25 bilhões. Na divisão por regiões, o Nordeste está no *ranking* com maior número de famílias contempladas, são cerca de 9,48 milhões assistidas nos 1.794 municípios, ou seja, um repasse de R\$ 6,3 bilhões. Na Bahia esse número refere-se a 2.478.561 famílias beneficiadas e no geral 83,4% dos inscritos são mulheres.

A melhoria na infraestrutura da rede de proteção social, como a expansão das aposentadorias rurais e o PBF, juntamente com outras políticas de incentivo à economia em geral, foram fatores decisivos para a melhoria da capacidade de resiliência das populações do campo. Grisa e Schneider (2015), afirmam que a existência de políticas sociais que alcancem as populações rurais, nos moldes do PBF, contribui para o reconhecimento do espaço rural como espaço de vida e trabalho, na medida em que possibilitam sua permanência e manutenção nesse ambiente com algum nível de qualidade.

Dessa forma, preconiza-se a necessidade de políticas de inclusão produtiva como PBF que permitam viabilizar a permanência dessa população no meio rural, pois na maioria dos casos o cultivo dos produtos é para autoconsumo ou venda em feiras livres e essas atividades garantem o acesso a alguns rendimentos (SECOM, 2023).

Com base nos dados apresentados no presente estudo, é válido dizer que o Nordeste é campeão na produção agrícola familiar e isso é também resultado dos muitos avanços alcançados por meio das políticas públicas. E mesmo que muitas dessas políticas não sejam destinadas às mulheres, as atividades desempenhadas por elas representam uma conquista incalculável que, como visto, não reflete somente nas questões simbólicas que dizem respeito ao sentimento de pertencer à terra, mas nas várias questões de cunho social, cultural, financeiro

e principalmente de empoderamento e autonomia. Diante dos muitos dados e relatos positivos mencionados, verifica-se que a história de garra da mulher é algo que perdura há anos e somente aos poucos que ela se ingressou e conquistou igualdade de direitos na sociedade. Ainda assim, há um longo caminho a ser percorrido, a balança da igualdade, da inserção social e da conquista é uma luta e caminhar contínuos.

4 SER MULHER NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM POÇÕES-BA, BRASIL

[...] há marcas da mulher no espaço e, sobretudo, seu papel na construção desse espaço. Cabe esclarecer que as mulheres rurais sempre desempenharam um papel fundamental no seu meio, transcendendo ao universo determinado pelo homem e, mais recentemente, adquirindo uma dimensão destacada nas mudanças que ocorrem no mundo rural (Almeida, 2011, p. 146).

A seção IV destaca a participação das mulheres por meio da agricultura familiar e como isso reflete em sua atuação nos espaços públicos do município de Poções-BA. Além disso, analisa como as relações estabelecidas nesses ambientes ampliaram valor, trabalho e reconhecimento social da mulher/agricultora. Com base em pesquisa realizada no Assentamento União e Povoado Mulungu I, o texto retrata os desafios e avanços presentes no espaço rural, apresenta a necessidade de se desconstruir culturas impostas à figura feminina e mostra a relevância do seu protagonismo e trabalho na agricultura familiar, bem como sua participação e liderança femininas nos vários espaços sociais. Ainda registra a atuação da mulher na atividade agrícola que tem gerado renda, reconhecimento e afins. Acerca dos desafios, observa-se a carência de esforços contínuos para ampliação de políticas sociais que agreguem o público feminino rural, o que revela a necessidade de promoção de estratégias que contribuam para o processo de visibilidade, equidade e organização das mulheres rurais.

4.1 Trajetória histórica de Poções-BA: ocupação e formação territorial

Várias foram as motivações para a criação de novos municípios, a saber: econômicas, por estagnação ou por dinamismo, administrativas, para que se alcance um maior convencimento da população e sua mobilização para a luta pela emancipação. Em todos os processos de criação estão envolvidas questões políticas (Almeida, 2014).

A história de formação do município de Poções não fugiu desse contexto. Ocorreu por meio da chegada de bandeirantes que desbravaram o interior do país. O município seguiu o mesmo modelo desse período para atender as necessidades e interesses da colônia no processo de ocupação e povoamento (Almeida, 2014).

Em 1780 foram dados os primeiros passos para o desbravamento, ocupação e povoamento do chamado Sertão da Ressaca, em Poções. Nesse momento surge a necessidade, por parte da Coroa Portuguesa, de adentrar o sertão com a finalidade de estabelecer a ocupação de terras e, posteriormente, núcleos urbanos que dessem apoio ao trânsito de mercadorias produzidas no interior, sobretudo na Capitania de Ilhéus, entendendo que os espaços coloniais se estabeleciam essencialmente como “bacias de drenagem”. O processo de povoamento de Poções foi iniciado pela incursão de João Gonçalves da Costa, acompanhado dos seus familiares

que se fixaram e ocuparam o território, revelando a importância da família na composição e desenvolvimento da região, como expõe Sousa e Alves (2007). Os autores inferem que:

[...] a ocupação e povoamento do Arraial dos Poções foi resultante do processo de expansão dos domínios da família Gonçalves da Costa pelo Sertão da Ressaca; propiciando a fixação de Thimotheo Gonçalves da Costa, cunhado de João Gonçalves, juntamente com sua família no local onde se formou o povoado (Sousa; Alves, 2007, p. 44).

Essa versão quanto à ocupação do território poçoense até então é a única que está documentalmente referenciada. Segundo Souza (2001), a relevância do coronel João Gonçalves da Costa diante dos interesses da Coroa Portuguesa foi reconhecida no Brasil colonial, por vários documentos que ressaltavam seus atributos de capitão pelas autoridades portuguesas, numa época de difícil acesso aos sertões/hinterlândia. Esses atributos refletiram sua eficiência no processo de desbravamento do Sertão da Ressaca e abertura de estradas para o estabelecimento de fluxos.

Dessa maneira, a criação e desenvolvimento urbano do Arraial dos Poções se efetiva a partir da segunda metade do século XVIII, às margens do Rio São José, que atualmente “corta” a cidade ao meio. Por volta de 1830/1842 edificou-se a capela do Divino Espírito Santo e ocorreu a distribuição de áreas entre a família Gonçalves da Costa, que se tornaram fazendas: “Fazenda Morrinhos”, “Fazenda Salinas”. Essas propriedades localizadas nos arredores da sede do atual município de Poções, alicerçaram a ocupação do território e da região do sertão baiano (Almeida, 2014).

Entretanto, a ocupação e o povoamento do território aconteceram oficialmente em 26 de junho de 1880, por meio da Lei Provincial nº 1.986 que deu origem ao município de Poções como sede, momento em que se desmembrou do território de Vitória da Conquista e foi estabelecida como “cidade desvinculada de outros territórios”. (IBGE, (1958, p. 124).

O município foi se expandindo por meio dos interesses ligados à extração de mineiros, à fertilidade das terras, à pecuária e à cultura do algodão - os dois últimos foram considerados os setores de maior produtividade da época, responsáveis por grande parte da economia local. João Gonçalves da Costa e seu grupo almejavam a fixação nesse de territórios, pois estavam de olho na exploração de metais preciosos, contudo desenvolveram outras atividades, como práticas agrícolas e a criação de gado, Manuel Alex Sousa, (2002).

Sousa (2002) afirma que:

[...] outros fatores vão se inserindo na lógica de ocupação do município, surgidos da própria dinâmica e necessidades internas, a grande lavoura, o bandeirismo e mineração se conjugam no processo de seu povoamento [...] A atividade econômica principal vai ser a criação do gado, que, juntamente com a cultura do algodão e gêneros de subsistência vão compor o cenário

econômico dessa faixa de terra do Sertão da Ressaca (Manoel Alex Sousa, 2002, p. 2-8).

A intensa produção de algodão fez com que Poções se tornasse um dos maiores confeccionadores de roupas artesanais da época. O material era fornecido para todos os municípios circunvizinhos e vestia também os escravos da localidade. Essas atividades somadas à produção agrícola, em especial o cultivo do milho e feijão, foram essenciais para o desenvolvimento urbano e econômico da cidade. Mais tarde, com a escassez do ouro na região, a plantação desses e outros produtos se intensificaram e junto à pecuária, à cultura do algodão e à agricultura familiar, o município foi se expandindo e dando origem aos núcleos habitacionais. Em seguida tornou-se ponte para o começo de outros municípios, que compõem grande parte do Território Sudoeste Baiano, (Manoel Alex Sousa, 2002).

Meira *et al.* (2015), argumentam que ainda que as entradas chefiadas pelos bandeirantes por terras baianas tenham sido à procura de metais preciosos, a instalação de inúmeras fazendas na região propiciou o surgimento de outras atividades. Essas atividades mais duradouras, tais como a produção agrícola para o consumo imediato e para comercialização, levaram muitos desses bandeirantes a fixarem povoações nos diversos pontos de apoio de seus trajetos entre o litoral e o interior do Estado da Bahia.

Com base em dados do IBGE, em 2022 a área do município era de 937,855 km², o que o coloca na posição 170 de 417 entre os municípios do estado da Bahia. Apresenta 63% de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Entre 2006 e 2022, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) municipal apresentou o 2º melhor desempenho da região imediata. Nos últimos dez anos, o crescimento nominal do nível de atividade da cidade foi de 163,9% e a taxa apresentada dos últimos 5 anos foi de 22,3%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 193º de 417º (SEI, 2014).

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (2024) o supramencionado município possui 3,9 mil empregos com carteira assinada, sendo que a ocupação predominante destes trabalhadores é a de professor de nível médio, no ensino fundamental, seguido de vendedor de comércio varejista e de motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R\$ 2,5 mil, valor abaixo da média do estado, de R\$ 2,8 mil.

A concentração de renda entre as classes econômicas em Poções é relativamente superior à média estadual. As faixas de menor poder aquisitivo participam com 56,5% do total de remunerações da cidade, enquanto as classes mais altas representam 9,9%. Destaca-se que a composição de renda das classes mais baixas da cidade tem uma concentração de 11,5 pontos

percentuais maior que a média estadual, já as faixas de alta renda possuem participação 15,1 pontos abaixo da média (IBGE, 2024).

As três atividades que mais empregam são: administração pública em geral, comércio varejista de combustíveis e móveis. Entre os setores característicos da cidade, também se destacam a produção de frutas cristalizadas, palmito e balas (IBGE, 2024).

No processo de desenvolvimento de Poções, as atividades que envolvem a agricultura tornaram-se elementares para seu reconhecimento como um dos principais municípios do TSB. O censo do IBGE (2010) apontou que cerca de 10.042 pessoas residiam na zona rural. Por meio do desenvolvimento das atividades pecuárias e agrícolas, principalmente, é possível notar que a população do campo resistiu aos muitos desafios vivenciados no campo poçoense. A agricultura familiar é um segmento fundamental à economia e ao social do município, pois contribui na geração de renda e, por consequência, no crescimento de Poções.

A Fazenda Salinas tem parcela fundamental nesse crescimento, pois destacou-se pela produção de feijão, hortaliças e leite. Esses e outros produtos sempre lideraram as vendas na feira livre da cidade, além de serem vendidos para os demais municípios (Nova Canaã, Planalto, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Bandeira Nova e Vitória da Conquista). Isso fortaleceu/fortalece significativamente a economia local. Desta maneira, os cultivos foram se expandindo e, com eles, surgiram novas comunidades, povoados, assentamentos e até fazendas.

Nas feiras livres registra-se o trabalho da família; as atividades são flexíveis - elemento essencial do mercado intraurbano - representando a troca de mercadorias, serviços e lugares de resistência. Enquadram-se como atividades econômicas que acontecem diariamente no centro de Poções, sendo que aos sábados o movimento é mais intenso. São bem heterogêneas quanto à venda dos produtos, com predominância de hortifrutigranjeiros. Representam um modelo de comércio inclusivo, que valoriza a diversidade de produtos locais, além de promover a economia e fortalecer os laços sociais.

Diante dos fatores apresentados é válido ressaltar que a análise histórica da formação e ocupação territorial do município de Poções revela a complexidade de sua trajetória e os desafios futuros. O reconhecimento das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldaram seu território ao longo do tempo é essencial para orientar ações de desenvolvimento e estratégias que ampliem esse processo.

4.2 Práticas e vivências: A participação da mulher como referência no cenário da agricultura familiar de Poções-BA, Brasil

Dada a importância do trabalho da mulher na agricultura familiar, torna-se necessário realizar estudos que evidenciem sua participação laboral nas atividades produtivas dentro da agricultura familiar. O trabalho feminino no meio rural é considerado como uma estratégia de manutenção das condições de reprodução da família ao longo das gerações e mesmo sendo pouco valorizado e quantificado, tem um importante papel em toda a trajetória no campo. Diferente dos homens, que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola, elas combinam diferentes modalidades de trabalho e se desdobram entre os afazeres, conciliando diferentes demandas do grupo familiar (Aro, 2012).

Aro (2012) concorda que na agricultura familiar, a mulher desempenha função indispensável sendo responsável por organizar, diversificar a produção e beneficiar produtos agrícolas. Por esses e tantos outros motivos, as mulheres têm sido vistas como indispensáveis em programas de crescimento rural.

Mesquita e Mendes (2012) afirmam que:

Desconsiderar o trabalho da mulher na agricultura familiar é ignorar a sua contribuição econômica na produção agrícola. Não a identificar como produtora, resulta na invisibilidade do trabalho feminino, no não reconhecimento da trabalhadora rural, o que dificulta o seu acesso aos direitos previstos em lei, excluindo-as das políticas de desenvolvimento (Mesquita; Mendes, 2012, p. 20).

A mulher desempenha dupla jornada (serviços reprodutivos /domésticos, cuidados com a família) e ao combinar diferentes modalidades de trabalho, elas formam um mosaico complexo, tornando-se difícil identificar onde começa ou termina uma atividade. Diferentemente dos homens, que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres se desdobram com várias demandas e ainda conciliam com as funções na atividade agrícola e pecuária (Mesquita; Mendes, 2012).

Diante dos dados e informações discutidas no presente estudo, nota-se a importância de dar visibilidade ao trabalho da mulher, não somente na agricultura familiar, mas em todos os âmbitos de trabalho, pois ela não contribui apenas na reprodução socioeconômica das famílias rurais, mas também em fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias, o que propicia a manutenção de localidades rurais como assentamentos, povoados e comunidades.

Destacar a contribuição feminina como elemento dinamizador desses espaços significa reconhecer não apenas seu trabalho, mas também a função que elas desempenham para valorização de suas habilidades, conhecimentos e iniciativas. Apesar dos desafios enfrentados,

durante visitas de campo e entrevistas realizadas no assentamento União e Povoado do Mulungu I, foi possível perceber que essas relações foram/são construídas cotidianamente, com ênfase na participação da mulher nas diferentes fases de luta pela terra, trabalho e associativismo.

4.2.1 Breve relato sobre a história do assentamento União

O Assentamento União, assim como os demais localizados no município de Poções, é resultado das relações estabelecidas com a terra. A luta pelas terras do assentamento surgiu quando os fazendeiros da região se negaram a pagar os impostos e, assim, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assumiu os lotes e os disponibilizou às famílias. Essas conquistas foram adquiridas por meio do Movimento Sem Terra (MST) e pela Federação dos Trabalhadores e Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (FETAG), que também foram importantes na constituição do assentamento, responsável pela redistribuição de terras improdutivas.

A entrevistada 1²², atual presidente do Assentamento União define a conquista desse espaço como “luta, raça e vivência”. Ela relata que em 1998 surgiu a oportunidade de conhecer o projeto, “fui convidada pra ir ao assentamento trabalhar como professora e conheci o projeto, gostei e me apaixonei”.

A vida no início, na formação, na construção, não foi fácil, a gente temia muito perseguição política e a gente fez tudo muito de baixo dos panos, tudo muito escondido, mas até que o momento de assinatura da escritura chegou e a gente teve que “dar as caras” (Entrevista realizada com presidente do Assentamento União, na cidade de Poções-BA, no dia 16/05/2023).

O INCRA (2020) caracteriza os assentamentos como um conjunto de unidades agrícolas independentes, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, instaladas em um imóvel que pertencia a um único proprietário. Cada unidade é entregue a uma família sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. Também ressalta que os assentamentos, além da distribuição de terra, oferecem condições de moradia, produção familiar e garante a segurança alimentar.

A presidente afirmou que, até chegar a essa estrutura definida pelo INCRA, o assentamento União passou por muitos desafios, lembrando que:

Fomos conhecer a fazenda, eu e uma enfermeira e naquele momento passamos conhecer as famílias e vimos que a realidade de 98% delas não era nada fácil. Depois desse dia que a gente entrevistou as famílias, fizemos uma feijoada, conhecemos a fazenda, demarcamos a localde construir a agrovila (Entrevista realizada com presidente do Assentamento União, na cidade de Poções-Ba, no dia 16/05/2023).

²² Entrevistada 1 refere-se a presidente do Assentamento União. A entrevista com a representante foi realizada nos dias 16 de maio de 2023 e 26 de janeiro de 2024.

No início, somente a entrevistada 1, seus três filhos e mais três famílias moravam no assentamento. Se instalaram em uma antiga escola, que contava com uma cantina e um espaço de sala de aula. Ela declarou que, ainda no ano de 1998, criou-se uma associação majoritariamente masculina, com a presença de uma única mulher. [...] “Foi uma luta grande, alterar isso no estatuto, até que eu consegui esse feito para as mulheres, a única sócia feminina era eu”.

As reuniões para discutir os assuntos sobre o assentamento aconteciam embaixo de uma árvore, uma jaqueira²³, apresentada na figura 4. A assentada diz que: “durante anos essa árvore fez sombra para nossos encontros, carregados de desafios, mas também de muitas certezas das conquistas que nos esperavam”.

A entrevistada 1 também mencionou que, majoritariamente, os representantes da associação eram homens e apesar de externarem muito respeito por ela, quando as decisões careciam de votação, era mais delicado para ela. “Só tinha eu de mulher e assim ficava difícil ser contra qualquer decisão”.

Figura 4-Jaqueira, lugar onde aconteciam as reuniões da associação, Assentamento União, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

²³ Árvore tropical de grande porte, nativa da Índia, muito consumida no Brasil (Paraíso das árvores, 2024).

Em 1999, a primeira escola foi construída em local de difícil acesso, e a população estava insatisfeita com a dificuldade para deslocamento. Diante disso, improvisaram uma sala mais próxima das suas residências e não demorou muito para construírem um espaço mais amplo para assistirem às aulas. A entrevistada 1 e duas professoras foram responsáveis pela alfabetização de 103 pessoas, entre crianças, jovens e adultos da localidade. A presidente informou que:

A maioria dos adultos eram analfabetos e precisavam ser alfabetizados para conquistar um benefício do PRONAF, junto com o BNB. Se eles não assinassem, não teriam direito a esse benefício. O único PRONAF que conseguiram de 1998 até hoje 2023. Lembro que eles trabalhavam o dia inteiro, debaixo de sol ou chuva, mas a noite estavam todos ali, foram tempos bons, eles se apaixonaram pela escola (Entrevista realizada com presidente do assentamento União, na cidade de Poções-Ba, no dia 16/05/2023).

A escola Polo Educacional Nossa Senhora Aparecida (figura 5), também passou a ser sede da associação, espaço para muitos debates singulares e também ponto de encontro para organização de festejos. O mais tradicional acontecia no mês de junho, quando eles se reuniam para celebrar a festa de São João. A presidente inferiu que: “Era uma festança, fazíamos quadrilha, muita comida e bebida típica, a maioria produzida com os alimentos advindos da agricultura familiar do assentamento”.

Figura 5-Encontro realizado no Polo Educacional Nossa Senhora Aparecida para assinar o documento de escritura da terra/lotes, 1998. Assentamento União, Poções-Ba, 2024



Fonte: Foto arquivo Assentamento União (1998)

Devido ao aumento significativo no número de alunos, se tornou necessário ampliar a escola. A entrevistada 1 e os outros representantes do assentamento elaboraram um projeto estimado no gasto de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e apresentaram à prefeitura dos municípios de Poções e Nova Canaã, buscando contribuição para custear as despesas. No entanto, os dois órgãos se negaram a fornecer apoio financeiro para a conclusão do projeto, alegando que seria necessário criar um trabalho mais ousado. A presidente relatou que:

Não ia contemplar o assentamento, então a gente conseguiu um projeto junto com a ACAR²⁴ de uma escola, na época R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) com uma quantia da associação, na época era 20% mas a gente fez 70% porque uma diária de pedreiro custava R\$ 10,00, (dez reais) eles recebiam R\$ 5,00 (cinco reais) e deixavam R\$ 5,00 (cinco reais) reais para a construção da escola, assim construímos um colégio dentro dos padrões da ACAR, e primeira dentro dos padrões do MEC²⁵. (Entrevista realizada com presidente do Assentamento União, na cidade de Poções-Ba, no dia 16/05/2023).

Em 2001 foram construídas as moradias, faltando alguns ajustes, pois o recurso recebido na época não foi suficiente para conclusão de todo trabalho. O projeto beneficiou 50 famílias, mas os assentados tiveram que lidar com período de nove meses sem recursos governamentais, sem o Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC)²⁶. Devido a esse fator, algumas famílias não conseguiram permanecer no assentamento. Posteriormente, se arrependeram, mas não encontraram mais lotes disponíveis.

A presidente informou que quando a primeira associação foi criada, os assentados estavam interessados nas terras há muito tempo, mas ao tomarem posse, notaram que o solo era improdutivo, pois o antigo dono – um fazendeiro e ex-prefeito da cidade de Vitória da Conquista – não realizou ações para tornar o lugar um terreno fértil. Contudo, depois de algumas técnicas, os moradores inseridos tornaram a terra produtiva, construíram um viveiro e passaram a produzir alimentos (hortaliças, legumes, frutas, mudas de café entre outros) para consumo e complementação da renda.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos assentados era a falta de energia, fator que fomentou a união dos assentados para a sua instalação, com recursos próprios. Somente no ano de 2004, o Assentamento foi contemplado com o Programa Luz para Todos, política social que surgiu em novembro de 2003, com o decreto no 4.873, do governo federal, com o nome

²⁴ Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).

²⁵ Ministério da Educação e Cultura (MEC).

²⁶ SIC-São recursos não reembolsáveis destinados a infraestrutura básica e produtiva dos projetos, oriundos do Subprograma de Combate à pobreza rural, repassados por meio de contrato específico de transferência de recursos, é de uso exclusivo de agricultores familiares organizados em associação formal (Banco do Nordeste do Brasil, 2024).

Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica/Luz para Todos IBGE, (2023). Em 2023, o programa completou 20 anos de lançamento e segundo o IBGE (2023), cerca de 99,8% da população brasileira foi beneficiada.

Para Carvalho (2016), todos os programas de cunho social, bem como o crédito rural, representam ações importantes para o desenvolvimento das atividades do campo, principalmente no apoio ao agricultor familiar, sobretudo no Nordeste brasileiro. Esse fator foi indispensável na compra das terras do assentamento que era paga de forma parcelada. Por meio de crédito rural financiado pelo BNB, conseguiram quitar a dívida da terra estipulada em R\$ 380, 000 (trezentos e oitenta mil reais). Também contaram com aval do INCRA que reduziu 90% da dívida e a compra de um trator com recursos do SIC. Segundo a entrevistada 1, esse fato aconteceu em 2012, e nesse mesmo ano tomaram posse do documento da base, a hipoteca do local, momento em que ela ocupava a função de tesoureira. A entrevistada salientou que:

Eu sempre participei da diretoria menos na presidência, eu nunca quis porque era muito trabalho e seria uma briga minha com os homens do assentamento, eles não iriam aceitar, eu mulher fosse para a presidência, então me deram a tesouraria. Eu consegui pagar todas as dívidas da associação junto com eles, pagamos oficina, mercado, açougue, banco, receita federal (Entrevista realizada com presidente do Assentamento União, na cidade de Poções-Ba, no dia 16/05/2023).

Assim o assentamento foi construindo seu espaço de resistência, regado a muitas lutas e realizações. No ano de 2018, a entrevistada foi eleita a presidente da associação. Ela relatou que: “Disse a eles: eu fiz tudo isso, eu consigo fazer o resto, agora quero a presidência”.

Nessa época eles ainda lutavam para saldar contas do assentamento e alguns sócios não conseguiram pagar o PRONAF, acumulando uma dívida de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na Procuradoria Geral Nacional do Banco do Brasil. Mais uma vez, a entrevistada usou suas estratégias, agiu em conjunto e regularizou a situação.

Nesse mesmo ano, um engenheiro credenciado do INCRA fez o georreferenciamento da terra e a divisão dos lotes. No dia 30 de julho de 2020, vinte anos após a primeira escritura, a entrevistada 1 e representantes de outros assentamentos do município de Poções se reuniram para receberem das mãos do secretário de Agricultura e Meio Ambiente, o documento georeferencial e a regularização do quadro social das localidades, como mostra a figura 6. A entrevistada 1 também inferiu, que apesar das várias tentativas, eles não conseguiram nenhum tipo de ajuda governamental.

Figura 6- Reunião destinada a posse de escrituras do Assentamento União, Poções-BA, 2020



Fonte: Teixeira (2020).

Em sua estrutura física, o assentamento conta com uma igreja católica (figura 7), onde os devotos dessa religião se reúnem aos domingos para cultuar. Anualmente, no dia 12 de outubro é celebrada a festa de devoção chamada de “Festa de Nossa Senhora Aparecida”. A solenidade é um dos momentos mais esperados pela população do assentamento e localidades vizinhas. Para eles, o encontro vai muito além “das paredes do santuário”. Uma das moradoras se emociona ao dizer: “[...] esperamos esse dia chegar, ficamos ansiosos para agradecer nossa santinha que tanto nos vale”.

O assentamento possui também um espaço denominado de “sala de oração”, onde alguns moradores de religião protestante também cultuam sua fé; uma escola destinada ao ensino fundamental e um campo de futebol, que na verdade trata-se de um terreno sem edificações, mas alguns jovens usam como lazer esportivo. Os elementos citados estão representados na figura 8.

Figura 7- Igreja Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Assentamento União, Poções-Ba, 2024



Fonte: Andrade (2024).

Figura 8-Sala de oração, campo de futebol e escola, Assentamento União, Poções-Ba, 2024



Fonte: Andrade (2024).

Cerca de 40 famílias residem na localidade, muitos deles construíram casas na cidade de Poções, mas não deixaram o local, seguem presentes e atentos às demandas do espaço em que construíram na raça e na força. Reúnem-se com frequência no intuito de manter ativos os debates e as decisões que fomentam as ações políticas, sociais, econômicas e culturais, como mostra a figura 9.

Figura 9- Assembleia geral com associados, Assentamento União, Poções-Ba, 2023



Fonte: Oliveira (2023).

O assentamento reflete não apenas um espaço físico, mas também um símbolo de resistência, cooperação e esperança para seus residentes. Com o propósito de preservar e manter melhorias, construíram/constroem um caminho regado a inserção social, cooperativismo e principalmente, representatividade (Incra, 2020).

4.2.2 Breve relato da História do Povoado²⁷ Mulungu I

O processo de ocupação e estruturação do Povoado Mulungu I, embora conte com semelhanças, ligadas ao meio rural, não segue as mesmas características do assentamento União, principalmente no que se refere ao seu contexto político. Segundo a entrevistada ²⁸, a

²⁷ Povoado: tipo de aglomerado rural sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas (primárias, secundárias e terciárias), no próprio aglomerado ou fora dele. O povoado é caracterizado pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais/urbanas próximas (Censo IBGE, 2017).

²⁸ Expressão usada para referir-se à segunda secretária da associação do Povoado Mulungu I. A entrevista com a representante foi realizada nos dias 25 de janeiro de 2023 e 25 de janeiro de 2024.

origem do nome do povoado pode ter relação com a planta conhecida como Mulungu (bico-de-papagaio, canivete ou corticeira), de origem brasileira, encontrada principalmente em biomas do cerrado e caatinga, conta com propriedades tranquilizantes usados para fins medicinais.

A localidade, situada a 14 km da sede de Poções, tem cerca de 70 anos e foi se constituindo por famílias que abriram mão de trabalhar arduamente nas grandes fazendas, e assim, foram adquirindo pequenos lotes de terra e ampliaram o povoado de forma que se apoiavam na pequena produção agrícola e, em específico, na produção e venda mandioca para manter a renda. O assentamento foi posteriormente, dividido entre Mulungu I e II.

De acordo com fala da entrevistada 2, o local conta com cerca de 80 famílias residentes, nas quais 100% moram em propriedade próprias e grande parte possui um grau de parentesco. No povoado existe, em média, 5 casas de farinha individuais e para produção do núcleo familiar, e também uma agroindústria, 1 padaria, 2 bares.

Em entrevista, a segunda secretária relata que na localidade havia uma escola que contemplava o Ensino da Educação Infantil, porém no Mulungu II²⁹ foi construído um Polo Educacional³⁰ que passou a atender estudantes da educação infantil até o 9º ano de ensino. Atualmente, onde funcionava a antiga escola serve de sede para associação e ponto de encontro para celebrações, realizadas por fiéis da religião católica, que acontecem especialmente aos domingos.

As associações são consideradas um tipo de organização ideal, pois combinam a possibilidade de participação democrática de todos os envolvidos. Dutra (2011) define associações rurais como referência ou modelo de crescimento rural. Ele acrescenta que ter esse órgão como instrumento de organização produtiva é uma das alternativas mais impulsionadoras do crescimento local, envolvendo fatores sociais, culturais e políticos.

Sena e Antônio Filho (2017) salientam que:

O associativismo, assim como em outras formas de movimentos sociais, possui características próprias, pois existem diferenças regionais, de organização e de desenvolvimento local. A associação sem fins lucrativos é um movimento social que contribui para o desenvolvimento do campo. Um de seus efeitos mais positivos é [...] o hábito de colaboração e solidariedade, ou seja, a facilidade de se unir sujeitos que lutam pela mesma causa (Sena; Antônio Filho, 2017, p. 401).

A Associação dos Produtores do Mulungu I, (figura 10) é considerada umas das principais responsáveis pelo crescimento do povoado, pois em seus 20 anos de organização e

²⁹ Extensão do Povoado Mulungu I.

³⁰ Polo educacional Abílio Ferreira Campos.

funcionamento, agregou vários benefícios, principalmente na luta conjunta pelos direitos sociais, desenvolvimento econômico e autonomia. É composta por aproximadamente 150 sócios da localidade e de regiões vizinhas. Sena e Antônio Filho (2017) concordam que as associações desempenham um papel muito importante, pois são considerados instrumentos fundamentais para o alcance de objetivos coletivos.

Figura 10-Sede Associação dos Produtores do Mulungu I, 2024



Fonte: Andrade (2024).

No desenvolvimento do trabalho de campo, foram registradas as falas da segunda secretária da associação e de alguns moradores, e desta maneira foi possível notar que apesar das dificuldades em manter a constância das reuniões, principalmente no momento pandêmico, a busca por sustentar um associativismo presente foi a tarefa que mais fortaleceu as conquistas locais. A figura 11 mostra um dos encontros organizados entre os sócios e o representante da prefeitura municipal, o secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Jaimilson Francisco Moreira³¹. Na oportunidade discutiram e traçaram metas ligadas ao reconhecimento da figura feminina, a complementação de renda (cozinha comunitária) e o fortalecimento da agricultura local. A população se reúne sempre aos domingos, na sede na associação, para debater as demandas do povoado.

³¹ Jaimilson Francisco Moreira atua há 3 anos como secretário de Agricultura, meio Ambiente e Desenvolvimento Rural no Município de Poções-Ba, Brasil. Entrevista no dia 27/01/2023.

Figura 11-Reunião entre os sócios da Associação dos Produtores do Mulungu I e Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Poções-Ba, 2018



Fonte: Andrade (2024).

Quando questionado sobre a possibilidade das organizações sociais influenciarem nas mudanças do povoado, o secretário inferiu: “sim, claro que influencia. A prova disso está no associativismo do Mulungu, lá tem sócios comprometidos e dispostos a fazer pelo povoado”. Segundo ele com essas estratégias de coletividade e com o apoio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) que a população do Mulungu I foi contemplada com uma casa de farinha agroindustrial que irá contribuir com todo o povoado e terá forte relevância para economia da região.

O modelo de agroindústria inclui uma cozinha comunitária, que será destinada à fabricação de itens derivados da mandioca e outros produtos que envolvam a agricultura. Em entrevista, o secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Jaimilson Francisco Moreira, descreveu que:

A cozinha comunitária e a casa de farinha do Mulungu I fazem parte de um projeto que eu escrevi no ano de 2018 para o edital da CAR do Bahia produtiva. Tem demorado um pouco, mas a visão desse projeto é que gere renda para toda localidade (Entrevista realizada com secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na cidade de Poções-BA, no dia 27/01/2023).

De acordo com a fala do secretário o projeto surgiu da necessidade de manter e ampliar o cultivo da mandioca, considerada o carro-chefe da economia local. Preservar essa identidade sempre foi um dos maiores desafios a serem sanados, pois um dos fatores limitantes envolve os períodos das longas secas, um problema climático característico do semiárido brasileiro. Uma vez que essas questões implicam desde o plantio até a produção, foi necessário buscar estratégias que diminuíssem os danos, visto que mesmo diante das prolongadas estiagens, eles não deixam de produzir e garantir a renda.

Algumas moradoras asseguram que em fase de colheita chegam a colher cerca de 3 a 4 sacos de mandioca e, além da produção de farinha, conseguem trabalhar com os derivados do tubérculo como bolos, variados tipos de biscoitos, pães, beiju, broas entre outros. Como a produção da farinha de mandioca acontece de acordo com as condições climáticas, a secretária expõe que: “cada morador produz sua farinha [...] não é muito, não é toda semana, depende da nossa colheita, até porque plantamos apenas no período de chuva”. E complementou:

Não molhamos as roças de mandioca, só no período de chuva, porque assim a gente produz mesmo mais a mandioca, porque ela é resistente, né?! No período da chuva você planta, aí no caso, um mês, dois meses, tá chovendo, ela nasce, começa já a enraizar, então não precisa mais tá molhando, e aí ela aguenta, chegar no final do ano novamente pra ela tornar, formar a chuva, a molhar e ela desenvolver (Entrevista realizada com segunda secretária da associação do Povoado Mulungu I, na cidade de Poções-BA, no dia 25/01/2023)

A entrevistada também infere que “uma pessoa coordena o trabalho, marca as farinhas e produz 5 de farinha em um dia. Outra pessoa faz o mesmo em outro dia. Não é suficiente para uma semana inteira de uma família”. Ou seja, várias pessoas participam ao longo da semana para garantir a produção contínua. Mas com a agroindústria (figura 12) esse modelo de produção deixará de existir. Em depoimento, a entrevistada 2 afirmou que:

Vai ser um pouco diferente, né?! É uma fábrica, então vai ter novos segmentos, novas regras, vai mudar completamente, não vai ser dessa forma mais. Nós vamos produzir bem mais. Assim essa fase seca não vai afetar tanto a gente, porque nossos produtos serão congelados em câmaras frias (Entrevista realizada com segunda secretária da associação do Povoado Mulungu I, na cidade de Poções-BA, no dia 25/01/2023).

Figura 12-Agroindústria e cozinha comunitária, povoado Mulungu I, Poções-BA, 2023



Fonte: Andrade (2023).

A entrevistada 2 e o secretário apontaram que a obra não foi entregue no prazo estimado, pois foi preciso aguardar a instalação de energia elétrica que seria feita pela Neoenergia (antiga Coelba)³², por isso, tiveram que esperar cerca de 90 dias para o início do processo. A entrevistada 2 explicou que a demora gerou desânimo na população quanto à finalização da fábrica. Em diálogo, ela discorreu:

No começo, o povo estava muito animado, né?! Só que como o projeto é do governo, você sabe que é uma burocracia muito grande, demora muito, você tem que estar fazendo reuniões o tempo todo e aí as pessoas começaram a se desmotivar e passaram a não acreditar, sabe? Começou em 2018, nós já estamos em 2023, então uns saíram para trabalhar, viajou. Às vezes, o pessoal lá de Vitória da Conquista da CEDASB³³, da CAR, fica um pouco meio que chateado com o pessoal, porque marcam reunião e eles não aparecem (Entrevista realizada com segunda secretária da associação do Povoado Mulungu I, na cidade de Poções-BA, no dia 25/01/2023).

³² A Neoenergia Coelba (antiga Coelba) é uma empresa de distribuição de energia elétrica pertencente à Neoenergia. Sua área de concessão abrange 415 dos 417 municípios do estado da Bahia (Neoenergia, 2021).

³³ O Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB) é uma Organização da Sociedade Civil, fundada em maio de 2006, sua atuação acontece no TSB, Médio Sudoeste, Médio Rio de Contas e do Sertão Produtivo. Com sede na cidade de Vitória da Conquista-BA. O CEDASB desenvolve ações que atendem agricultores e agricultoras, na captação de água de chuva por meio da construção de cisternas para consumo humano (16 mil litros), cisternas de produção (enxurrada e calçadão), barreiros trincheira, barragens subterrâneas e projeto(s) de (ATER) (CEDASB, 2006).

O secretário de agricultura disse “compreender” o atraso para entrega do novo empreendimento, uma vez que os trâmites englobam problemas burocráticos, que não dependem apenas da “boa-vontade e ação” dos envolvidos. Ao ser questionado sobre a conclusão e o funcionamento do projeto, ele revelou que houve um atraso significativo na entrega e relatou que: “na verdade era para ter entregue há algum tempo, mas a gente tá com uma dificuldade agora na questão dos rótulos, essas coisas, mas já estamos encaminhando junto com a prefeitura e o povoado para fazer e desenvolver esse trabalho lá.” E acrescentou:

A gente pega a história do Mulungu I de 1998 ou 1999 que não tinha a casa de farinha comunitária e hoje a gente vê a diferença da produção, a energia na comunidade, é evolução. Eu acho que a maior conquista da comunidade foi o trator, a casa de farinha e a energia porque eles poderão fazer outras unidades produtivas. A casa de farinha comunitária, onde terão seu produto valorizado e o uso do trator aumentou a produtividade do local (Entrevista realizada com secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na cidade de Poções-BA, no dia 27/01/2023).

Diante desse panorama e do trabalho de campo, vale considerar que a agroindústria familiar possui relevância ao se tornar responsável não apenas pela diversificação produtiva e ampliação da renda nos núcleos familiares, mas também por permitir que os produtos passem a atender os mercados locais e regionais - tornando-se assim, uma potente ferramenta de representação social encarregada de contribuir para a manutenção das famílias, bem como conservar as tradições que valorizam a cultura e o saber rural.

Assim como a produção de mandioca se destacou como fonte de renda do povoado, outros alimentos advindos da agricultura também estão intrinsecamente vinculados a sua história e avanço socioeconômico.

Os alimentos exibidos na figura 13 (feijão andu, coentro, milho, batata doce, umbu, acerola, jaca, batata doce, melancia, abacate e outros) estão presentes na alimentação da população do povoado.

Figura 13-Alimentos produzidos e destinados ao consumo, Povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

Segundo a entrevistada 2, hortaliças (cebolinha, alface e coentro) (figura 14), são cultivadas nos quintais dos moradores e vendidas na própria região. As demais plantações são destinadas somente para consumo, fator que tem total relação com as fases de longas secas. Ela informou que:

Nós produzimos esses alimentos em menor quantidade, porque, como eu te disse antes, a gente só tem muita água quando chove, então não temos essa quantidade de água disponível para o ano todo, aí nos apegamos as cisternas para produção desses alimentos só para nosso consumo (Entrevista realizada com moradora do Povoado Mulungu I, na cidade de Poções-BA, no dia 25/01/2023).

De acordo com a entrevistada 2, as famílias conseguem economizar dinheiro que seria gasto na compra desses alimentos. Além disso, o excedente que é vendido, gera uma renda extra. Essas práticas desenvolvidas nos quintais são importantes para a vida socioeconômica dos moradores e também são fundamentais para o fortalecimento das relações das mulheres com a atividade agrícola.

Figura 14-Cultivo de hortaliças destinadas a comercialização e consumo, Povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

As cisternas foram instaladas na região há cerca de 10 anos e servem para o manejo dos plantios e consumo de água.

O Programa Nacional de Apoio a Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa de Cisternas) é uma política pública apoiada pelo governo federal desde o ano de 2003, regulamentado pela lei nº 12.873/2013 e pelo decreto nº 9.606/2018. Tem por objetivo promover o acesso a água para consumo e produção alimentar, contempla o público rural de baixa renda atingido pela seca ou falta regular de água, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS, 2019).

Dispõe de um conjunto extenso de tecnologias sociais, adaptadas a diferentes realidades e populações. O semiárido brasileiro é a região mais atendida pelo programa e a principal tecnologia são as cisternas de placas (figura 15), reservatórios que armazenam água da chuva para utilização nos meses de período mais crítico de estiagem na região (MDS, 2019).

Figura 15-Cisternas de placa, reservatório de água usados para manejo agrícola e consumo, Povoado Mulungu I, Poções-BA



Fonte: Andrade (2024).

Lucena (2015) afirma que devido à constante carência por água no Semiárido, as cisternas de placas são consideradas, em termos numéricos, uma das principais políticas de convivência com o semiárido, pois representam maior facilidade no acesso à água. Apresentam grande eficiência na captação de água da chuva, o que justifica sua importância para as regiões suscetíveis à estiagem. São fundamentais para o povoado. Algumas moradoras inferiram que a instalação de cisternas tem contribuído significativamente para a continuidade da agricultura familiar do povoado.

Em depoimento, a segunda secretária comentou que sente falta de mais investimentos voltados para agricultura familiar do Povoado, mas sabe que isso é um problema estrutural, e disse que, “não é uma questão só daqui, acontece em todo canto, né”.

Capellesso (2018) afirma que, ainda hoje, há um baixo acesso aos programas sociais, e apesar de ser o principal catalisador de transformações no rural brasileiro, está longe de suprir todas as demandas, necessitando de estímulos mais atrativos e menos centralizados, em prol de um desenvolvimento mais equitativo.

Sem dúvida, as políticas públicas destinadas à agricultura familiar é um dos mecanismos que mais criam e ampliam possibilidades de aumento de renda e permanência no campo. A

partir dos apontamentos expostos nesse estudo, considera-se que o povoado do Mulungu I partilha de melhorias e possui muitos aspectos positivos. Contudo, ainda é carente de implementos que promovam inovação e produtividade, capazes de mudar as condições de vida da população residente.

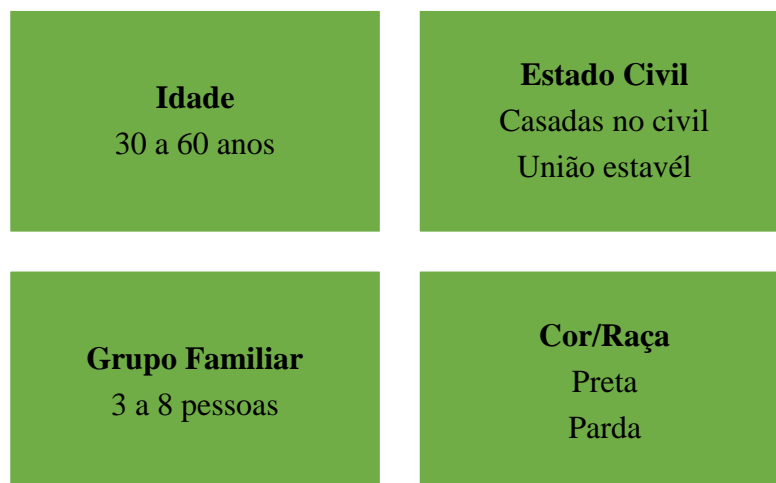
5 RETRATOS DA RESISTÊNCIA: MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR, ASSENTAMENTO UNIÃO E POVOADO MULUNGU I, POÇÕES-BA

A seção V apresenta a leitura e a análise das vivências das mulheres no assentamento União e povoado Mulungu I, aborda o perfil das mulheres das áreas estudadas e evidencia a liderança e a organização das dinâmicas nos núcleos familiares. Além disso, revela o protagonismo das mulheres inseridas na atividade agrícola e como essa ação tem influenciado para seu reconhecimento social e sua inserção em espaços públicos e privados. Mostra como elas se organizam e atuam nas principais associações locais, bem como o envolvimento em ações e programas sociais. Apresenta dados, depoimentos e imagens que retratam seu protagonismo como mulher, agricultora e trabalhadora, tal como os desafios enfrentados no cotidiano.

5.1 Mulheres na agricultura familiar: assentamento União

A agricultura familiar sempre liderou o processo de crescimento do assentamento e em todo tempo a participação da mulher foi indispensável nas esferas socioeconômicas e políticas do local. Isso serviu de impulso na busca por autonomia e visibilidade social, pois desde muito cedo elas trabalham com a atividade agrícola, a porta de entrada para vários segmentos, lugar onde elas construíram sólidos pilares sociais e hoje seguem fomentando mudanças individuais e no núcleo familiar. Na figura 16, verifica-se que a média de idade da população feminina varia entre trinta e sessenta anos. Quanto a cor/raça, 90% se considera preta ou parda. Em relação ao estado civil, revelou-se que 50% são civilmente casadas, 50% vivem em união estável e o grupo familiar é composto por três a oito pessoas.

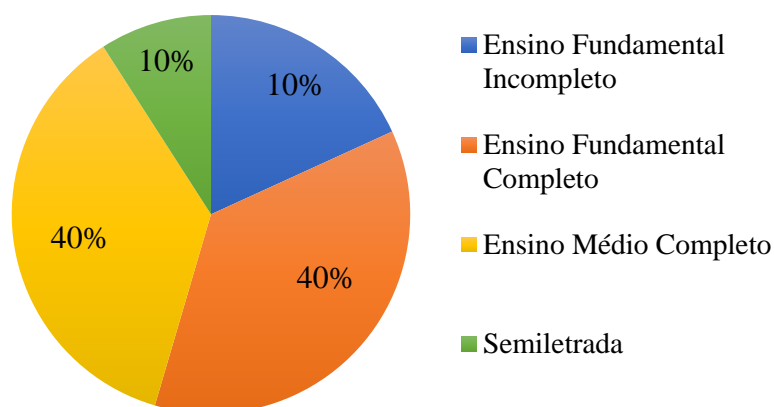
Figura 16-Perfil das entrevistadas, assentamento União, Poções-Ba, 2024



Fonte: Andrade (2024).

Quanto o grau de escolaridade pode ser considerado um dos mais representativos do município de Poções, o que pode ser observado na figura 17. Com base nos questionários aplicados não foi identificada taxa de analfabetismo e de acordo com as respostas das entrevistadas, no momento não frequentam nenhuma instituição de ensino.

Figura 17- Grau de escolaridade das mulheres do Assentamento União, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

Apesar de não possuírem Ensino Superior ou Técnico, os números são resultantes do afincamento e resistência das assentadas, em especial das representantes que acreditaram nas estratégias e experiências que poderiam construir no cotidiano. São reflexos de mulheres que, por meio da educação, buscaram oportunidades e acesso aos seus direitos sociais e políticos. Histórias e vivências que se aproximam por meio de projetos, sonhos, conhecimento, desafios e sobretudo, por lutas. Em depoimento, a presidente e duas entrevistadas comentaram que não tiveram oportunidade de cursar o ensino superior, entretanto buscaram meios para que seus filhos tivessem essa chance.

Uma entrevistada informou que:

Sempre colocaram os filhos para estudar, hoje no assentamento nós temos enfermeira, bióloga, pedagoga, agente de saúde, polícia militar, o assentamento hoje tem tudo, quase todos os segmentos profissionais nós temos e vivemos bem (Entrevista realizada com moradora do Assentamento União, na cidade de Poções-BA, no dia 26/01/2024).

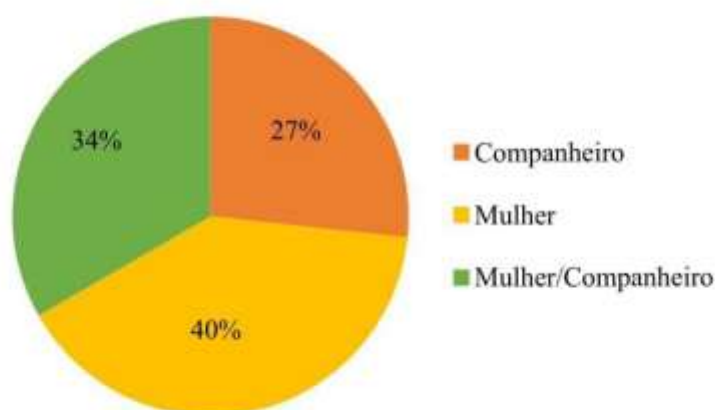
Do plantio à comercialização, as mulheres assentadas fizeram/fazem a diferença. Nas plantações, exercem não apenas as atividades consideradas leves, mas atuam também, em funções que exigem força e que, de acordo com o contexto histórico, era/são destinadas aos

homens. Paulilo (2004) aponta que a classificação do trabalho enquanto ajuda está relacionada ao tipo de atividade exercida no contexto rural considerado “leve/ajuda”, quando realizado por mulheres e “pesado/árido”, quando feito por homens.

O autor complementa que no meio rural essa estrutura está ligada a representação do valor social do trabalho do ser mulher ou do ser homem, ou seja, quem executa a tarefa. “Se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico” (Paulilo, 2004, p. 17).

Embora essa seja uma questão ainda muito recorrente no meio rural, há muito tempo as mulheres do assentamento vêm desconstruindo essa ideia com suas ações. A figura 18 pode ser considerada um exemplo disso. Quando questionadas sobre quem coordenava as atividades agrícolas e financeiras, 34% responderam que são administradas por elas e companheiros e 27% são chefiadas por eles. Para Herrera (2017) configurar o trabalho da mulher como “ajuda” corrobora com a desigualdade de gênero no campo, pois sua invisibilidade acontece mesmo quando cada agricultora executa as mesmas tarefas que eles e não são reconhecidas.

Figura 18-Chefe das atividades do núcleo familiar, assentamento União, Poções-Ba, 2024



Fonte: Andrade (2024).

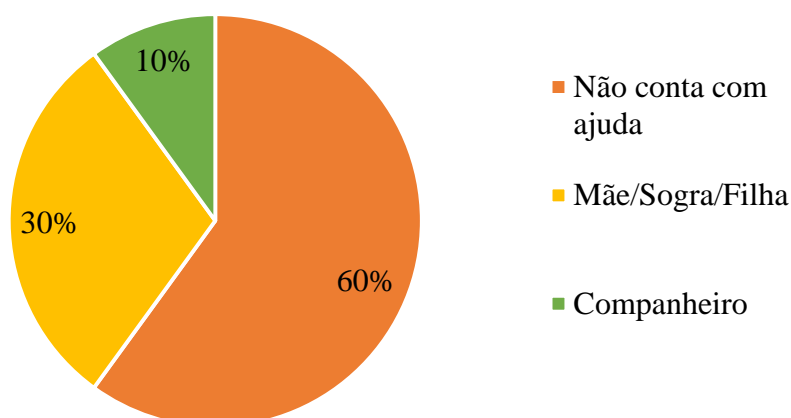
Em depoimento, algumas das mulheres inclusas no percentual de 40% contam que existe uma parceria entre elas e seus maridos, isso faz com que eles não enxerguem o trabalho delas dentro da agricultura como mera ajuda. Uma das entrevistadas inserida na porcentagem de 27% declarou que o parceiro assume todas as demandas. Em depoimento, citou que: “Ele sabe como

resolver as coisas da roça melhor que eu, venda, dinheiro essas coisas. Eu ajudo quando precisa”.

Ao serem indagadas sobre ajuda com afazeres domésticos, 60% disseram que não contam com nenhum auxílio, conforme se observa na figura 19. Nota-se a dupla jornada do trabalho feminino, isso demonstra que no trabalho considerado não produtivo, a assistência sempre é fornecida por outra mulher.

Essas características fazem parte de fatores históricos, interiorizados, onde as responsabilidades domésticas foram fortemente atribuídas à figura feminina. Desconstruir esse cenário é tarefa árdua, pois embora a mulher tenha consciência de que o “cuidar da família” pode e deve ser dividido entre os componentes do núcleo familiar, ela se cobra e é cobrada,

Figura 19-Componentes do mesmo núcleo familiar que ajuda a mulher com as atividades domésticas, Assentamento União, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

Nesse contexto, a necessidade de investigar o uso do tempo, está no entendimento das relações de cuidado de poder, fundamentais ao desenho dos caminhos que ainda precisam ser percorridos no âmbito da equidade de gênero. As informações sobre as horas trabalhadas permitem avaliar não só a diferença do trabalho feminino e masculino no campo, mas exhibe a falta de corresponsabilidade em tarefas domésticas familiares. Coutinho (2020) salienta que:

Há uma característica peculiar sobre o trabalho feminino no espaço rural. [...] as propriedades ou assentamentos rurais concentram, no mesmo local, o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Para as mulheres rurais, os dois tipos de trabalho são indissociáveis (Coutinho, 2020, p. 130).

Como citado anteriormente, as mulheres atuam no trabalho agrícola desde a adolescência até a idade adulta. A questão principal está na sobrecarga de atividades que

exercem, uma vez que assumem a dupla jornada, ou seja, o trabalho rural sendo desenvolvido concomitantemente, com as funções domésticas e os cuidados da família.

De acordo com os dados coletados em pesquisa de campo, observou-se que 95% das entrevistadas se dedicavam de 5 a 8 horas diárias às atividades agrícolas e de 9 a 10 às tarefas domésticas. Em depoimento, muitas manifestam que o tempo empregado na “lida da roça” é prazeroso e fazem com que elas se sintam úteis e vivas. Uma das entrevistadas inferiu que: “Fico agoniada quando não vou para lida, lá eu não vejo o tempo passar, gosto da minha roça, me sinto bem lá”. Outras 80% asseguraram que o “dia flui, a hora passa”, quando estão inteiradas nas atividades agrícolas e exercem essa função porque gostam, mas também para atender as necessidades do núcleo familiar. Segundo Mendonça (2021), reconhecer esse trabalho como indispensável faz parte do processo de valorização histórica da atuação feminina no campo.

Uma das falas foi expressa com ainda mais intensidade. A entrevistada informou: “falei que meu marido me ajuda só para não gerar confusão, mas eu que faço tudo dentro de casa”. É uma fala curta, porém repleta de preocupações e questionamentos que seguem enraizados no espaço rural, mesmo diante de tantos avanços.

O número de pessoas que trabalhavam na propriedade variava de três a cinco (figura 20), sendo de um a três mulheres componentes da mesma família. O tamanho de cada propriedade variava de 10 a 15 hectares, 95% das mulheres certificaram que têm a propriedade como bem inegociável e ferramenta de trabalho e que se dedicavam às atividades agrícolas por necessidade financeira ou para complementar a renda individual.

Parte delas relatou que antes viam a prática agrícola apenas como fonte de complemento familiar, porém com o passar do tempo percebeu a importância e a necessidade de custear os gastos individuais, ou seja, saiu da dependência dos companheiros e adquiriu autonomia e independência financeira. A moradora A relatou que:

Através da agricultura eu consigo adquirir independência, ter meu dinheiro. É gratificante saber que esse ganho vem do meu trabalho na lavoura. Amo a época da colheita, principalmente quando chove, porque a gente já colhe pensando em plantar de novo, amanhã mesmo é dia da (sic) panha do café, estou animada, vou bem cedo para roça (Entrevista realizada com moradora do Assentamento União, na cidade de Poções-BA, no dia 26/01/2024).

Figura 20-Agricultoras do Assentamento União, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

O manejo da colheita é feito 100% de forma manual. Até o momento, o único equipamento usado nas lavouras é o trator utilizado com frequência para arar³⁴ o solo. A agricultura familiar resiste e fomenta significativamente a economia municipal e local. A figura 21 apresenta os principais alimentos cultivados no assentamento, dos quais 87,7% das plantações agregam a produção de hortaliças, frutas, verduras e tubérculos. Em vários depoimentos, as mulheres alegaram que a produtividade semanal depende das condições climáticas ligadas ao período de estiagem, que quando muito prolongado dificulta em demasia a produção. Quando isso acontece, eles não fazem a comercialização dos produtos, mantendo-os apenas para o consumo do grupo familiar.

³⁴ Termo utilizado na agricultura para descrever o processo de preparação do solo para o plantio. Consiste em revolver a camada superficial da terra, geralmente utilizando um arado acoplado ao trator, com o objetivo de eliminar ervas daninhas e facilitar a absorção de água e nutrientes pelas plantas (Geo Agri, 2024).

Figura 21-Alimentos cultivados do Assentamento União, Poções-BA, 2024

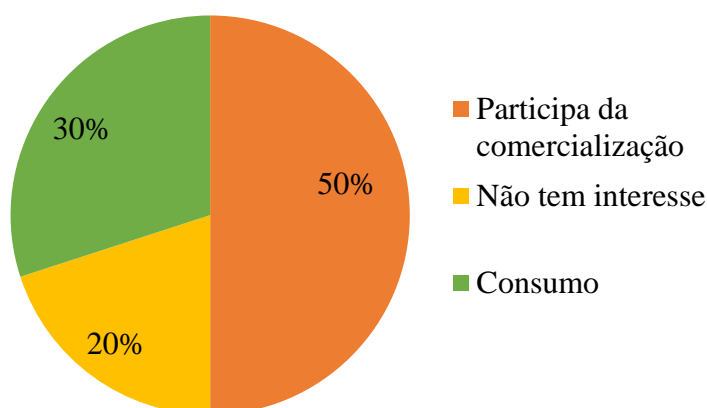


Fonte: Andrade (2024).

Mesmo frente aos desafios característicos do semiárido nordestino, a população assentada está sempre em busca de estratégias que garantam a permanência da agricultura familiar local. Assim, metade do que se planta atende a comercialização e consumo. Com clima favorável, chegam à colher entre 3 a 5 caixas de alimentos semanalmente e embora elas não considerem uma quantidade significativa, atestam fazer parte das muitas localidades rurais que elevam a economia local e municipal.

Conforme apresentado na figura 22, observa-se que 50% das mulheres entrevistadas participavam da comercialização das mercadorias. Cerca de 80% dos itens produzidos eram vendidos na feira livre da cidade de Poções. No que diz respeito à comercialização, elas relataram que: “quando a colheita é boa, ficamos ansiosas para chegar sexta-feira. É o dia que juntamos tudo e levamos para feira; hoje isso acontece com menos frequência, mas é muito bom ver o fruto do nosso suor”. Ao compreenderem a importância de participarem dessa etapa das atividades, elas valorizam e promovem autonomia, além de provocar mudanças no seu papel socioeconômico.

Figura 22-Número de mulheres que participam do processo de comercialização de produtos da agricultura familiar, Assentamento União, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

Conforme dados coletados em trabalho de campo, foi possível notar que 90% das moradoras não conseguiam se manter apenas com a atividade agrícola, assim, 38,5% contavam com ajuda de aposentadoria, 20% eram beneficiadas com o PFB, outras trabalham como agentes de saúde ou no comércio de Poções. Algumas aproveitavam as festas de aniversário comemoradas no assentamento e complementavam a renda produzindo bolo e salgado. E tinha quem faturasse, trabalhando como manicure, cabeleireira, ou até mesmo com a venda de roupas, embora isso não acontecesse com muita frequência.

A renda familiar também era complementada com o apoio de programas e benefícios sociais. O quadro 5 exibe as políticas publicadas acessadas durante o processo de desenvolvimento da localidade. Segundo a presidente, algumas possuem apenas três ou quatro pessoas inscritas, sendo o PFB, responsável por integrar o maior número de mulheres.

Quadro 5-Programas sociais alcançados pelas famílias do Assentamento União, Poções-BA, 2024

Programas Sociais	Nº Beneficiados
Programa Bolsa Família (PFB)	15
Aposentadoria	30
PAA	4
PRONAF	15
Luz Para Todos	40
Programa de Cisternas	40
Água Para Todos	40

Fonte: Dados fornecidos pela presidente em entrevista realizada no assentamento União, na cidade de Poções-BA, no dia 26/05/2024). Organizado pela pesquisadora.

O estudo apontou que 93,3% do público feminino estava ativamente envolvido nas atividades da associação e contavam, com a representatividade de três mulheres à frente dos cargos essenciais do órgão, fortalecendo ainda mais o compromisso com o associativismo. A presidente, a vice e a secretária cumpriam com assiduidade as agendas de reuniões, assembleias, dentre outras tarefas de cunho político e social. Para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR³⁵ (2011) compartilhar objetivos, buscar soluções próprias, trazer para si a responsabilidade e vivenciar os resultados alcançados fortalecem a autoestima, a autoconfiança das mulheres rurais.

As transformações sociais e políticas advindas a partir do associativismo feminino melhoraram consideravelmente as condições de vida, trabalho, estudo, lazer, cultura, do assentamento como um todo. Ao fortalecer o caminhar político, a mulher não só nutre sua identidade e pertencimento, como fortalece o debate sobre reconhecimento social.

A figura 23 traduz as respostas das muitas experiências adquiridas cotidianamente. Quando questionadas sobre o entendimento em relação ao reconhecimento social, elas expressaram em uma palavra ou frase o espaço que alcançaram e regam de forma tão genuína, mas também frisaram a falta de visibilidade.

Em resposta, uma delas proferiu: “nós merecemos ser reconhecidas, a gente sente falta desses programas do governo para nós, mulheres do campo”.

³⁵ É uma entidade privada, sem fins lucrativos, vinculada à Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE/DF. Realiza cursos, treinamentos, seminários e diversas atividades de caráter educativo, de acordo com as necessidades e interesses do público rural (SENAR, 2024).

Figura 23-Expressões ditas pelas entrevistadas sobre o entendimento em relação ao reconhecimento social, assentamento União, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

Nessa luta, a mulher torna-se agente histórico fundamental, quer seja pelo enfrentamento, pela ocupação ou relações que constrói e reconstrói com sua presença nos vários ambientes políticos, sociais e culturais.

Melo (2001, p. 75) argumenta que “a mulher entra na vida pública, mas não abandona, mesmo na luta, o espaço privado, pois ela ainda continua sendo a responsável pela vida do lar, o que leva à manutenção e reprodução das relações familiares já estabelecidas”.

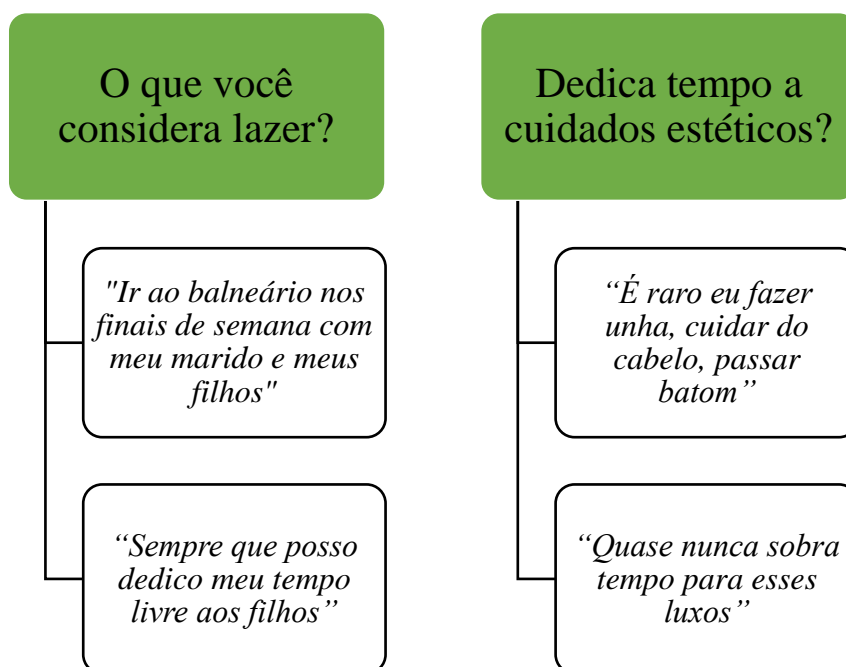
Diante da realidade no campo, muitas mulheres não destinam tempo para seu lazer, cuidados estéticos, saúde, dentre tantas outras atividades que lhes tragam liberdade e descanso. Foucault (2004, p. 65) contextualiza essas práticas como o princípio do cuidado de si “de se ocupar de si, tomar conta de si, ter cuidado consigo, preocupar-se consigo”. Ou seja, “o cuidado de si” diz respeito à ideia e conhecimento que as mulheres têm sobre seu direito de viver e do estilo de vida que assumem.

Ao considerar a importância desse momento de lazer e cuidado, fez-se o seguinte questionamento às entrevistadas: Dedicar tempo ao lazer, estética e saúde? Em resposta, 53,3% delas disseram que sim. Então, foram indagadas sobre o que elas consideravam lazer, e 20% responderam “ir à igreja aos domingos”. Assim, é importante salientar que essas experiências/afirmações estão atreladas ao patriarcalismo estreitamente religioso enraizado na história, ao qual a mulher era sujeitada.

Os dados coletados também apontaram que 33,3% dispunham de tempo para cuidados estéticos e saúde, mas faziam com pouquíssima frequência e outras 13% não atribuíam tempo a esses tipos de cuidados. Quanto às respostas sobre saúde, 40% afirmaram ir ao médico somente quando apresentavam algum problema de saúde.

Os depoimentos apresentados nas figuras 24 e 25 simbolizam a realidade de várias mulheres rurais que, desde sempre, abdicaram do “cuidado de si” para priorizar o cuidar de filhos, companheiro, casa e outras tantas demandas que inviabilizam sua autonomia, independência e o ser mulher.

Figura 24– Respostas das mulheres sobre tempo dedicado ao lazer e cuidados estéticos, Assentamento União, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

Não podemos deixar a nossa associação acabar por falta de pessoas, precisamos dar continuidade, mesmo que tenha alcançado seu objetivo maior, que foi e é o de tornar 50 famílias felizes, ainda existem um leque de objetivos e metas a serem alcançados (Entrevista realizada com presidente do Assentamento União, na cidade de Poções-BA, no dia 16/05/2023).

Em seu depoimento, ela também destacou que os sócios fundadores sempre tiveram resistência para aceitar novos sócios. Contudo, em uma conversa com eles, a entrevistada 1 apontou a necessidade de oportunizar a entrada de novos sócios, mas para que isso acontecesse seria necessário alterar o documento do Estatuto Social da Associação e assim integrar novas pessoas ao espaço. Ela salientou que: “Com a chegada de jovens, mais mulheres, mais pessoas, as coisas com certeza irão fluir, uma vez que a associação se encontra em dia com sua documentação”.

Compreende-se que as ações realizadas dentro do assentamento União sempre prezaram por atender as necessidades de todos envolvidos. Essa trajetória está irrigada principalmente, pela relação com a terra. São laços que foram edificados com propósito de unir forças, resgatar e criar meios que fizessem do ambiente um sinônimo contínuo de resistência e identidade. O reconhecimento do seu trabalho dentro e fora do assentamento, alinhado à necessidade de mudança nas relações de gênero, ao fator de função subalterna, estão dentre os principais desafios a serem alcançados pelas mulheres assentadas.

Mesquita (2019) aduz que a participação da mulher no espaço público, por meio das feiras/comercialização, atuação política nas associações, sindicato, faz com que as assentadas obtenham clareza sobre seus direitos sociais e políticos, encontrem apoio e aprendam a não aceitar as relações desiguais de poder no interior da família.

As ocupações e identidades que essas mulheres carregam foram influenciadas pelos papéis sociais impostos a elas culturalmente, estabelecidos por meio de suas relações com seus territórios. Embora possam se orgulhar por serem boas mães e donas de casa, não são apenas esses os papéis que as definem, mas também, o seu lugar de trabalhadora, agricultora, feirante e protagonista social.

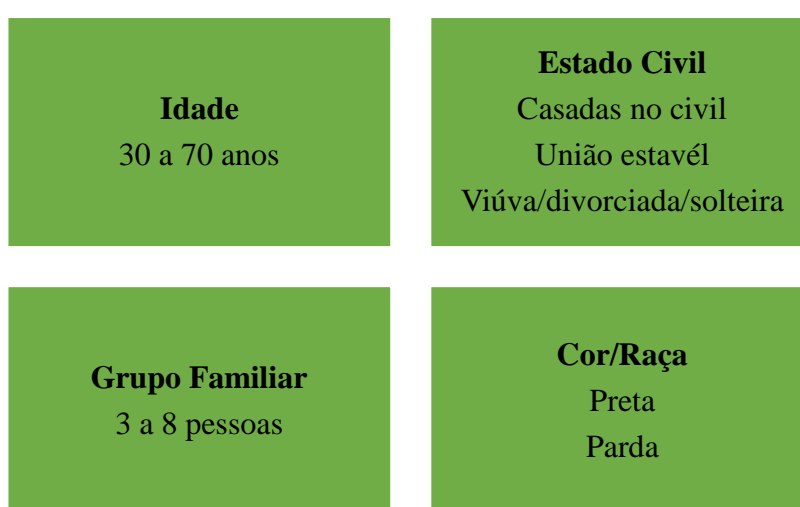
5.2 Mulheres na agricultura familiar: Povoado Mulungu I

Resistente aos períodos de longa seca, a produção da mandioca é uma das mais importantes atividades agrícolas, seu cultivo permeia principalmente as regiões do Norte e Nordeste, responsáveis por cerca de 60% da plantação nacional (EMBRAPA, 2018). O

tubérculo³⁶ é base necessária de renda da população do Mulungu I, indispensável no seu crescimento econômico/social e tem o trabalho da mulher como coluna crucial de desenvolvimento.

A figura 26 indica o perfil das entrevistadas, mostrando que a idade delas variava entre 30 e 70 anos. No tocante à cor/raça, 90% se considerava preta ou parda, 40% eram casadas no civil, 40% viviam em união estável, 20% eram mulheres viúvas, divorciadas e solteiras. Quanto ao conjunto familiar, 60% era composto por 3 a 5 pessoas e 40% agrupava de 1 a 2 integrantes.

Figura 26-Perfil das entrevistadas, povoado do Mulungu I, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

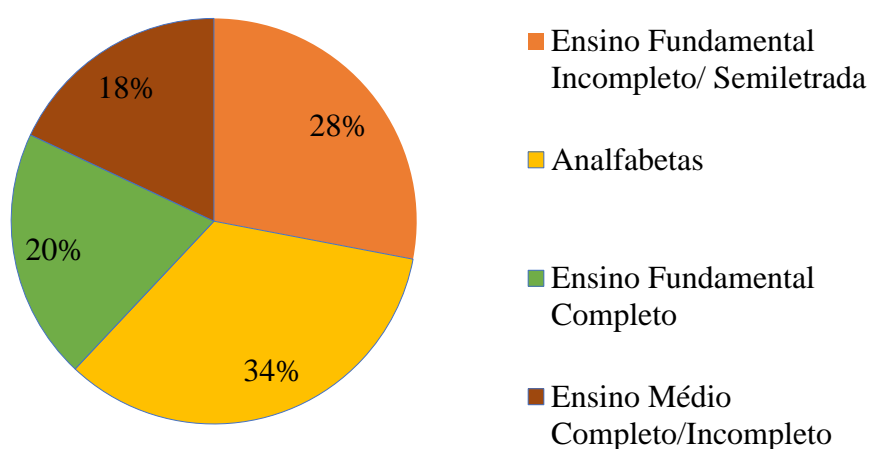
Referente ao grau de escolaridade, os dados coletados em trabalho de campo no povoado apresentaram uma realidade ainda muito presente no meio rural, na qual parte alega que não tiveram a oportunidade de estudar, pois seus pais (figura masculina) não viam os estudos como prioridade e preferiam que elas fossem “ajudar” nas lavouras.

Em entrevista, a moradora B disse que: “desde cedo que meu estudo é a roça, meu pai acordava a gente cedo para lida. Então até hoje com meus 65 anos não tive a oportunidade de ir à escola, e nessa idade, né minha filha...”. E a moradora C declarou: “eu ia para escola duas vezes na semana e nos outros dias eu dedicava aos trabalhos da roça e coisas de casa”.

³⁶ Os tubérculos são caules subterrâneos dos vegetais, que funcionam como reserva de energia em forma de amido/água essa característica faz com que o alimento resista a longos períodos secas. Exemplos: mandioca, batata doce/inglesa, inhame etc. (EMBRAPA, 2018).

Apesar desses relatos, há uma percepção crescente de que o cenário atual pode ser alterado. As moradoras demonstraram um entendimento de que idade, responsabilidades domésticas e outras limitações não precisam ser barreiras para iniciar ou retomar os estudos. A moradora D infere “queria estudar e poder assinar meu nome, mesmo nessa idade (60 anos), ficaria feliz”. Além desse depoimento, os dados representados na figura 27 indicam, que há por parte das entrevistadas, motivação para a diminuição do analfabetismo.

Figura 27- Grau de escolaridade das mulheres Povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

Segundo depoimentos das entrevistadas notou-se que as moradoras tem total ciência de que a educação promove a inclusão social, cidadania e faz com que elas participem mais ativamente das decisões do povoado, além de ser importante para crescimento individual. A entrevistada 2 mencionou que a implementação de programas educacionais com horários adaptados à realidade do povoado contribuiria para diminuição da taxa de analfabetismo.

Araújo (2020) aponta que pensar uma educação no campo significa olhá-lo em toda sua profundidade. Trabalhar questões relacionadas à educação com mulheres em espaços rurais leva a observar sensivelmente os traços do tempo, de suas histórias, de suas narrativas, de suas experiências, das bagagens que trazem, de sua autonomia, dos seus sonhos e de suas perspectivas.

As práticas do cotidiano, depoimentos e desejo de fazer/ser diferente são características que aproximam as muitas narrativas de mulheres, que mesmo sem concluir um nível superior ou outro grau de escolaridade, sem romantizar suas dores e lutas, não deixaram de serem vistas e nem tiveram seu trabalho de agricultura rural desvalorizado.

Assim como outros vários quadros que compõem as histórias de vivências e práticas nas localidades rurais de Poções-BA, a agricultura familiar do Mulungu I também faz parte das atividades elementares que favoreceram a visibilidade do trabalho desempenhado pela mulher. O local foi contemplado com um projeto agroindustrial/cozinha comunitária, que proporcionará às mulheres maior autonomia. O espaço não funcionará apenas como instrumento de trabalho e fonte de renda, mas trata-se de um ganho cultural e social, um meio de reconhecer e somar valores femininos. Em depoimento, o secretário de agricultura deixa evidente a força que elas têm, bem como a necessidade de identificar seu papel, principalmente nas atividades voltadas ao cultivo da mandioca, relatando que:

Em especial o projeto foi pensado para fortalecer e reconhecer o trabalho das mulheres, das mães que vivem no campo, é tanto que a gente construiu nessa unidade uma cozinha comunitária, cozinha essa que é para elevar a produção da mandioca e seus derivados como: o beiju, biscoito, bolos e outros produtos, lá vai ter uma câmara fria que vai ser importante para a conservação do aipim. Vai ter esse produto a vácuo, todo selado, congelado, para comercialização no mercado e esse espaço foi pensado exclusivamente para mulheres. Eu considero esse avanço de fundamental importância, inclusive para economia local e municipal (Entrevista realizada com secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na cidade de Poções-BA, no dia 27/01/2023).

Para a segunda secretária a cozinha comunitária funcionará como fonte de novas ideias, receitas e renda. A entrevistada relatou que:

Quando começar o trabalho, a gente sempre tem aquela ideia de inovar, de melhorar, então será o momento de aprender novas receitas, fazer mais biscoito, um doce ou compota que a gente vai ter a cozinha. Então eu acredito que as mulheres vão se motivar quando começar, acho que com certeza vai motivar sim, vou mesma vou criar alguma coisa, com esse projeto vai ter inovação e as mulheres são inteligentes, as vezes precisa de um incentivo para criar, inovar e ganhar dinheiro (Entrevista realizada com moradora do povoado Mulungu I, na cidade de Poções-BA, no dia 25/01/2023).

Todas as entrevistadas falaram com entusiasmo sobre o novo ambiente e comentaram que servirá como ferramenta de ampliação e fortalecimento do trabalho delas na mandiocultura. A figura 28 é um retrato marcante da presença contínua das mulheres em todas as etapas do processo produtivo. Muitas relataram que participam desse processo desde sua adolescência, auxiliando no plantio, colheita, raspagem, produção de farinha mandioca e seus derivados, além de atuarem em outras tarefas agrícolas e participarem da comercialização de tudo que é produzido.

Figura 28-Mulheres inseridas no processo de mandiocultura, povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

O processamento da mandioca é capaz de gerar oito ou mais subprodutos. A farinha de mandioca, que é o produto mais consumido pelas famílias da localidade e município, a farinha de tapioca; goma; bolos; biscoitos variados (chimango, chipa³⁷); empadas; broas; nhoque e até pudim. Parte do que se produz é destinado ao consumo e venda (figura 29). Alguns desses produtos são feitos e comercializados em uma padaria situada na localidade, que também expande a venda para dois municípios vizinhos, a saber: Planalto e Bom Jesus da Serra.

Após um ano da primeira visita, foi realizado outro trabalho de campo onde questionou-se sobre a cozinha comunitária e em resposta algumas moradoras relataram que esta não estava concluída e que em função do longo atraso, elas usaram a estratégia de rifar um determinado prêmio, e usariam a quantia recebida na compra dos utensílios básicos que faltavam para iniciar as atividades. Uma delas disse: “temos que iniciar as atividades, afinal são 15 (quinze) mulheres cadastradas nesse projeto, não pode ficar parado tanto tempo”.

³⁷ Iguaria feita a base de polvilho doce ou azedo, também conhecido como pão de queijo.

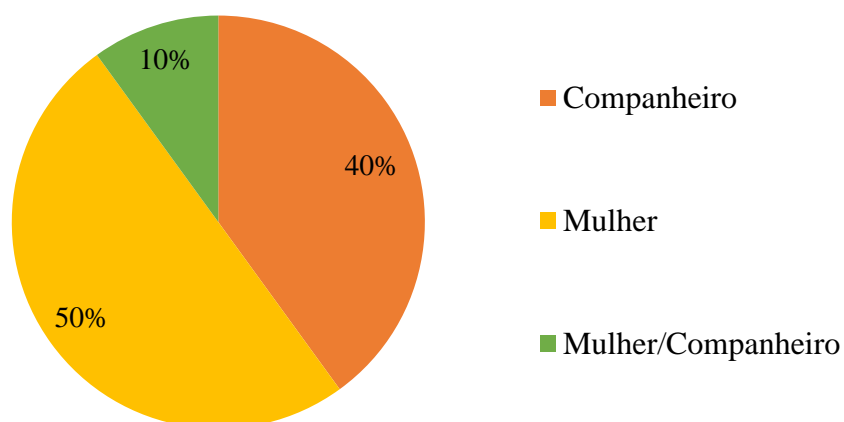
Figura 29-Produtos derivados da mandioca fabricados no povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

A pesquisa revelou que o trabalho desenvolvido pelas mulheres refletiu/reflete de maneira importante no núcleo familiar, aspecto que pode ser observado na figura 30, o qual aponta a quantidade de mulheres que lideravam as demandas do núcleo familiar.

Figura 30-Chefe das atividades do núcleo familiar, povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

As mulheres inseridas na porcentagem de 50% contaram com uma característica singular, que diz respeito à maneira como elas se veem dentro da dinâmica da agricultura familiar. De acordo com algumas falas, foi possível notar que muitas não consideravam seu trabalho uma simples “ajuda” e declararam: “sem nossa força e dedicação a gente não teria conquistado esse espaço”. A figura 31 mostra que o trabalho da mulher como agricultora não se configurava uma ajuda, “quebra galho” e enriquece um debate rural que por anos foi silenciado.

Figura 31-Resposta das mulheres sobre o auxílio com as atividades domésticas, Povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

As respostas das entrevistadas do Mulungu I sobre o apoio com as atividades domésticas assemelhavam-se à realidade do assentamento União. Por meio dos dados observou-se que o verbo “cuidar” ainda é muito vinculado à figura feminina, e isso foi evidenciado por meio de algumas falas das próprias mulheres. Em depoimento, uma delas externou: “tento ser uma mãe e esposa presente, né?! Ensinar meu filho com a tarefa, cuidar da casa, deixar almoço pronto e durante a semana ainda acompanhar meu marido na lida”.

Segundo dados do IBGE (2022), as mulheres ocupam em média 21h semanais com as atividades domésticas, consideradas por muitas delas, como uma espécie de obrigação. No campo, essa narrativa consegue ser ainda mais intensa. Com base nas informações coletadas,

identificou-se que, para as demandas domésticas, 80% delas destinavam de 9 a 16 horas (cuidar da casa, filhos) e 20% delas não souberam responder. Uma delas citou: “eu nem vejo o tempo passar, as tarefas de casa não acabam nunca, né. Pensa num trabalho ingrato”. Referente às atividades agrícolas, 75% responderam que investem de 5 a 8 horas diárias nas lavouras, 20% dedicavam 9 a 16 horas diárias e 5% não souberam responder.

Ao serem questionadas sobre a diferença na execução das tarefas, algumas declararam que se sentem cansadas com os afazeres domésticos e o consideravam uma função maçante e cansativa. Entretanto, os discursos sobre a atuação na lavoura não diferiam dos relatados pelas mulheres do assentamento. Em resposta, 45% das entrevistadas revelaram atuar na agricultura por gostar e se alegrar com o fruto do seu trabalho. Uma delas se emocionou ao comentar:

Não me sinto confortável de depender do meu esposo para comprar nada que seja para mim. Trabalho na lida porque gosto é de onde tiro meu dinheiro para comprar minhas roupas, fazer unha, arrumar meu cabelo. É muito gratificante ter meu dinheiro, gosto de ter minha reserva (Entrevista realizada com moradora do povoado Mulungu I, na cidade de Poções-BA, no dia 25/01/2024).

Outra entrevistada comentou: “me sinto muito bem, meu pedaço de chão representa tanta coisa nessa minha caminhada”. Diante dessas e outras falas, ficou claro que apesar do longo tempo dedicado às atividades da agricultura familiar, elas veem essas horas como sinônimo de representatividade social e conseguem repassar tal sentimento de maneira genuína. Para Sen (2000), o “ser social” diz respeito as estratégias que o sujeito usa para sair da dependência, agir com liberdade e conquistar autonomia. As mulheres envolvidas na agricultura não se apegaram a idade como desculpa e revelaram o quanto é prazeroso acordar cedo para regar hortas, colher frutas, hortaliças, mesmo que fosse só para consumo.

Notou-se que elas vivenciavam as práticas agrícolas com sentimento de soberania e isso se estende nas relações de parentesco. O número de pessoas que trabalhavam na propriedade variava de três a cinco, dessas de uma a três eram mulheres componentes da mesma família. O tamanho de cada propriedade variava de 4 a 8 hectares, 95% das mulheres certificaram que têm a propriedade como bem inegociável e ferramenta de trabalho e que se dedicavam às atividades agrícolas por necessidade financeira ou para complementar a renda individual e familiar.

No tocante à quantidade de alimentos colhidos semanalmente, o povoado também encontrava dificuldades no período de seca, mesmo fazendo o uso das cisternas. Como exposto anteriormente, a produção maior girava em torno da mandioca e, os demais cultivos, quando produzidos em excedente, eram comprados por atravessadores, o que dificultava a participação

das mulheres nesse processo de comercialização, por isso elas estavam mais envolvidas nas atividades da mandiocultura.

Quando questionadas sobre sua participação na fase das vendas, uma das entrevistadas comentou: “tudo que produzimos é vendido em Poções, tem os atravessadores. Na verdade, a gente vende mais para atravessadores. Não temos uma barraquinha na feira, a gente produz e já faz a entrega”. Algumas delas alegaram que em períodos chuvosos, quando a safra era favorável, 60% do que se produzia destinava-se ao consumo e venda. O manejo da colheita era feito 100% de forma manual e, até o momento da pesquisa, o único equipamento usado nas lavouras era o trator.

Os dados coletados apontaram os entraves para a obtenção da renda familiar. 95% das residentes disseram não conseguir se manter apenas com as atividades agrícolas e contavam com uma média salarial de um salário-mínimo. Deste modo, 50% eram beneficiárias do PFB, 40% contavam com a aposentadoria e 10% possuíam outro benefício (não relatado).

A figura 32 demonstra a criatividade e uma das estratégias das mulheres do povoado para a complementação de renda. Em relato, uma das entrevistadas comentou: “aproveito as festas de aniversário e outras festividades comemoradas no povoado para fazer bolos. Apesar de não ser frequente, ajuda muito, é um dinheiro a mais.

Figura 32-Bolos decorativos feitos por moradora do povoado Mulungu I, Poções-BA para complementar renda



Fonte: Andrade (2024).

A pesquisa indicou que 73% das mulheres têm um compromisso ativo com as demandas na associação e 20% nunca participaram ou não têm interesse. A estatística de 73% revelou não apenas a presença marcante das mulheres no associativismo, mas também refletiu a visibilidade que elas buscavam adquirir por meio de suas ideias, liderança e ações. Em depoimento, uma delas declarou: “eu tenho consciência do nosso trabalho dentro da associação e por isso sinto falta de um olhar mais cuidadoso para nós mulheres agricultoras”. Com base nessa e em outras falas, foi possível perceber que a expressão “olhar cuidadoso”, corresponde à falta de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida da figura feminina. Foi feito, então, o seguinte questionamento: “o que você entende sobre reconhecimento social?”. A figura 33 exibe de forma resumida algumas das respostas.

Figura 33-Expressões ditas pelas entrevistadas sobre o que elas entendem sobre reconhecimento social, povoado Mulungu I, Poções-BA, 2024

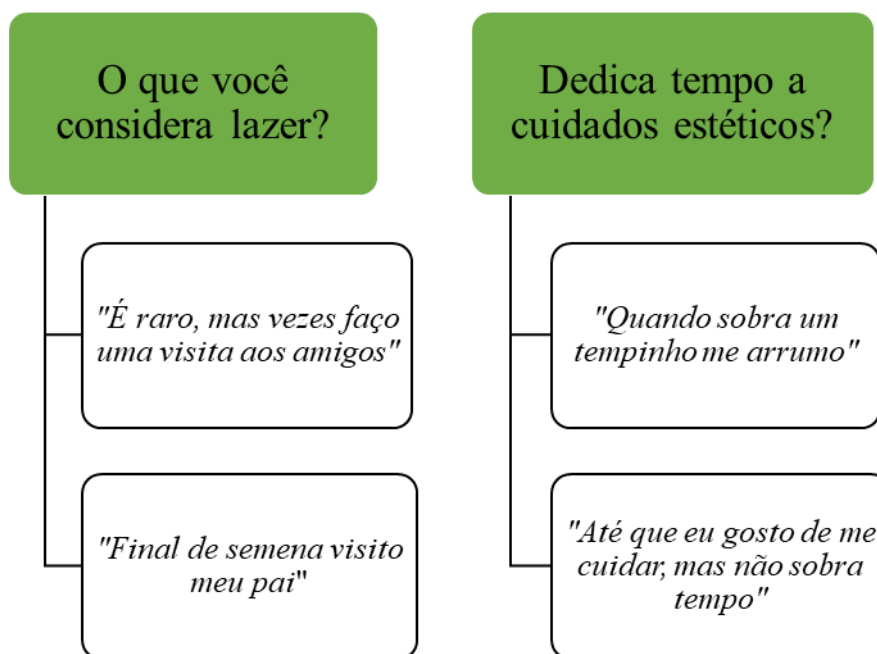


Fonte: Andrade (2024).

À medida que a mulher desempenha um papel fundamental na produção agrícola e no “cuidado” com a família, suas próprias necessidades de lazer e cuidados com a estética são,

muitas vezes, negligenciadas. Ao serem questionadas sobre o momento destinado à saúde, ao lazer e à estética, 65% declararam que “separa esse tempo”. E assim como no assentamento, parte das mulheres do povoado, inclusas no percentual de 65%, considerava “ir à igreja aos domingos” como lazer. Os dados também revelaram que 35% reservavam algum horário para cuidados estéticos e saúde, porém não era frequente e 28% responderam que “não têm esse tempo”. As narrativas apresentadas na figura 34 retrataram experiências de mulheres, que muitas vezes, renunciam ao bem-estar, à estética e ao lazer e se atentam apenas, às preocupações familiares.

Figura 34- Depoimentos das mulheres sobre tempo dedicado ao lazer e cuidado estéticos, povoado, Mulungu I, Poções-BA, 2024



Fonte: Andrade (2024).

De acordo com a pesquisa e as informações apresentadas, é relevante considerar que nos diversos sistemas agrícolas/espços rurais, as mulheres se encontram em situações díspares, nas quais, as convenções sociais tradicionais tendem a hierarquizar seu trabalho de agricultora familiar, mas na literatura mundial, elas são conhecidas e reconhecidas pelos seus vários ganhos socioculturais, políticos e econômicos. As conquistas das mulheres do Assentamento União e Mulungu I se encaixam em um cenário nacional de mudanças que só aconteceram aos poucos nos núcleos familiares, comunidades, municípios e estados.

No campo, embora mais tardiamente, estas manifestações também chegaram e tornaram-se responsáveis pela revelação de inúmeras potencialidades femininas, quando mulheres fortes passaram a chefiar famílias, igualizar direitos, e dar voz a discursos silenciados.

A história dessas agentes sociais mostra que sem a persistência e organização, as políticas públicas e o espaço alcançados continuariam inexistentes.

5.2.1 Paralelos e disparidades do Assentamento União e Povoado Mulungu I

Em sua complexidade, as duas localidades são moldadas por contextos diferentes, sejam históricos, políticos, econômicos e culturais. Cotidianamente essas diferenças se manifestam de diversas formas e realidades, desde a organização política até os meios de subsistência e interações sociais. Com base nos trabalhos de campo, dados secundários e desenvolvimento da pesquisa, foi possível analisar que assim como a história de outros assentamentos, a do assentamento União também foi/é resultado de reformas e políticas assertivas. O povoado Mulungu I foi organizado sem intervenções políticas diretas, ou seja, segue uma dinâmica influenciada por tradições locais hereditárias. Porém, os dois locais encontraram na agricultura familiar, programas sociais e associativismo o reconhecimento social e o espaço que precisava para viabilizar e fortalecer o trabalho da mulher em seus vários âmbitos.

A participação ativa, as vivências, as práticas e o sentimento de pertencimento à terra que carregam são características semelhantes das duas localidades. O que difere são as experiências compartilhadas tanto individuais, quanto coletivas. Além disso, os alimentos que compõem a base econômica também se diferem significativamente. No assentamento, a produção agrícola é primordial, frequentemente baseada em culturas de ciclo curto, enquanto no povoado o que predomina é cultivo da mandioca. Entretanto, ambas as localidades se apegam a diferentes estratégias para aumentar a renda, principalmente nos períodos de longa estiagem.

A atuação das mulheres nas associações era frequente nas duas regiões, elas desempenhavam papéis relevantes e ocupavam espaços importantes enquanto sócias. Na produção agrícola, do plantio à comercialização, esse envolvimento e protagonismo não se diferiam. Porém, a coletividade feminina no assentamento era mais predominante e se manifestava de forma organizativa. No povoado, embora as mulheres também desempenhassem funções importantes, a estrutura social era tradicionalizada e isso limitava a plena participação delas nas dinâmicas do local.

Assim, as diferenças entre assentamento e povoado refletem não apenas contextos de ocupação política, mas também nuances econômicas, sociais e culturais que moldam esses espaços. Reconhecer e compreender essas diferenças é essencial para desenvolver políticas e estratégias que promovam o desenvolvimento específico para as localidades. Os movimentos

de mulheres rurais sempre terão um papel fundamental, tanto na correção de rumos para políticas e garantia do acesso aos direitos conquistados, quanto no impulsionamento de mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas.

5.3 Avanços e Desafios nas Políticas Públicas para Mulheres Rurais em Poções-BA, Brasil

Política pública é tudo o que dá de ação e desenvolvimento para comunidades. Não só dessas que estamos falando, mas de todo um contexto social, para melhorar a vida das pessoas, a vida das minorias (Fala do secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na cidade de Poções-BA, no dia 27/01/2023).

Diante dos relatos/dados, considera-se que muitas mulheres trabalhavam na agricultura por necessidade financeira, para complementar a renda familiar e em sua maioria, porque queriam dar continuidade à atividade, por amarem a terra e as várias conquistas adquiridas por meio dela. Por esses e outros fatores é que elas ansiavam a implantação de mais políticas públicas nas localidades. Visavam um cenário mais oportuno para inserção e valorização social, alicerçado na agricultura familiar.

Em depoimento, o secretário de Agricultura, Meio ambiente e Desenvolvimento rural declarou saber da singularidade que a figura feminina possui na agricultura familiar e disse estar atento e empenhado para sanar alguns desafios. Ele citou que: “o que puder fazer enquanto estiver ocupando esse cargo, eu farei.” e reiterou sua fala expondo sua concepção sobre o termo agricultura familiar e como a atividade se estabelece no município:

A agricultura familiar é um modo de vida, é uma cultura. Quando a gente se refere à questão da agricultura familiar, a gente tá falando de uma diversidade produtiva, onde as pessoas produzem para sua subsistência e para comercialização, e no caso de nosso município, a maioria dos produtores – aí eu vou botar uma escala bem grande mesmo – 90% aproximadamente são agricultores familiares, apenas 10% a gente coloca como médios produtores que são as pessoas da pecuária, que tem uma área de propriedade maior, mas o resto é tudo da agricultura familiar (Entrevista realizada com secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na cidade de Poções-BA, no dia 27/01/2023).

Segundo o secretário, os últimos registros feitos no município indicaram um crescimento/investimento significativo de políticas públicas. Esse novo fôlego se deveu às alterações históricas, políticas e econômicas vivenciadas e encaradas pelos órgãos governamentais. Para ele, o protagonismo da mulher rural foi um dos fatores que mais

fortaleceu esse processo e reforçou que o maior exemplo disso se encontra no associativismo feminino do campo. E relatou:

A presença da mulher hoje é muito forte na questão do associativismo, é muito forte. Hoje, no município, a maioria das associações é gerida por mulheres. Uma grande maioria é um espaço onde elas se reúnem com frequência. E eu considero isso extremamente importante, não só para o rural, mas para o município como um todo, afinal isso reflete na representatividade social e autonomia da figura feminina (Entrevista realizada com secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, na cidade de Poções-BA, no dia 27/01/2023).

No que se refere à mulher rural, apesar de estarem diante de uma distribuição mais igualitária, ainda desempenham o maior número de tarefas e, conseqüentemente, são consideradas as principais responsáveis pelas tarefas domésticas. Diante das percepções obtidas em campo, verificou-se que mesmo frente a um amplo movimento de mulheres e conquistas em termos de políticas públicas, pouco se destacavam as experiências exitosas que aliavam sua valorização e potencial produtivo.

As iniciativas governamentais do município ainda são muito tímidas e não conseguem articular simultaneamente o acesso ao crédito, à tecnologia, à assistência técnica e à comercialização em projetos voltados para a figura feminina. Quando questionado sobre a contribuição da mulher rural no contexto da sociedade local, tanto social quanto economicamente, o secretário comentou:

A gente tem que pensar sobre como a importância da mulher rural reflete na sociedade [...] para mim, as mulheres do Mulungu I são fortes exemplos de trabalhadoras rurais que ocupam espaços e fazem acontecer. Lá, elas tomam conta da roça, elas têm a roça delas, elas que fazem a raspagem da mandioca, biscoito, beiju, empacota, vendem. Então elas têm vivido esse ponto de fortalecimento. Já no assentamento, a grande maioria das mulheres está inclusa na associação. Eu considero mudanças memoráveis.

Outro fator relevante que fortalece a economia, cultura e agricultura do município são as feiras de agricultura familiar e os encontros de associações organizados pela SMA. Os eventos são divulgados nas redes sociais da SMA. A feira acontece mensalmente, fornece um espaço amplo, estruturado com barracas, onde são comercializados os produtos da agricultura local. A feira está na sua 5ª edição e, em todas elas, contou com apoio do programa Bahia Produtiva. Segundo fala do segundo secretário de agricultura, a ação serve não só de incentivo aos produtores, mas também promove a valorização do trabalho agrícola local e favorece uma alimentação mais saudável/consciente. A figura 35 representa a grandiosidade das trocas de experiências partilhadas durante as edições dos encontros (Feira de Agricultura Familiar).

Figura 35-II, III e IV Feira de Agricultura Familiar, Poçoões-BA, 2023



Fonte: Andrade (2023).

O encontro de associações (figura 36), está na quarta edição. Nele são compartilhados, entre os sócios rurais e outras autoridades presentes, conhecimentos e práticas que consolidaram debates sobre os muitos desafios enfrentados pelas localidades rurais do município. No ensejo, são ministradas palestras e rodas de conversas que apresentaram metas, estratégias, técnicas e possíveis soluções para as dificuldades mencionadas e relatos sobre a importância da auto-organização no associativismo. No geral, cerca de 33 associações se fazem presentes nos encontros - quantidade que representa um número considerável de sócios que desempenham um papel importante para o aumento da produtividade e para a preservação das tradições, da identidade e da cultura rural local e municipal.

Figura 36-III Encontro de Associações, Poções-BA, 2023



Fonte: Andrade (2023).

Ao considerar falas, dados, participações em eventos/seminários e outras informações coletadas no decorrer da pesquisa, observou-se que era necessário o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, que proporcionassem às mulheres, medidas de incentivo e esclarecimento dos seus direitos. Assim, elas passarão a ser ainda mais reconhecidas socialmente, o que também contribuirá para a valorização da agricultura familiar, na qual os limites entre o trabalho feminino produtivo e reprodutivo ainda seguem uma dinâmica vulnerável. Além disso, observou-se também que os desafios enfrentados no meio rural vão além do acesso à terra e suas várias formas de exploração e expropriação, das resistências políticas, dos conflitos e da relação de poder, dizem respeito a um exercício contínuo de buscas que englobem inovação e equidade.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa em tela teve como principal objetivo analisar, perceber e entender o papel social e as dinâmicas da mulher no crescimento da agricultura familiar, no município de Poções-BA. O estudo mostrou dentro do contexto investigado, que as agricultoras desempenham um papel crucial na configuração deste espaço, pois suas ações estavam essencialmente ligadas às evoluções socioeconômicas e culturais, o que na maioria dos casos acontecia com auxílio dos programas de crédito rural.

Para tanto, foi necessário investigar como a mulher desempenhou/desempenha a função de protagonista no campo, posteriormente averiguou-se as implicações e atuação da figura feminina no processo da pequena produção agrícola, principalmente nas relações familiares e de grupos que estimularam ações e políticas específicas para o fortalecimento da mulher, em especial no Povoado Mulungu I e Assentamento União, município de Poções-BA.

Assim, a agricultura familiar nesta pesquisa é reconhecida como uma força motriz para mudanças, inovação e resistência. Atividade essencial, que sustentava a criação/adaptação de projetos rurais capazes de gerar e aumentar renda. Neste sentido, constatou-se que a mulher, trabalhadora e agricultora tem sido uma das principais mentoras das mudanças que aconteceram no espaço rural do município. A representatividade social adquirida por meio da agricultura familiar fortaleceu e engendrou consideráveis ganhos; elas não apenas participaram ativamente das organizações e movimentos associativos, mas também assumiram papéis de liderança, influência política e decisões que repercutiram nas localidades como um todo.

O desenvolvimento da presente pesquisa, em especial no trabalho de campo permitiu conhecer a rotina das mulheres em duas distintas realidades, nas quais destacaram-se alguns aspectos de suas rotinas, bem como as relações familiares, o protagonismo e a participação social. Por meio dessas características foi possível perceber o lugar ocupado e a identidade assumida pelas mulheres, por intermédio de representações sociais.

A investigação comprovou que a desigualdade entre homens e mulheres é algo construído, não nasce com os indivíduos, mas é resultado da organização da vida em sociedade. A diferenciação dos papéis está relacionada à hierarquização social do espaço historicamente ocupado pelo sexo masculino ou feminino na sociedade. A mulher, em virtude do seu papel de mãe, ficou ligada à esfera doméstica, enquanto que o homem foi atribuído uma participação mais efetiva na esfera pública, relacionada, ao poder e a autoridade. O estudo do cotidiano das mulheres revela que as agricultoras além de terem as funções domésticas, são protagonistas das

atividades remuneratórias do campo, sem que isso seja percebido e reconhecido como trabalho produtivo. Assim a dupla ou tripla jornada do trabalho feminino é inviabilizado.

Embora suas histórias tenham memórias patriarcais, elas mostraram que não representavam, nem ocupavam o lugar de ajudante ou de frágil subalterna, mas suas ações permitiam que fossem vistas como o ser que sabe do seu valor e da sua singularidade. Impulsionar a participação e representação das mulheres nos variados segmentos sociais requer um esforço conjunto e coordenado que aborde tanto os desafios estruturais quanto culturais que limitam seu pleno envolvimento na vida pública e privada. Somente por meio de medidas abrangentes e inclusivas pode-se alcançar programas sociais ativos e permanentes.

Vale considerar que o desenvolvimento rural é também impulsionado pelas atividades exercidas pela figura feminina, essas que buscam expandir capacidades, reduzir vulnerabilidades e aumentar a autonomia - ações que promovam melhorias e diversificação das dinâmicas econômicas locais/municipais, além de estabelecer relações de complementaridade entre o campo e a cidade.

O trabalho da mulher é construído diariamente. Ao se organizarem em associações, sindicatos e outros espaços políticos, elas concedem visibilidade a toda luta e resistência que emergiram ao longo de sua trajetória. Ao agirem dentro um processo organizativo, agem coletivamente, bem como coordenam atividades nas várias esferas. Ao longo do tempo, inovaram espaços de luta e reivindicação - onde a representação masculina era predominante. Hoje elas também lideram as demandas do núcleo familiar e como visto, uma grande porcentagem não mais se enquadra aos perfis culturais a elas preestabelecidos.

Diante dos dados encontrados no trabalho de campo, observou-se a falta de políticas específicas para mulheres das localidades. Por meio das falas de algumas mulheres, percebeu-se que elas sabem da notoriedade e do fortalecimento que as políticas possibilitariam, uma vez que uma das principais finalidades dos programas sociais é reforçar/valorizar o trabalho e o protagonismo da mulher na unidade familiar, bem como entender a agricultura familiar não como um bloco homogêneo, mas com suas especificidades internas.

As políticas públicas no Nordeste brasileiro tiveram maior imposição do Estado no século passado, com a criação de órgãos que visavam sanar a problemática da água na região. No entanto, verificou-se que essa incorporação se deu de forma concentrada. Como mencionado ao longo do texto dissertativo, a partir do final da década de 1990, as políticas públicas passaram a ter mais forças com a retomada do cenário democrático e com a Constituição Federal de 1988, o que, desde então, facilitou os ambientes de diálogo na promoção de políticas públicas.

Com as mudanças de governo no Brasil, alteraram-se também as prioridades, ou seja, o fortalecimento da agricultura familiar e as perspectivas de convivência com o semiárido perderam espaço para outras demandas e houve diminuição de recursos. Com a queda dos recursos alocados para este segmento, algumas das organizações da sociedade civil tornam-se frágeis, muitas delas dependentes dos recursos estaduais e federal. Consequentemente, houve impactos negativos no desenvolvimento de novas políticas públicas voltadas para o espaço rural do semiárido.

A ausência de políticas públicas eficazes perpetua desafios ligados à desigualdade, ao acesso limitado a recursos financeiros, à assistência técnica e à educação. Além de dificultar a formalização do trabalho feminino na agricultura familiar - o que pode resultar na sua invisibilidade. Uma das alternativas para enfrentar essas problemáticas é a disponibilidade de programas de capacitação, de crédito rural com condições favoráveis e o acesso à infraestrutura básica. Além disso, é necessária a ampliação da participação das mulheres nos vários espaços (culturais, sociais, políticos) fortalecendo assim, as redes de apoio e cooperação existentes entre agricultoras.

O fortalecimento da agricultura familiar, ao longo dos anos, resultou de um árduo processo histórico de lutas de uma diversidade de atores sociais, mas principalmente dos próprios agricultores e suas representações, a fim de evidenciar a importância deste segmento. A formulação/intensificação de políticas públicas para a atividade agrícola depende de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que deve ser implementado de forma articulada por diversos atores e instrumentos.

Nesse sentido, a participação política é um aprendizado coletivo que se redefine no interior dos próprios movimentos. A participação das mulheres nos movimentos sociais, no associativismo, dentre outros, é de extrema relevância. A partir do envolvimento das mulheres nestas atividades, elas passam a se sentirem fortalecidas e, muitas vezes, estas percebem o alcance da independência financeira.

Entender o pertencimento das mulheres com a terra foi uma das tarefas mais importantes, principalmente, por se tratar do contexto de vivências e práticas nordestinas. Todavia, mesmo diante dos relatos positivos mencionados no decorrer da pesquisa, não é segredo que a busca da mulher por espaços representativos é algo constante e apenas, gradativamente, ela adquiriu considerável equidade de direitos na sociedade. Ao longo do tempo, inovaram espaços de luta e reivindicação, onde a representação masculina era predominante. Atualmente elas também lideram as demandas do núcleo familiar e como visto, uma porcentagem não mais se enquadra a perfis culturais a elas estabelecidos. Elas fazem parte

do conjunto de trabalhadoras, mães, mulheres, assentadas, agricultoras que construíram/constroem um rural regado à resistência.

7 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e uso do solo: São Paulo em perspectiva**, abr./jun., vol. 11, n. 2:73-78, 1997.
- ABRAMOVAY, R. **A agricultura familiar no Brasil: contexto, debates e perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2010.
- AGUIAR, R. **O despertar político das mulheres e suas mobilizações: lutas sociais e reivindicação de direitos**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- ALBINA, M.; LUCANA, B. **Mulheres e invisibilidade no trabalho agrícola: uma análise dos desafios enfrentados por agricultoras em comunidades rurais**. São Paulo: Editora Rural, 2021. p. 89-103.
- ALCANTARA, F. V. COSTA, J. A. As políticas de desenvolvimento regional: um olhar sobre o projeto comunitário do rio Gavião no Sudoeste da Bahia. In: **As políticas de desenvolvimento regional**. Editora UFS. São Cristóvão, 2010. p. 179 -201.
- ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? In: **Terra Livre**, [S. l.], n. 15, p. 87–112, 2015. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/362>>. Acesso em: 2 set. 2023.
- ALMEIDA, J. S. **As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade: the relations of power in gender inequalities in education and Society**, 2011.
- ALMEIDA, K. R. **Emancipação municipal e transformações socioespaciais: os casos de Bom Jesus da Serra e Caetanos**. 2014. 240 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2014.
- ALVES, F. D.; VALE. R. A. **Faces da agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro**. 1ª ed, Curitiba, Appris, 2016. 347.p.
- ANDRADE, G. **Desenvolvimento rural e identidade: uma abordagem contemporânea**. São Paulo: Editora Moderna, 2016.
- ANTUNES, R. ALVES, G. **A produção capitalista: trabalho e suas formas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- AMBRA- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL E AGROPECUÁRIO **Estudo sobre a presença feminina e protagonismo nas propriedades rurais**. São Paulo: AMBRA, 2017.
- ARO, C. M. **O papel das mulheres na agricultura familiar: uma análise das funções e contribuições para o desenvolvimento rural**. Editora da Universidade Federal, 2012.
- ARAÚJO, Ana Cláudia de. **Educação no Campo: Reflexões e Práticas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020, p 200.
- ASCOM/SDR e BAHIATER. **14ª Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária**. Disponível em: <<https://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/noticias/2023-12-11/feira->

baiana-da-agricultura-familiar-vai-reunir-grandes-atraco-es-da-musica.> Acesso em: 14 abril. 2023.

AZEVEDO, M. A.; SOUSA, L. D. de. **Empoderamento feminino**: conquistas e desafios. In: **Sapiens**: Revista de divulgação Científica, [S. l.], v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/3571>> Acesso em: 10 jun. 2023.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2003b. p. 81-110.

BANCO DO BRASIL. **Relatório de Crédito Rural 2004**. Brasília: Banco do Brasil, 2004. p. 5.

BARBOSA, J. L. **Cidade e território**: desafios da reinvenção política do espaço público, 2010. Disponível em: <http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Cidade-e-Territo%CC%81rio_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf>. Acesso em 10 jul. 2023.

BNB-BANCO DO NORDESTE. **Plano Safra 2022-2023** – Quadro Resumo (Tabela Grupos e Linhas PRONAF). Posição: julho de 2022. Disponível em: <<https://bnb.gov.br/agricultura-familiar>>. Acesso em: 05 abril. 2024.

BNB- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF Social**. Disponível em: <<https://bnb.gov.br/pncf>> Acesso em: 14 ago. 2023.

BAUER, R. **Política e administração pública**: aspectos da implementação e avaliação de políticas públicas. Curitiba: Editora Juruá, 2014.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M.; SOUZA, M, A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BERNARDES, N. Colonização e utilização da terra no território do Amapá. In: **Anais da AGB**, n. 14, p.243-261, 1962.

BERNARDI, C. (2017). Espaços diversos culturais, sociais e políticos que produzem diferentes identidades. In **Territorialidades e identidades**. Editora XYZ.

BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

BERTRAND, G. (2004). **Paisagem e geografia física global: esboço metodológico**. In: Bertrand, G. (Ed.), Fundamentos de geografia física global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOSSÉ, M. Le. As Questões de Identidade em Geografia Cultural: algumas concepções contemporâneas. IN: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 07 mar. 2024.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017**: resultados preliminares. Brasília: IBGE, 2017.

BRASIL. **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/>> Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 15.546, de 15 de julho de 2020**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141440>> Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. **79 ações federais indicam conquistas e avanços nas políticas para mulheres**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/79-acoes-federiais-indicam-conquistas-e-avancos-nas-politicas-para-mulheres>> Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. **Serviço Nacional de Informações (SNI)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/>> Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**: principais mecanismos para acesso a ações e programas públicos. Portaria nº 174, de 28 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/>. Acesso em: março. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social-SECOM. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/novo-bolsa-familia/dez23/bolsa-familia-chega-a-2-62-milhoes-de-beneficiarios-em-sao-paulo-a-partir-de-segunda-11-beneficio-medio-no-estado-e-de-r-676-80>> Acesso em: 12 março. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 1º de julho de 2021**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jul. 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2021-2022/2021/lei/14192.htm>. Acesso em: 20 fevereiro. 2024.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 205-227, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>>. Acesso em 09 jun. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho e a reprodução social**: uma abordagem crítica. São Paulo: Editora Vozes, 1999.

BUARQUE, H. H. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400.

BUTTO, A.; DANTAS, C.; HORA, K.; NOBRE, M.; FARIAS, N. **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios de cidadania. Ministério Agrário do Desenvolvimento, Brasília, 2014.

CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Dados de emprego formal em Poções**. Disponível em: <<https://www.gov.br/caged/empregos>> Acesso em: 7 fev. 2024.

CAPELLESSO, R. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

CARNEIRO, M. J. (Coord.) **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. A nova ruralidade no Brasil: um ensaio conceitual. In: MALUF, Renato S.; CARNEIRO, Maria José (Org.). **Pobreza rural no Brasil: exclusão e desenvolvimento social**. Brasília: NEAD, 2003. p. 87-137.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Eliane. **A mulher no campo: participação e transformação social**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995. p. 48.

CEDASB- CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA. **Sobre o CEDASB**. Vitória da Conquista, 2006. Disponível em: <<https://cedasb.org.br/>> Acesso em: 7 fev. 2024.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. In: **Revista Geographia**. Ano 1 – n. 2, 1999.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Impactos do Crédito Rural na Produção de Grãos e Pecuária: Análise 2019**. Brasília: CONAB, 2019. Disponível em: <www.conab.gov.br> Acesso em: 7 fev. 2024.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Relatório anual de crédito rural e seus efeitos no setor agrícola e pecuário**. Brasília: CONAB, 2020. Disponível em: <www.conab.gov.br> Acesso em: 7 fev. 2024.

CORALINA, C. **Coração do Brasil**. São Paulo: Global, 2000.

CORRÊA, R. L. (2000). **Território, território usado e a escala**. In: Corrêa, R. L. & Rosendahl, Z. (Orgs.), *Geografia: Conceitos e Temas* (pp. 11-25). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CORRÊA, R. L. **Espaço, um conceito-chave da Geografia**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995. p. 15-47.

CORRÊA, R. L. (2000). **Categorias da Geografia: concepções e debates**. *Revista Brasileira de Geografia e Análise Espacial*, 13(1), 45-62.

COSTA, I.; CUNHA, F. A importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e desenvolvimento econômico em municípios pequenos. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 2, p. 143-159, 2011.

COUTINHO, Maria Clara. **Mulheres no campo: trabalho, reproduzindo a vida e o conhecimento**. São Paulo: Editora XYZ, 2020. p. 130.

CRESOL. **O que é a Cresol: entenda como funciona o sistema de cooperativa de crédito**. Disponível em: <<https://blog.cresol.com.br/o-que-e-a-cresol-entenda-como-funciona-o-sistema-de-cooperativa-de-credito/>> Acesso em: 14 abril. 2024.

DELGADO, N. Concepções de ruralidade e políticas públicas na América Latina e na Europa: análise comparativa de países selecionados. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras / (Organizadores da Série) --** Brasília: IICA, 2017. (Série Desenvolvimento rural Sustentável; v.21).

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DIAS, A. F. **Representações sociais de gênero no trabalho docente: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a qualificação**. 1ª ed., Vitória da Conquista - BA, 2014. 267 p.

DUTRA, M. **Associações rurais e desenvolvimento: modelos e experiências**. Brasília: Editora Universidade, 2011.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Manual de técnicas para o preparo de áreas de cultivo**. Brasília: EMBRAPA, 2017.

EMBRAPA- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **A produção de mandioca no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br>. Acesso em: 10 maio. 2023.>

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Relatório sobre limitações e desafios para a produção agrícola nordestina**. Roma: FAO, 2022.

FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. 1. ed. Expressão Popular, 2006.

FRASER, N. (2006). **Gênero e redistribuição: para uma teoria crítica da justiça**. In Reconhecer ou redistribuir? A questão da justiça social (pp. 21-38). Editora da Universidade de São Paulo.

FOUCAULT, M. História da sexualidade. In: ALBUQUERQUE, M. T. C.; ALBUQUERQUE, J. A. G. **A vontade de saber**. (trad.) 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 65.

GARCIA, A. Mulheres e agricultura familiar: reconhecimento e desigualdade. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 1, p. 45-60, 2012.

GEOAGRI. **Preparo do solo: importância da profundidade correta**. Disponível em: <<https://geoagri.com.br/blog/7/preparo-do-solo-importancia-da-profundidade-correta>.> Acesso em: 15 ago. 2023.

GOMES, P. C. C. (2000). **Território e territorialidade: uma abordagem geográfica**. In: Gomes, P. C. C. (Ed.), **Geografia e Modernidade** (pp. 7-66). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

GOLDEMBERG, J. (1998). **O método da observação na pesquisa qualitativa**. Revista Brasileira de Métodos Qualitativos, 5(2), 35-50.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas e a condição social: uma análise crítica**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014. p. 127.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Tendências e Desafios**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, K. B. (Org). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 3. ed. 2011. p. 43-72.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Rio de Janeiro, EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: X Encontro de geógrafos de América Latina, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 6674-6792.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. (2001). **O conceito de território e suas implicações: uma abordagem crítica**. Revista Brasileira de Geografia, 64(2), 23-42.

HERRERA, K. M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. In: **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, Edição Especial, p. 208-233, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados sobre a concentração de renda em Poções**. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/pocoas.html>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Poções – BA**, 202. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/pocoas.html>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Glossário do Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html#:~:text=Povoado%20D%20Aglomerado%20rural%20isolado%20sem,ou%20de%20C3%A1reas%20rurais%20pr%C3%B3ximas>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório sobre políticas de acesso a terra e assentamentos rurais**. Brasília: INCRA, 2021.

KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KLUGMAN, J. (2022). **Relatório Global de Disparidade de Gênero 2022**. Editora Objetiva.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

LEI ESTADUAL Nº **1.564, de 21 de julho de 1922**, apud ENCICLOPÉDIA HISTÓRICA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1958, p. 124).

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

LEÃO, R. 2019. **Vozes e marcas: poesia e identidade**. Revista de Literatura e Cultura Contemporânea, 12(1), 1-10.

LIMA, E. M. **Desenvolvimento rural e políticas territoriais: evidências no Nordeste brasileiro**. Vitória da Conquista, edições UESB, 2017. SSE.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOPES, L. M. (2011). **Gênero e feminismo: uma reflexão sobre a teoria e a prática**. Revista Brasileira de Política Internacional, 54(2), 95-114.

LUCENA, S. C. B. A importância das cisternas para a sobrevivência dos agricultores no interior da Paraíba. In.: XII Congresso Nacional de meio ambiente de Poço de Caldas-MG, 8, 2015. **Anais...** Poço de Caldas: GSC, 2015.

CASTELLS, M. (2008). **A sociedade em rede: do paradigma da informação à sociedade do conhecimento**. Editora Paz e Terra.

MARION, A. A. BONA, A. N. **A importância da mulher na agricultura familiar**, 2016. Disponível em <<http://www.infocos.org.br/publicacresol/upload/trabalhosfinal/227.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2023.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. In: **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 19, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/160>. Acesso em: 7 mar. 2024.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política – Livro I: O processo de produção do capital**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 80.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Políticas Públicas e Crédito Rural no Brasil**. Brasília: MDA, 2015. Disponível em <www.mda.gov.br> Acesso em: 20 mar. 2024.

MDA- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Agenda de pesquisa: desenvolvimento e inovação social para mulheres rurais**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1161443/contribuicoes-para-a-agenda-de-pesquisa-desenvolvimento-inovacao-social-para-mulheres-rurais>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MDS-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa de Cisternas)**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cisternas/saiba-mais>> Acesso em: 20 mar. 2024.

MDS- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Tecnologias sociais e cisternas de placas no semiárido brasileiro.** Ministério do Desenvolvimento Social, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-retoma-programa-cisternas-com-investimento-de-mais-de-r-562-milhoes>.> Acesso em: 20 mar. 2024.

MENDONÇA, Patrícia. **Mulheres e trabalho rural: desafios e conquistas.** Brasília: Editora ABC, 2021.

MEIRA, A.; CARDOSO, A. A.; SOUZA, M. L.; OLIVEIRA, C. E. **Território e economia: História e dinâmica econômica da Bahia.** Salvador: Editora UFBA, 2015.

MELO, M. A. de. **A presença feminina na luta pela terra: o movimento das trabalhadoras rurais na Região Sul do Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 75.

MENDES. M. **O papel do PRONAF na Agricultura Familiar e o Surgimento de Novos Programas.** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2018.

MENEZES NETO, J. B. Reflexões sobre os espaços rurais: caminhos para o desenvolvimento rural brasileiro. In: **Revista Rural & Urbano**, Recife, v. 02, n. 02, p. 02-25, 2017.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. pp. 76 – 92.

MESQUITA, K. C. S. **Mulheres Assentadas: Participação Política e a Construção da Cidadania.** 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019, p.146.

MESQUITA, A. L.; MENDES, S. A. **Mulheres e agricultura familiar: invisibilidade e reconhecimento.** Editora Universitária, 2012.

MEUS, A; ETHUR, L. **O trabalho das mulheres na agricultura: invisibilidade e desafios.** São Paulo: Editora Rural, 2021. p. 8.

MEU DICIONÁRIO. **Ranking.** Disponível em: <<https://www.meudicionario.org/ranking>.> Acesso em: 20 mar. 2024.

MEURER, J., Silva, F., & Castro, A. (2021). **Dinâmicas da Geografia: categorias de análise e suas transformações.** Revista Brasileira de Geografia e Pesquisa, 18(1), 1-15.

MIRANDA, C.; SILVA, H. (Org.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras.** Brasília, IICA, 2013, pp. 413-472.

MORAES, A. C. R **Bases da formação territorial do Brasil.** Geografares, Vitória, Brasil, n. 2, 2001.

MORAES, A. C. R. (1987). **Geografia: Pequena História Crítica.** São Paulo: Hucitec.

NETTO, Paulo João. BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado. A divisão sexual do trabalho e na reprodução:** um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEOENERGIA. **distribuidora de energia da Bahia Neoenergia Coelba.** Disponível em: <<https://www.neoenergia.com/web/bahia/w/a-distribuidora-de-energia-da-bahia-agora-e-neoenergia-coelba>> Acesso em: 14 março. 2024.

ORNAT, M. J. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. In: **Terra Plural**, v. 2, n.2, p. 309 322, 2008.

OLIVEIRA, G. (2019). **Participação social e políticas públicas: uma análise das estratégias de inclusão.** Revista Brasileira de Sociologia, 10(1), 45-67.

PANZUTTI, N; MONTEIRO, A. V. Agricultura familiar e políticas públicas. In: **Cadernos Ceru**, v. 25, n. 2, 06, 2015.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan./abr. 2004.

PARAÍSO DAS ÁRVORES. **Jaqueira (Jaca).** 2024. Disponível em: <<https://loja.paraisodasarvores.com.br/jaqueira-jaca.html>. > Acesso em: 14 ago. 2024.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil.** 1ed. Brasília, IICA 2009.

PONTUSCHKA, N. N. **Para ensinar e aprender Geografia.** 1ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

QUEIROZ, E. M., Santos, J. A., & Oliveira, L. M. (2007). **Metodologia da pesquisa qualitativa: fundamentos e práticas.** Editora XYZ.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ROCHA, J. C. Diálogo entre as categorias da Geografia: espaço, território e paisagem. In: **Caminhos da Geografia**, Uberlândia; v. 9 n. 27 set., 2008. p. 128-142. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15724/8897>> Acesso em: 23 maio 2023.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana:** teoria e História. Editora Universidade de São Paulo (Edusp), 1986.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 7 ed. São Paulo: Ed. USP, 2007. Texto original de 1987.

SANTOS, M. **Espaço e método.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: 8ª ed. Record, 2005.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização.** São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, V. C. **Desenvolvimento territorial: um estudo do colegiado do território de identidade sudoeste baiano**. 2015.

SANTOS, M. C. **O antigo debate e as novas abordagens das políticas públicas de acesso à água no espaço rural: um estudo do município de Aracatu-BA**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, 2020. 143 p.

SANGER, M. (1995). **Minha Luta pelo Controle da Natividade**. Editora Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. 128 p.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAVIANI, D. **Educação e transformação social**. 2. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2007. p. 154.

SENAR - **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/senar>> Acesso em: 13 maio. 2024.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez., 1990.

SCOTT, J. W. (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Gênero & História, 1(1), 43-62.

SCHNEIDER, S. **Território, Ruralidade e Desenvolvimento**. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). *Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI*. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

SCHNEIDER, S. **A agricultura familiar e a pluriatividade no Brasil**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, v. 14, n. 2, p. 57-85, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. Sociologias, Porto Alegre, n. 21, p. 130-135, 2009.

SCHNEIDER,S; MATTEI, R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural: Políticas Públicas e Transformações**. São Paulo: Editora Contexto, 2021. p. 14.

SEMPRE viva Organização Feminista. **Mulheres do campo construindo autonomia: Experiências de comercialização**. São Paulo, ISBN 978-85-86548-27-7. 2016. 36 p. Disponível em <<http://www.sof.org.br/2016/04/06/novo-caderno-sobre-mulheres-rurais-esta-disponivel-na-internet/>> Acesso em 10 jun. 2023.

SEAD – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório sobre a atuação da Bancada Ruralista e o impacto no setor agrícola de 2019 a 2022**. Brasília: SEAD, 2022.

SENA, J.; ANTÔNIO FILHO, Antônio Cândido de Oliveira. **Movimentos sociais e desenvolvimento rural: teoria e prática**. São Paulo: Editora Rural, 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Sérgio Cruz e Maria Luiza X. A. Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C.; ARANTES, R.; FERREIRA, V. Divisão sexual e divisão racial do trabalho. In: SILVA, C; ARANTES, R; FERREIRA. **Nosso trabalho sustenta o mundo**. ed. 02. Recife: SOS Corpo, 2012. 92 p.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História regional**, n. 8, p. 31-45, 2003.

SILVA, J.M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 39-55, jan./jun. 2001.

SILVA, J. M. 2010. **Gênero e sexualidade: construções sociais e hegemonias**. Revista Brasileira de Estudos de Gênero, 7(1), 1-15.

SILVA, J. M. 2009. **Gênero e identidade: construções sociais e políticas**. Revista Brasileira de Estudos de Gênero, 6(2), 35-50.

SILVA, A. C. P. Concepções e abordagens socioespaciais sobre o rural: alguns referenciais analíticos para a gestão de territórios. In: **Terra plural**, Ponta Grossa, 1(1): 23-38, jan-jul, 2007.

SILVA, C. B. **Corredores do silêncio: território e territorialidades de resistência da cultura surda**. 2014. Dissertação (Instituto de geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: **Estudos Avançados**, n. 43, dez. 2001.

SILVA, T. **Políticas públicas e agronegócio: O Impacto da Extinção do MDA**. São Paulo: Editora Rural, 2023.

SOUSA, M. A. da S.; ALVES, R. S. Povoamento e posse da terra no arraial dos Poções (Bahia, 1780-1880). Memória Conquistense: **Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista**, v. 7, n. 8 p. 129-151. Vitória da Conquista: Edições UBES, 2007.

SOUZA, M. A. da S. **A conquista do Sertão da Resseca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UBES, 2001.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA-LOBO, E. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). In: **Revista Brasileira de Política e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45-67, jul./dez. 2005.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TORRES, M. T. A condição feminina no meio rural: a divisão sexual do trabalho e o conceito de atividade agrícola feminizada. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 15-35, 2005.

TREE DIVERSIDADE. Disponível em: <<https://treediversidade.com.br>> Acesso em: 20 mar. 2024.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B., FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Parte 3, p. 413 a 473. In: **Revista rural & urbano**, Recife. v. 02, n. 02, p. 02-25, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos, sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, (15): 69-129, out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. In: **Estudos, sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, nº 1, 2009, pp. 60- 85.

WOLKMER, A. C. Direitos, poder local e novos sujeitos sociais. In: RODRIGUES, H. V. (Coord). **O direito no III Milênio**. Canoas: Ed. Ulbra, 2000.

8. APENDICE

8.1 INSTRUMENTOS DE PESQUISA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Tema de pesquisa: SER MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: AVANÇOS, DESAFIOS E (R)EXISTÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, BRASIL.

Pesquisadora: Daniela Seles de Andrade

Questionários para as mulheres que participam da agricultura familiar no município de Poções, Ba.

1. Identificação do entrevistado

2-Idade:

- 15-20
 21-30
 31-40
 41-50
 51-60
 70 ou mais

3-Número de moradores na residência:

- 1-2
 3-5
 6-8
 10 ou mais

4-Estado Civil:

- Solteira
 Casada/civil
 União estável/mora junto
 Separada
 Viúva
 Divorciada

5-Quem é o chefe da família?

Marido/companheiro

Mulher

Filho(s)

Filha(s)

Outros do sexo masculino

Outros do sexo feminino

8-Grau de escolaridade:

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Cursando Ensino Superior

Nenhuma das alternativas

7-Estuda atualmente:

Sim Não

9.Dados sobre a propriedade

10- A propriedade em que mora é:

Própria

Arrendada

Herança

Quitanda

11-Como é feito o manejo da colheita?

- Ferramentas e equipamentos manuais
 Máquina
 Outros

12-Qual o tamanho da propriedade (ha)?

- 7 á 10
 10 á 15
 20 á 30
 40 ou mais
 3 ou menos
 Não soube responder

13-O que sua propriedade significa para você?

- É um patrimônio da minha família
 É minha ferramenta de trabalho
 Um bem que posso vender a qualquer momento
 Patrimônio e Ferramenta de Trabalho
 Outras alternativas
 Não soube responder

14-Quantas pessoas trabalham na propriedade?

- 3-5
 6-8
 10 ou mais
 Não soube responder

Quantas mulheres trabalham na propriedade?

- 1-3
 5-8
 10 ou mais
 Não soube responder

15-Quantas destas mulheres que trabalham na propriedade são/é componente da família?

- 1-3
 5-8
 10 ou mais

16-O que produz?

- Hortaliças
 Verduras
 Frutas
 Outros

17-Realiza outras atividades?

18-Qual a quantidade de alimentos colhidos semanalmente? _____

19.Renda familiar

20-A renda familiar é constituída através de:

- Bolsa Família
 Aposentadoria
 Agricultura familiar
 Benefícios bancários
 Trabalho no comércio
 Prefeitura
 Outros

Qual(is) _____

21-Qual a média salarial mensal bruta da família?

- Um salário mínimo
 Dois salários mínimos
 Mais de dois salários mínimos
 Um salário mínimo ou mais
 Não soube responder
 Menos de um salário mínimo

22-Quem toma as decisões relativas as finanças?

- Marido/companheiro
 Mulher
 Filho(s)
 Filha(s)
 Outros

23.Comercialização da Produção

24-Os produtos produzidos são destinados?

Consumo

Atravessador

Consumo e venda

25-As mulheres participam do processo de comercialização?

Sim Não Não soube responder

26-Onde acontece a comercialização dos produtos?

Poções

Vitória da Conquista

Bom Jesus da Serra

Mirante

Boa Nova

Outros

27.Dados sobre a participação da mulher no processo da agricultura familiar

28-Consegue sobreviver com a pequena produção agrícola? Sim Não

Se a resposta anterior for **NÃO**, conta com alguma outra fonte de renda e qual(is)? _____

29-A renda é usada para necessidades de toda família? Sim Não

30-Quantas horas semanais são dedica as atividades de produção agrícola?

Menos de 4 horas

De 5 a 8 horas

De 9 a 16 horas

De 17 a 24 horas

Outros

31-Quantas horas semanais são dedicadas as atividades domésticas?

Menos de 4 horas

De 5 a 8 horas

De 9 a 16 horas

De 17 a 24 horas

Outros

32-Conta com ajuda nas atividades domésticas?

Sim Não

Se **SIM**, de quem:

Marido/companheiro

Filho(s)

Filha(s)

Sogra

Irmã(s)

Pai

Genro

Nora

Outro parente masculino

Outro parente feminino

33-Sua família é ou já foi beneficiária de algum programa social? Sim não

Se **SIM** se encaixa em algum desses?

Aposentadoria

Bolsa Família

PRONAF mulher

Programa de Aquisição de Alimentos Produção-PAA

Agroecológica Integrada Sustentável- PAIS

Água para todos

Luz para todos

PRONAT

Outro(s)

Qual(is)

34-Participa de algum grupo social?

Sim Não

Se **SIM**, refere á algum desses:

- Sindicato de trabalhadores
- Partido político
- Cooperativas
- Associações comunitárias
- Grupo de mulheres (artesanato, comportas de doces etc.)
- Conselhos municipais
- Outros

35-Participa das atividades agrícolas por:

- Necessidade financeira familiar
- Gosta
- Ajudar Mario/companheiro
- Ajudar filho
- Complementar a renda para uso individual
- Outros

36-Dedica algum tempo para cuidados estéticos?

- Sim Não

37-Dedica algum tempo para lazer?

- Sim Não

38-Percebeu ou percebe o reconhecimento social, adquiridos por meio das atividades desenvolvidas na pequena produção agrícola?

- Sim Não

Se **SIM** qual(is)?

**OBRIGADO POR SUA
CONTRIBUIÇÃO!**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: SER MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: AVANÇOS, DESAFIOS E (R)EXISTÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE POÇÕES/BA, BRASIL.

Pesquisadora: DANIELA SELES DE ANDRADE

Professor(a) Orientador(a): FERNANDA VIANA DE ALCANTARA

Roteiro de entrevista destinado aos representantes da secretaria de Agricultura, Meio Ambiente Desenvolvimento Rural (SMA) e Associações do Assentamento União e Povoado Mulungu I, Poções-BA, Brasil.

1. Identificação do entrevistado

- 1.1 Qual é seu nome?
- 1.2 Há quanto tempo está no cargo?
- 1.3 Instituição ou organização na qual trabalha?

2. Informações Gerais

- 2.1 O que você entende por agricultura familiar?
- 2.2 Quais as principais atividades agrícolas desenvolvidas nas seguintes localidades Mulungu I/Assentamento União?
- 2.3 Percebe a participação da figura feminina nessas atividades (se sim) com qual frequência?
- 2.4 O município conta com atividades ligadas às questões de gênero?
- 2.5 Quais as principais ações presenciadas nas comunidades ruarais que contam com a presença da mulher?
- 2.6 Como é desenvolvida essa dinâmica?
- 2.7 De que maneira a contribuição da mulher se insere no contexto da sociedade local?
- 2.8 O que se entende por políticas públicas?
- 2.9 O município conta políticas públicas voltadas para mulheres?
3. Se existem, quais são e como são desempenhadas?
 - 3.1 Você faz ou fez parte de uma ou mais organizações da agricultura familiar (cooperativa, associação, grupo informal)?
 - 3.2 Participa de cursos ou troca de experiências que envolve projetos para mulheres?
 - 3.3 Com que frequência você participa?
 - 3.4 Além da agricultura familiar existe outras atividades que testificam a importância da figura feminina no meio rural?

3.5 Tem conhecimento de algum grupo articulado que fomenta a discussão sobre a importância e necessidade de discutir esse assunto?

3.6 Em sua opinião, qual a relação entre participar dessa(s) organização(ões) em construir processos de desenvolvimento rural que não estão preocupados somente com os ganhos econômicos?

3.7 As organizações sociais que foram construídas nessas localidades influenciaram ou influenciam em mudanças (Em caso afirmativo) Como?

3.8 Atualmente, quais as maiores dificuldades governamentais encontradas para desenvolvimento ou ampliação de políticas/grupos?

3.9 Qual a preparação profissional/apoio/orientação os órgãos responsáveis recebem para trabalhar com questões de empoderamento feminino?

4. Quais são as perspectivas para o futuro (avanços e desafios)?